



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharia

# **No Limite do Mar Reabilitação da Fortaleza de Peniche**

**Joana Almeida Tavares**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor José da Silva Neves Dias

**Covilhã, outubro de 2018**



# Dedicatória

Aos meus pais, Isabel e Salvador.



# Agradecimentos

A realização desta dissertação só foi possível com a colaboração e apoio de um conjunto de pessoas, sem as quais, a sua concretização não seria possível. Como tal queria agradecer:

Ao meu orientador, professor Doutor José da Silva Neves Dias, pela partilha de conhecimento, dedicação, profissionalismo, orientação e, sobretudo, pela disponibilidade e acompanhamento realizado ao longo deste percurso.

Aos meus amigos e colegas de curso pela ajuda e troca de conhecimento ao longo deste percurso académico, em especial à Andreia e ao Rui, pelo incentivo, amizade e carinho.

Aos meus pais, pois a eles lhes devo tudo o que hoje sou.

Ao meu irmão, João, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao Nuno, por toda a ajuda, compreensão, dedicação, paciência e, sobretudo, por todo o companheirismo.



# Resumo

Esta dissertação visa compreender o tema da reabilitação do Património como instrumento que contribui para a permanência de uma memória coletiva que importa transpor para o futuro. Neste sentido, explora a questão da reconversão de usos como meio de intervir no património edificado, aproveitando as antigas edificações para dar um novo uso na atual sociedade. O presente estudo incide sobre a Fortaleza de Peniche, edifício patrimonial nacional.

O desenvolvimento do trabalho procura perceber os processos históricos que levaram à implantação da fortaleza, e a evolução das diferentes fases de construção ao longo dos tempos, desde a primeira edificação até aos nossos dias. Seguidamente, e perante o valor no que diz respeito ao modo de intervir no património, é realizada uma pesquisa sobre a história do edifício.

A importância desta problemática recai sobre o facto de dar uma nova utilidade aos edifícios antigos de forma a possibilitar a requalificação das áreas degradadas, assim como preservar o património edificado. A primeira fase da investigação passa pela investigação sobre a reabilitação e a preservação do património, seguida do estudo da cidade de Peniche, situado no litoral de Portugal, onde se encontra uma singular e mítica fortaleza que data do século XVI. A peculiaridade deste conjunto foi o que impulsionou na escolha deste local como base de estudo, tendo sido objeto de atenção a sua parcial degradação.

A Fortaleza de Peniche irá ser alvo de uma proposta de reabilitação com base na necessidade de oferecer algo que beneficie a cidade de Peniche. Esta será dotada de novos espaços que se adaptam a novas situações e usos, mas sem perder os valores do passado como ponte para o futuro.

## Palavras-chave

Reabilitação, Património, Arquitetura Militar, Fortaleza de Peniche, Pousada.



# Abstract

This thesis aims to understand the theme of rehabilitation of Heritage as an instrument that contributes to the permanence of a collective memory that must be transposed into the future. In this sense, it explores the question of the reconversion of uses as a means of intervening in the built heritage, taking advantage of the old buildings to give a new use in the current society. The present study focuses on the Fortress of Peniche, national patrimonial building.

The development of the work seeks to understand the historical processes that led to the implantation of the fortress, and the evolution of the different phases of construction over time, from the first building up to the present day. Afterwards, and before the value as regards the way of intervening in the heritage, a research is carried out on the history of the building.

The importance of this problem rests on the fact that it gives a new use to the old buildings to allow the reclassification of the degraded areas, as well as to preserve the built heritage. The first phase of the research involves research into the rehabilitation and preservation of heritage, followed by the study of the city of Peniche, located on the coast of Portugal, where a unique and mythical fortress dates from the 16th century. The peculiarity of this group was what drove the choice of this place as a study base, and attention was paid to its partial degradation.

The Fortress of Peniche will be the target of a rehabilitation proposal based on the need to offer something that benefits the city of Peniche. This will be endowed with new spaces that adapt to new situations and uses, but without losing the values of the past as a bridge to the future.

# Keywords

Rehabilitation, Patrimony, Military Architecture, Peniche Fortress, Hostel.



# Índice

<b>Capítulo I</b>	
1 Introdução	3
2 O problema	4
3 O Objetivo	4
4 A hipótese	5
5 A metodologia	5
6 A Estrutura	6
7 Normalização	7
8 Justificação do tema	8
<b>Capítulo II</b>	
9 A Reabilitação, o Património e o Turismo	15
9.1 A Reabilitação e a Sustentabilidade	15
9.1.1 Definições e Princípios	16
9.2 O Património	17
9.2.1 As cartas patrimoniais	18
9.3 O Turismo	19
9.3.1 O Turismo em Portugal	20
9.3.2 O Turismo em Peniche	22
<b>Capítulo III</b>	
10 A Defesa Portuguesa	25
11. A Região de Peniche	26
11.1 Enquadramento no território	26
11.2 Uma Península de História	28
11.3 O Sistema defensivo da Península de Peniche	41
<b>Capítulo IV</b>	
12 A Fortaleza de São Francisco, Peniche	45
12.1 A Origem	45
12.2 Função e evolução do sistema construtivo	46
12.2.1 De Cidadela a Presídio	46
12.2.2 Os Tempos Conturbados	49
12.3 As Muralhas da Fortaleza	50
12.4 Os Edifícios da Fortaleza	51
<b>Capítulo V</b>	
13 As Pousadas	61
13.1 Contextualização histórica e a sua origem	61
13.2 As Pousadas em Portugal	61

14 Estudos de Caso	65
14.1 Forte de São João Batista, Berlenga	65
14.2 Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e Torre, Cascais	69
14.3 Forte de São Sebastião, Angra do Heroísmo	72
<b>Capítulo VI</b>	
15 A Proposta	79
15.1 Memória Descritiva e Justificativa	79
15.2 Programa e Conceito	84
15.3 Funcionalidade e Distribuição	91
15.4 Materiais	97
15.4.1 Lajes e Estrutura	97
15.4.2 Coberturas	97
15.4.3 Pavimentos	97
15.4.4 Paredes	97
15.4.5 Revestimentos	97
15.4.6 Caixilharia	97
15.5 Questões Técnicas e Construtivas	98
15.6 Legislação Aplicada	100
<b>Considerações Finais</b>	101
<b>Referências Bibliográficas</b>	103
<b>Anexos</b>	109





# Lista de Figuras

<b>Figura 1 - Uma ponta de História, 2016.</b> Fonte: João Rosado - <a href="http://olhares.sapo.pt/uma-ponta-de-historia-foto7968261.html">http://olhares.sapo.pt/uma-ponta-de-historia-foto7968261.html</a> [Acedido a 6 de março de 2018]	2
<b>Figura 2 - Peine del Viento, San Sebastián, Espanha.</b> Fonte: <a href="http://objetivogipuzkoa.diariovasco.com/fotos-Geminis/peine-viento-840169.html">http://objetivogipuzkoa.diariovasco.com/fotos-Geminis/peine-viento-840169.html</a> . [Acedido a 7 de março de 2018]	14
<b>Figura 3- Fortaleza ao anoitecer, Peniche.</b> Fonte: João Rosado - <a href="https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204018339938923&amp;set=a.2430161573529.84631.1836303293&amp;type=3&amp;theater">https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204018339938923&amp;set=a.2430161573529.84631.1836303293&amp;type=3&amp;theater</a> [Acedido a 10 de março de 2018]	23
<b>Figura 4 - Localização geográfica de Peniche.</b> Fonte: Esquema da autora.	26
<b>Figura 5- Recorte do litoral no século XII.</b> Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado <i>Da Ilha de Peniche</i> . Peniche, 1994, p.29	29
<b>Figura 6 - Recorte do litoral no século XIII.</b> Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado <i>Da Ilha de Peniche</i> . Peniche, 1994, p.67.	30
<b>Figura 7 - Recorte do litoral no século XV.</b> Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado <i>Da Ilha de Peniche</i> . Peniche, 1994, p.70.	31
<b>Figura 8 - Muralha de Peniche, projeto de Nicolau de Langres, 1650.</b> Fonte: <a href="http://purl.pt/15387">http://purl.pt/15387</a> . [Acedido a 21 de março de 2018]	34
<b>Figura 9 - Planta de praça de Peniche e de parte da Península. Projeto das obras de fortificação necessárias à defesa da região.</b> Fonte: <a href="https://www.igeoe.pt/index.php?id=72">https://www.igeoe.pt/index.php?id=72</a> . [Acedido a 25 de março de 2018]	37
<b>Figura 10 - Aspeto da Fortaleza, sobressaindo a Capela, à esquerda, e a Casa do Governador, à direita, 1920.</b> Fonte: <i>Peniche: 100 anos através da fotografia</i> . Rio Maior, 1993, p. 59.	38
<b>Figura 11 - Recorte do litoral no século XX.</b> Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado <i>Da Ilha de Peniche</i> . Peniche, 1994, p.105.	39
<b>Figura 12 - Projeto do edifício da Estação de caminho de ferro de Peniche.</b> Fonte: <a href="http://caldeiradapenicheira.blogspot.pt/2013/02/">http://caldeiradapenicheira.blogspot.pt/2013/02/</a> . [Acedido a 22 de março de 2018]	40

Figura 13 - Início da construção do Molhe Oeste ao fundo, 1936/1937; Vendo-se a "Doca", o "Portinho do Meio" e a "Ribeira".	
Fonte: <i>Peniche: 100 anos através da fotografia</i> . Rio Maior, 1993, p. 140.	40
Figura 14 - Fortificações da Região de Peniche.	
Fonte: Esquema da autora.	42
Figura 15 - Fortaleza vista do mar.	
Fonte: João Rosado - <a href="https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10209360364286193&amp;set=a.2430161573529.84631.1836303293&amp;type=3&amp;theater">https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10209360364286193&amp;set=a.2430161573529.84631.1836303293&amp;type=3&amp;theater</a> . [Acedido a 22 de março de 2018]	44
Figura 16 - Aspeto geral da fachada principal da Fortaleza no tempo da defesa militar.	
Fonte: <a href="http://conquistasdarevolucao.blogspot.com/2016/10/forte-de-peniche-defesa-da-memoria.html">http://conquistasdarevolucao.blogspot.com/2016/10/forte-de-peniche-defesa-da-memoria.html</a> . [Acedido a 3 de abril de 2018]	46
Figura 17 - Planta da cidadela de Peniche, projeto de Joaquim Carneiro, 1822.	
Fonte: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018]	47
Figura 18 - Planta da cidadela de Peniche, projeto de Raul Rodrigues Lima, Peniche.	
Fonte: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018]	48
Figura 19 - Parte da muralha da Fortaleza, circundada pela Prainha de São Pedro.	
Fonte: João Rosado - <a href="https://cdn.olhares.pt/client/files/foto/big/826/8264267.jpg">https://cdn.olhares.pt/client/files/foto/big/826/8264267.jpg</a> . [Acedido a 25 de Agosto de 2018]	50
Figura 20 - Identificação dos edifícios e espaços exteriores existentes da fortaleza (sem escala).	
Fonte: Esquema da autora.	51
Figura 21 - O parlatório, vista do exterior.	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	52
Figura 22 - Aspeto do Interior da cisterna do século XVII.	
Fonte: <a href="http://cabo-carvoeiro.blogspot.com/2012/06/cisterna-do-seculo-xvii.html">http://cabo-carvoeiro.blogspot.com/2012/06/cisterna-do-seculo-xvii.html</a> [Acedido a 15 de julho de 2018]	53
Figura 23 - Corte Longitudinal feito pela furna, sem escala.	
Fonte: <a href="https://www.pinterest.pt/pin/556476097683130460/?lp=true">https://www.pinterest.pt/pin/556476097683130460/?lp=true</a> [Acedido a 15 de julho de 2018]	53
Figura 24- Estado atual do bloco A.	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	54
Figura 25 - Estado atual do bloco B.	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	54
Figura 26 - Fachada virada para o pátio da cisterna, encimada pela torre de vigia (à esquerda).	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	55

<b>Figura 27 - Fachada do bloco D mais exposto às intempéries.</b>	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	55
<b>Figura 28 - Parte da fachada do edifício.</b>	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	56
<b>Figura 29 - Fachada principal da Capela de Santa Bárbara.</b>	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	57
<b>Figura 30 - Fachada virada para o revelim.</b>	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	57
<b>Figura 31 - Bloco H visto da ponte do Revelim.</b>	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	58
<b>Figura 32 - Interior das casamatas.</b>	
Fonte: Ordem dos Arquitetos.	58
<b>Figura 33- Baluarte Redondo " Segredo".</b>	
Fonte: Fotografia e edição da autora.	59
<b>Figura 34 - Pousada Santa Maria do Bouro, Braga.</b>	
Fonte: Fernando Guerra - <a href="https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-veira">https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-veira</a> . [Acedido a 30 de março de 2018]	60
<b>Figura 35- Forte de São João Batista, Berlenga.</b>	
Fonte: <a href="https://www.pinterest.pt/pin/584905070326073518/">https://www.pinterest.pt/pin/584905070326073518/</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018]	66
<b>Figura 36 - Planta ao nível das canhoeriras antes das obras.</b>	
Fonte: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018]	67
<b>Figura 37 - Planta do piso térreo antes das obras.</b>	
Fonte: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018]	67
<b>Figura 38 - Planta do piso térreo depois das obras, 1953.</b>	
Fonte: <i>Forte da Berlenga</i> . Porto, 1953.	68
<b>Figura 39 - Planta do piso 3 depois das obras, 1953.</b>	
Fonte: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018].	68
<b>Figura 40 - Vista aérea, Cidadela de Cascais, 1965.</b>	
Fonte: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=IPA.00004062</a> . [Acedido a 4 de abril de 2018].	70
<b>Figura 41 - Vista aérea de todo o elemento fortificado, Cascais.</b>	
Fonte: <a href="https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais">https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais</a> . [Acedido a 6 de abril de 2018].	71

Figura 42 - Simbiose entre o velho e o novo, Cidadela de Cascais.	
Fonte: <a href="https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais">https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais</a> .	
[Acedido a 6 de abril de 2018].	71
Figura 43 - A cidade de Angra e o Forte de São Sebastião, 1587.	
Fonte: <a href="http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&amp;id_fortaleza=632">http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&amp;id_fortaleza=632</a> . [Acedido a 10 de abril de 2018].	73
Figura 44 - Vista aérea da Pousada do Forte de Angra do Heroísmo, Açores.	
Fonte: <a href="https://www.booking.com/hotel/pt/pousada-de-angra-do-heroismo-sao-sebastiao.pt-pt.html">https://www.booking.com/hotel/pt/pousada-de-angra-do-heroismo-sao-sebastiao.pt-pt.html</a> . [Acedido a 10 de abril de 2018].	75
Figura 45 - Novo edifício, à esquerda e os edifícios existentes, à direita, Angra do Heroísmo.	
Fonte: <a href="http://www.tpf.pt">http://www.tpf.pt</a> . [Acedido a 10 de abril de 2018].	76
Figura 46 - Fortaleza vista da Marina de Peniche.	
Fonte: Fotografia da autora.	78
Figura 47 - Localização da Fortaleza de São Francisco, Peniche, 2018.	
Fonte: Ortofotomapa cedido pela Direção Geral do Território (DGT).	79
Figura 48 - Estado atual do interior do bloco D.	
Fonte: Ordem dos Arquitetos.	80
Figura 49 - Aspeto do interior dos blocos A e B, respetivamente.	
Fonte: Ordem dos Arquitetos.	81
Figura 50 - Aspeto interior do bloco E.	
Fonte: Ordem dos Arquitetos.	81
Figura 51 - Aspeto atual das fachadas e coberturas de alguns edifícios.	
Fonte: Fotografias da autora.	82
Figura 52 - Distribuição dos espaços a intervir (sem escala).	84
Figura 53 - Corte do interior do posto de turismo (sem escala).	85
Figura 54 - Corte da rampa e interior da cisterna (sem escala).	85
Figura 55 - Alçado Nordeste (sem escala).	86
Figura 56 - Fachada principal da pousada.	86
Figura 57 - Evolução da proposta.	87
Figura 58 - Esquema de acessos da Fortaleza e dos edifícios (sem escala).	88
Figura 59 - Esquema dos percursos da Fortaleza (sem escala).	89
Figura 60 - Esquema de distribuição dos espaços do Revelim.	91
Figura 61 - Esquema de distribuição do Posto de Turismo.	91
Figura 62 - Esquema da distribuição dos espaços.	92
Figura 63 - Organização funcional da cisterna.	93
Figura 64 - Esquema de distribuição dos espaços da Casamata.	93
Figura 65 - Distribuição dos espaços do piso térreo da pousada.	94
Figura 66 - Esquema da distribuição do piso 1 da pousada.	95
Figura 67 - Esquema de distribuição do piso 2 da pousada.	95
Figura 68 - Esquema de distribuição do edifício E da Fortaleza.	96

Figura 69 - Pormenor da laje de cobertura (sem escala).	98
Figura 70 - Pormenor da laje de piso (sem escala).	98
Figura 71 - Pormenor da laje de cobertura do novo volume (sem escala).	99
Figura 72 - Pormenor da laje de piso (sem escala).	99



## Lista de Acrónimos

CMC	Câmara Municipal de Cascais
CMP	Câmara Municipal de Peniche
CNFE	Circuito Nacional de Firms Especiales
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DGT	Direção Geral do Território
DL	Decreto-Lei
ENATUR	Empresa Nacional de Turismo, S. A
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IIP	Imóvel de Interesse Público
OMT	Organização Mundial do Turismo
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Diretor Municipal
PNT	Plano Nacional do Turismo
RJET	Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos
SDN	Sociedade das Nações
SIPA	Sistema de Informação do Património Arquitetónico
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura







Figura 1 - Uma ponta de História, 2016.

Fonte: João Rosado - <http://olhares.sapo.pt/uma-ponta-de-historia-foto7968261.html> [Acedido a 6 de março de 2018]

# Capítulo 1

## Introdução

Em resposta ao tema da tese, propõe-se apresentar uma nova proposta para o monumento de interesse e valor histórico, a Fortaleza de Peniche, situado no distrito de Leiria.

Nesta dissertação de mestrado aborda-se a importância da reabilitação do património como instrumento para reviver o passado, assegurando a permanência da história e da memória. Neste sentido, entende-se ser interessante analisar o edificado quanto ao seu estado de degradação, considerando uma intervenção que visa a sua recuperação física, assim como, uma reconversão de usos.

A condição da “reconversão de usos” define-se como uma intervenção que tem como finalidade o reaproveitamento de edifícios arquitetónicos protegidos, recuperando-os e dando-lhes uma nova utilização (Portugal I. A., 2001).

Cada vez mais afirma a necessidade de criar e definir novas estratégias para espaços do passado, tornados esquecidos no tempo sem pouco ou qualquer contributo para o presente ou futuro.

A conversão e reabilitação do património arquitetónico edificado são de extrema importância para a preservação histórica como também para sustentar uma boa funcionalidade, estética e estrutural das cidades que, muitas vezes, possuem edifícios de valor histórico em elevado estado de degradação. Por este motivo é importante fazer uma reflexão teórica, sobre a importância de preservar e recuperar o património e, principalmente, no modo como os arquitetos devem intervir nestas construções de carácter cultural e histórico.

As fortalezas, símbolos da arquitetura militar, são hoje em dia estruturas bastante ricas quer pela sua arquitetura quer pela sua permanência na cidade. Deste modo, é importante que pensemos nelas como elementos carregados de história e memória das cidades.

As pousadas têm um papel crucial no âmbito da preservação do património e, neste sentido, pretende-se fazer uma reabilitação do edifício tendo em conta as necessidades dos dias de hoje. Serão novos espaços que se adaptarão a novas situações, a novos usos, atualizando-se ao incluir e integrar a sua história e memória, sem perder os valores do passado.

## **O problema**

A questão inicial que orientou esta dissertação compreende o seguinte: o facto de haver um reaproveitamento dos edifícios de valor histórico, dando-lhes um novo uso, permitirá a reintrodução destas antigas edificações na vida ativa da sociedade, afastando-se do conceito de monumento como objeto de mera contemplação parado no tempo?

Seguidamente surgem novas questões importantes que se colocam:

De que forma se poderá intervir no património edificado e quais os cuidados a ter? Quais as funções e fases dos espaços ao longo do tempo?

A reabilitação do património visa, entre outros propósitos, oferecer condições para um bom funcionamento do edifício, tendo sempre como foco principal a sua salvaguarda, impedindo intervenções desmedidas e não supervisionadas. Visa igualmente promover o desenvolvimento do turismo na região que desencadeará maior visibilidade da mesma.

## **O objetivo**

O principal objetivo da presente investigação consiste na reabilitação do edifício histórico. Para tal, será elaborada uma pesquisa sobre os problemas de intervir no património, definindo estratégias e conceitos a aplicar, e qual o impacto que a reabilitação no património terá num local, espaço ou sociedade.

Deste modo, iremos ao encontro das raízes históricas e arquitetónicas da fortaleza. Será realizada uma pesquisa histórica/arqueológica, para compreender melhor o edificado, o porquê da sua existência, a evolução, aspetos arquitetónicos assim como a vivência e o quotidiano da época. Será abordado também o contexto geográfico em que o edifício se insere.

Como objetivo último, procura-se desenvolver uma proposta prática de projeto para a fortaleza de Peniche, transformando-a num espaço com um novo uso. Desta forma, espera-se reverter a fortaleza numa pousada, acompanhada de equipamentos de cariz cultural, educativo e científico, com o intuito de dinamizar e valorizar o espaço de grande importância para a população e cidade de Peniche.

## **A hipótese**

A forte necessidade de reabilitar edifícios de valor patrimonial caídos em desuso, os problemas em intervir no património e o novo uso a dar ao espaço constituem a problemática que orientou esta dissertação. Coloca-se em questão a importância da reabilitação do património para o desenvolvimento e sustentabilidade da cidade.

Perante isto, e considerando o problema manifestado por esta investigação, estará a sociedade contemporânea, principalmente a cidade de Peniche, interessada, consciente, atenta e devidamente preparada para responder à intervenção num edifício de importante valor histórico e cultural e ao crescimento que isto trará para a cidade?

Tendo isto em consideração, põe-se a seguinte hipótese: as entidades responsáveis pela Fortaleza de Peniche devem consciencializar-se de que deverá haver uma intervenção imediata no espaço, de modo a contribuir para a construção de um turismo controlado que dê abertura a novas oportunidades para a sociedade.

## **A metodologia**

O desenvolvimento da presente investigação é realizado através de um estudo desenvolvido a partir de quatro fases fundamentais.

Numa primeira abordagem é efetuada uma pesquisa em arquivos e bibliotecas permitindo reunir a informação relativa às diversas áreas em estudo, permitindo obter uma visão abrangente do tema em questão. O resultado da pesquisa permite um aprofundamento dos conhecimentos relativos à reabilitação de edifícios e à intervenção no património. A segunda fase, consiste numa análise *in situ* do conjunto que abrange toda a fortaleza de Peniche. Tal análise é fundamental, permitindo um conhecimento amplo, sensorial e, sobretudo visual aprofundado. De tal modo, são realizadas várias visitas ao local do estudo de caso.

A terceira fase, concretiza-se na obtenção de documentação específica e recolha de informação sobre o local a intervir. Por último, como reflexo de toda a investigação, será apresentada uma proposta de reabilitação, a qual consiste em reconverter a fortaleza numa pousada complementada com espaços culturais e de investigação de modo, a criar não só condições necessárias para a realização de turismo de forma consciente e controlada, como também dar apoio a produtos locais. Para tal, serão tidos em conta todos os aspetos históricos da fortaleza de modo a preservar e valorizar o património edificado.

## **A estrutura**

Estruturalmente, o programa do presente trabalho de investigação, encontra-se dividido em seis capítulos essenciais, seguido dos anexos.

O primeiro capítulo - Introdução - tem como objetivo apresentar o tema da dissertação, de modo a elucidar a abordagem ao tema, quais os objetivos a alcançar, quais os problemas a solucionar, qual o método utilizado e a forma como este será estruturado ao longo de toda a dissertação.

O segundo capítulo - Reabilitação, Património e Turismo - pretende contextualizar o tema em análise, em que se subdivide em três subcapítulos. No primeiro, faz-se uma abordagem ao modo como a reabilitação de edifícios é essencial na medida em que há muitos edifícios ao abandono e degradados nas cidades. No segundo, apresenta-se o tema do património, quais os objetivos a cumprir para a preservar o valor histórico. Por último, aborda-se o fenómeno do turismo e o impacto provocado por este em Portugal, mais especificamente na região de Peniche, e o modo como o património se relaciona com o turismo.

O terceiro capítulo - A região de Peniche - tem como objetivo, elaborar uma pesquisa teórica referente à caracterização da região de Peniche, desde a sua origem à atualidade.

O quarto capítulo - A Fortaleza de São Francisco - é uma investigação sobre a fortaleza de Peniche, quais os motivos que levaram à sua construção, às suas diferentes fases e o estado atual que possui.

O quinto capítulo - As Pousadas - aborda a questão da reconversão de usos, tendo como elemento de estudo as pousadas, com uma breve investigação da sua origem, tanto a nível internacional como nacional, e o que motivou o seu aparecimento. Deste modo, será importante apresentar três estudos de caso em que a reconversão de edifícios de valor patrimonial para pousadas fora bem-sucedida e aproveitada, dando assim um novo uso a estes espaços.

O sexto capítulo - A proposta de projeto - é referente à parte prática da dissertação e subdivide-se em dois subcapítulos. Primeiramente é apresentada a memória descritiva e justificativa. De seguida, apresentam-se o programa e conceito, funcionalidades e distribuição, escolha de materiais, questões construtivas e técnicas para a realização do projeto. Por último, segue-se o anexo, das peças desenhadas.

## Normalização

A estruturação da presente dissertação de mestrado foi definida segundo as *Normas de formatação de teses de mestrado* da Universidade da Beira Interior, segundo despacho N° 49/R/2010, seguindo a sequência de apresentação. No corpo de texto, foram também estabelecidas as mesmas regras de formatação do despacho (N° 49-7R/2010).

As notas de rodapé, citações e bibliografia, utilizou-se as normas internacionais do *American Psychological Association 6th edition*. Todas as obras referenciadas constam da bibliografia, pelo que as referências indicadas no corpo de texto encontram-se na bibliografia geral.

Algumas das citações que surgem ao longo da dissertação encontram-se em itálico e/ou entre aspas (“texto”), uma vez que compreendemos ser importante salientar títulos, marcas ou palavras.

O desenvolvimento desta dissertação segue as normas do novo acordo ortográfico, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2012.

## Justificação do tema

O tema abordado nasce de um forte interesse em contribuir para o melhoramento de edifícios não aproveitados, de modo a criar novas oportunidades para as cidades. Sendo a fortaleza de São Francisco um elemento militar, que outrora contribuiu para a defesa contra os inimigos, serviu de abrigo aos refugiados e foi prisão de alta segurança no Estado Novo, torna-se relevante a elaboração desta investigação como forma de compreender como um edifício de tão grande valor histórico para a região de Peniche está no limiar da degradação e abandono. O interesse em adaptar um espaço com muita história e identidade a uma nova função decorrente das necessidades atuais será um grande desafio, mas sobretudo muito gratificante na medida em que trará benefícios à cidade de Peniche.

Com isto, torna-se fundamental elaborar esta dissertação de modo a contribuir para uma maior consciencialização na defesa do património edificado, ao mesmo tempo que se dá um novo uso e vivência que irá potencializar e tirar o maior proveito destes espaços ainda com tanto para oferecer à sociedade.

## Glossário<sup>1</sup>

De forma a dar início a esta dissertação, pareceu-nos oportuno clarificar algumas palavras-chave e interpretá-las, facilitando a compreensão de todo o texto de uma forma mais rigorosa.

### Ameia

*s. f.* Abertura nas muralhas de modo a avistar os inimigos.

### Adarve

*s.m.* Espaço estreito de passagem situado no topo das muralhas ou muros das fortificações.

### Artilharia

*s. f.* Arte de atirar. Utilizada na defesa e no ataque.

### Baluarte

*s. m.* Elemento caracterizante da fortificação abaluartada. Planta pentagonal irregular que se destaca nos ângulos de duas cortinas. É composto por três partes: a gola, os flancos e as faces.

### Bateria

*s. f.* Plataforma onde está disposto um determinado número de bocas de fogo de artilharia.

### Canhoeira

*s. f.* Intervalo entre os merlões de uma fortificação abaluartada, na qual eram dispostas as bocas de fogo. Na época medieval corresponde às aberturas das ameias.

### Casamata

*s. f.* Praça coberta, de estrutura abobadada situada nos muros e, muitas vezes, nos flancos dos baluartes, para alojar peças de artilharia.

### Caserna

*s. f.* Espaço de dormir existente no interior de um quartel.

---

<sup>1</sup> Definições elaboradas a partir do Livro “Dicionário de Arquitectura Militar”, do autor António Lopes Pires Nunes.

## Cidadela

*s. f.* Fortaleza de planta pentagonal ou hexagonal, cercada por um fosso, situada normalmente na parte dominante de uma fortificação abaluartada, ou junto desta.

## Cisterna

*s. f.* Depósito de água, com resguardo, localizado normalmente dentro do recinto de uma fortaleza, para onde se recolhiam as águas pluviais, através de vários sistemas de encanamento.

## Cortina

*s. f.* Troço do reparo entre dois baluartes. Corresponde à muralha medieval.

## Entrincheiramento

*s. m.* Ou campo entrincheirado. Expressão para o espaço criado em volta de uma praça por cintura de obras de fortificações definitivas e temporárias, construída a uma distância conveniente. Destinava-se a preencher a deficiência do traçado abaluartado.

## Estrelada

*s. f.* Forma imprópria de designar a fortificação abaluartada.

## Fortaleza

*s. f.* Obra fortificada poderosa destinada a alojar uma guarnição e a defender uma povoação e seus contornos.

## Forte

*s. m.* Pequena fortificação isolada que podendo ser autónoma, depende muitas vezes, de uma praça principal.

## Fortificação

*s. f.* Expressão geral que designa todos os trabalhos e obras de defesa militar, de uma determinada área.

## Fortim

*s. m.* Fortificação de dimensões reduzidas; pequeno forte.

## Fosso

*s. m.* Escavação em todo o perímetro da fortaleza ou só nas partes mais expostas, que dificultava o acesso à entradas e aproximação às muralhas. Podia ser seca ou cheia de água, conforme as possibilidades e o tipo de fortaleza.

## Governador da Praça

*s. m.* Comandante militar da praça e suas dependências. Cargo equivalente ao alcaide nos castelos medievais.

## Guarita

*s. f.* Pequena construção que se destaca dos ângulos das cortinas e baluartes, de forma cilíndrica ou prismática, para abrigo e defesa das sentinelas.

## Guarnição

*s. f.* Conjunto de soldados existentes no interior de uma fortificação.

## Meio Baluarte

*s. m.* Baluarte incompleto. O meio baluarte tem de um lado o flanco e a faze normais, e no outro é retilíneo.

## Merlão

*s. m.* Cada uma das partes maciças do parapeito de uma fortaleza abaluartada, separadas umas das outras pelo intervalo da canhoeira. O merlão correspondia, na fortificação à ameia da fortificação medieval.

## Muralha

*s. f.* Muro construído normalmente em pedra, ladrilho ou taipa, que constituía a defesa de uma fortaleza ou de uma povoação. Pela sua altura, espessura e disposição destinava-se a evitar o seu escalamento.

## Paiol

*s. m.* Local destinado ao armazenamento de pólvora ou outro tipo de explosivos. Pode estar à superfície de um terreno, semienterrado ou enterrado.

## Pano de muralha

*s.m.* Troço da muralha entre duas torres ou duas esquinas. Também designado por cortina.

## Praça

*s. f.* Parte mais ampla de uma fortaleza abaluartada envolvente da povoação e exterior à cidadela, tendo como limite exterior o caminho coberto. No caso de não haver cidadela definida, a expressão refere-se a toda a fortaleza.

## Praça de Armas

*s. f.* Lugar de reunião dos defensores.

## Ponte Levadiça

*s. f.* Ponte em madeira que permitia o acesso a um castelo ou fortaleza.

## Revelim

*s. m.* Obra exterior destinada a cobrir portas e cortinas, de forma triangular, podendo, contudo, ter flancos. A gola do revelim normalmente era a contraescarpa.

## Sentinela

*s. f.* Soldado que se encontrava de vigia.





Figura 2 - Peine del Viento, San Sebastián, Espanha.

Fonte: <http://objetivogipuzkoa.diariovasco.com/fotos-Geminis/peine-viento-840169.html>. [Acedido a 7 de março de 2018]

# Capítulo 2

## 9. A Reabilitação, o Património e o Turismo

Atualmente, a Reabilitação, o Património e o Turismo, são termos que se complementam no sentido em que o Património edificado, em detrimento do tempo sofre intervenções no sentido de recuperar, restaurar e revitalizar, o que faz com que esse património edificado ganhe um novo rumo, uma nova vida. Em consequência do património reabilitado, a curiosidade leva a que o local seja muito procurado. Tal acontecimento provoca o aumento significativo do turismo.

### 9.1 A Reabilitação e a Sustentabilidade

*“The most sustainable may be one that already exists.”* (Grimmer, 2017, p. 25)

A construção é uma das atividades com maior impacto quer a nível social, económico ou ambiental. As novas construções surgem com o aumento da população gerando um elevado consumo de recursos e um crescimento excessivo e desorganizado dos núcleos urbanos. Assim, a reabilitação torna-se fulcral na medida em que combate e previne o envelhecimento das zonas consolidadas das cidades. Os centros históricos portugueses que, outrora, foram o principal núcleo da vida social e económica, hoje, possuem imensos edifícios em degradação motivados pela exacerbada construção de novas edificações sem qualquer controlo.

Mas, face ao atual estado de degradação e ineficiência de vários edifícios antigos, a importância em preservar e manter a identidade das cidades tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos tanto a nível nacional como mundial. O processo de reabilitação do edificado pretende preservar e melhorar o construído assim como requalificar o território que compõe a cidade. Neste contexto, a reabilitação de edifícios antigos contribui para a revitalização dos centros históricos das cidades.

Tanto na Europa como em Portugal, a sustentabilidade e a reabilitação são duas áreas que se complementam e assumem uma importância fundamental no património natural e cultural. A sustentabilidade age como uma mais valia económica e ambiental ao reduzir os consumos energéticos na produção e aplicação de novos produtos de construção e, também ao utilizar materiais tradicionais e locais como a pedra e a madeira.

Tanto a reabilitação, como a conservação e salvaguarda do património, são nos dias que correm temas complementares nos centros das cidades. Entende-se, portanto, que a melhor forma de

preservar o património, é mantê-lo em uso, onde a reabilitação contribui não só para uma diminuição dos impactos ambientais, mas também para uma arquitetura mais sustentável.

### 9.1.1 Definições e Princípios

De forma a clarificar os temas apresentados, optamos por explicar o conceito de reabilitação de modo a ter um maior rigor linguístico.

Das inúmeras definições de reabilitação encontradas na literatura corrente, destacam-se as seguintes:

“... a reabilitação baseia-se fundamentalmente em resolver as lacunas de um edifício, lacunas essas construtivas, espaciais, funcionais e até ambientais, desta forma o edifício torna-se num espaço com mais condições de habitabilidade, qualidade de vida, melhorando o seu desempenho funcional, para tal, é necessário recorrer a uma modernização quer das técnicas construtivas usadas, quer do planeamento dos novos espaços, tendo sempre em conta uma correta conservação do existente.” (Pinto, 2014, p. 16)

“A reabilitação é a operação dirigida a melhorar o nível de qualidade inicial do edifício ou obstar à sua degradação acentuada resultante da não efetivação de obras de conservação com a periodicidade necessária.” (Marinho, 2014, p. 28)

“A reabilitação é definida como a forma pela qual se procede à integração dos monumentos e edifícios antigos no ambiente físico da sociedade actual, através da renovação e adaptação da sua estrutura interna às necessidades da vida contemporânea, preservando ao mesmo tempo, cuidadosamente, os elementos de interesse cultural.” (Carrola, 2012, p. 32)

A reabilitação engloba alguns conceitos fundamentais quando se trata de intervir no passado, na história, na memória, na tradição, entre outros. Para tal, são enumerados alguns deles tais como, a conservação, a restauração, a reconversão, a reconstrução e ampliação.

**Conservação** - entende-se que conservar é um ato de manter o existente, seja patrimonial ou cultural, desde a “sua data de construção, reconstrução, ampliação ou alteração” de modo a preservar a história, a identidade e os valores do edificado.

**Restauro** - restaurar implica recuperar todos os valores estéticos, culturais e históricos dos monumentos, respeitando-os quer pela autenticidade quer pela antiguidade.

**Reconversão** - reconverter é o ato de adaptar o existente a uma nova função, a um novo uso de acordo com as necessidades atuais.

**Reconstrução** - reconstruir implica reconstituir as fachadas, a altura ou o número de pisos de um edificado existente, parcial ou totalmente em elevado estado de degradação ou mesmo em ruínas.

**Ampliação** - entende-se que ampliar é aumentar, podendo ser na implantação, na altura das fachadas ou no volume de um edifício existente.

O porquê de reabilitar edifícios históricos situados nas cidades, vilas ou aldeias, é uma questão que permanece na sociedade atual. Ao observarmos tais edifícios, deparamo-nos com o elevado estado de degradação, provocados pelo tempo, falta de manutenção, abandono ou desgaste. Com isto, é necessário intervir para uma melhoria das condições socioeconómicas e culturais das zonas degradadas. A reabilitação torna-se a melhor forma de intervir atuando segundo princípios de conservação e preservação do edificado histórico. Ao reabilitar, é necessário ter em conta alguns aspetos, tais como: intervir de forma a melhorar o estado do edifício, quer seja mantido a mesma função ou adaptado a um novo uso, visando sempre que se trate de património edificado a sua preservação e resolver os problemas construtivos, funcionais e ambientais através de novas técnicas e equipamentos que assegurem o seu melhor desempenho.

## 9.2 O Património

Para Françoise Choay<sup>2</sup>, o Património está ligado “às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. (Choay, 2010, p. 11) O conceito de Património deriva do latim “*patrimonium*” e remete para heranças por parte do pai, bens de família ou até propriedades. De um modo lato, o conceito de património justifica-se como uma espécie de herança do passado que importa transpor para o futuro.

Entende-se que o Património é um conjunto de valores herdados do passado, com elevada importância natural e cultural, que necessitam de ser preservados e valorizados por todos nós para que a história, a memória e a identidade permaneçam presentes num determinado local ou país. É importante perceber que o património, resulta de um processo de reconhecimento e seleção de um determinado elemento que justifica a sua valorização pela simbologia que lhe é atribuída, depois de reconhecido é considerada a necessidade de preservar expondo a seu proveito social e por vezes económico. (Boas, 2013, p. 9) Por conseguinte, surgem novos modelos elaborados pelos governos das diversas sociedades a fim de preservar todo o passado de valor histórico.

---

<sup>2</sup> Françoise Choay é historiadora de teorias e formas urbanas e arquitetónicas e professora de Urbanismo, Arte e Arquitetura na Universidade de Paris VIII. Tem como principais interesses a filosofia e a crítica de arte.

Com esta constante preocupação pelo património, os governos estabeleceram uma série de medidas, elaboradas em cartas e convenções com várias definições e regras a cumprir em relação ao património, tanto a nível local como mundial.

Durante o século XIX, a Europa vivia de ameaças constantes ao património, o que impossibilitava um consenso no que respeita à sua conservação e proteção dos monumentos. Foi com o culminar de vários acontecimentos, como o surgimento da Revolução Francesa, que a sociedade passou a encarar o património como algo importante. É também no decorrer dos vários acontecimentos que surgem alguns problemas em torno das medidas a aplicar no restauro do património edificado. Associados a isto, surgem nomes como Viollet le Duc<sup>3</sup>, a favor do restauro, e John Ruskin<sup>4</sup> e William Morris<sup>5</sup>, contra o restauro.

### 9.2.1 As Cartas Patrimoniais

Apenas no século XX surgiram as primeiras cartas e convenções internacionais com intuito de salvaguardar o património, resultantes de várias conferências realizadas na Europa. Dos vários documentos apresentados é de salientar os seguintes:

**Carta de Atenas** - Na sequência do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado em Atenas em 1931, foi estipulada a *Carta do Restauro* o que previa, como afirma José Santos (2017), a valorização histórica e artística, a não refuncionalização e o respeito pela longevidade dos monumentos. Nesta carta são elaborados os primeiros princípios associados à conservação e restauro dos monumentos com fim a recuperar e valorizar os inúmeros monumentos históricos degradados.

**Carta de Veneza** - Em 1964, teve lugar em Veneza o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos onde visou aprofundar o sentido de preservar os monumentos antigos. Aqui, as políticas de conservação e restauro são estabelecidas com maior rigor e a valorização do testemunho histórico é realçada, constituindo o monumento como uma forma de memória da sociedade. Neste sentido, o ato de restaurar os monumentos “deve obedecer à conservação dos valores estéticos e históricos, respeitando ao máximo objeto original. A par da restauração, deve ser pensada com a utilização de técnicas tradicionais...” (Santos, 2017, p. 31)

**Carta de Cracóvia** - No ano de 2000, decorreu uma conferência na Polónia, dirigida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e pelo Centro Internacional de Estudos

---

<sup>3</sup> Eugène Emmanuel Viollet le Duc foi um arquiteto francês e um dos primeiros teóricos no que diz respeito à preservação do património histórico.

<sup>4</sup> John Ruskin era um escritor e crítico de arte, opositor da restauração ao afirmar que “restaurar é impossível”. Seria como dar vida a um morto. Defendia a conservação litigiosa como forma de preservar os monumentos.

<sup>5</sup> William Morris, designer, poeta, romântico e ativista defendia também o não restauro.

para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), com o apoio da União Europeia (UE) onde se aprofundou a carta de Veneza, apresentando os princípios para a conservação e restauro do património construído.

### 9.3 O Turismo

*“É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite... É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos.” (Saramago, 2016)*

Vários são os conceitos de turismo, enunciados ao longo dos tempos por pensadores, economistas, escritores, entre outros que interpretaram e descreveram o turismo tendo como base vários fundamentos e pensamentos. Cada vez com uma maior visibilidade à escala mundial, o turismo é um fenómeno bastante estudado.

Assim, neste capítulo pretende-se explicar o conceito de turismo na generalidade, para posteriormente, se apresentar como o turismo atua em Portugal e, mais especificamente, na cidade de Peniche.

O conceito de turismo começou a surgir em 1911 através de Herman Von Schullern zu Schrattenhofen, ao afirmar que o turismo “é o conjunto que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. (Barretto, 1995, p. 9)

Também Mathieson e Wall (1982) definem o turismo não só como um movimento temporário de indivíduos para destinos fora dos locais de residência e trabalho, mas também as atividades e infraestruturas concebidas para satisfazer todas as suas necessidades durante o período de estadia.

Embora não haja uma definição concreta de turismo, diferindo de país para país, a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1991, define-o como sendo um conjunto de “atividades que os indivíduos realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”. (Beato, 2008)

Posto isto, compreende-se que o turismo está associado à deslocação de indivíduos para fora da residência habitual, seja por motivos de férias, cultura ou saúde em que a duração da mesma e o local de alojamento diferem do habitual sem obter quaisquer fins lucrativos.

Porém, esta definição não é aceite por unanimidade ao não se relacionar com a definição de turista, que pode ter vários significados dependendo dos países. Como exemplo disso, os Estados Unidos da América definem como turistas aqueles que viajam somente por motivos de lazer.

Há ainda quem considere que um excursionista seja um turista uma vez que se desloca num espaço de tempo de um dia para um determinado destino (cidades, vilas, aldeias por exemplo). Torna-se, portanto, fundamental perceber que “nem todo o visitante é um turista e que este último deve simultaneamente satisfazer certos critérios baseados na duração da estadia, na sua origem espacial e no principal motivo da sua viagem”. (Beato, 2008, p. 8)

Dada a necessidade de estabelecer uma definição de *Turista*, em 1937, a Comissão da Sociedade das Nações (SDN), definiu o turista como qualquer indivíduo que viaje por uma duração mínima de 24 horas, para outro país que não o do local de residência. Mais tarde, em 1963, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais é conhecida a definição de *Visitante* como sendo “toda a pessoa que se desloca a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada”. É reconhecida igualmente a definição de *Turista*, em que os visitantes permaneçam no mínimo de 24 horas no país escolhido e cujos motivos de viagem sejam de lazer, negócios, familiares, missões e reuniões.

### 9.3.1 O Turismo em Portugal

Portugal sempre foi um local propício à prática do turismo face a um diverso conjunto de fatores que ajudavam a essa prática. As boas condições climatéricas, a comida tradicional e a hospitalidade do povo português tão bem conhecida, bem como a diferença dos preços praticados em Portugal comparado com os restantes países europeus, são bons exemplos disso. Contudo, os recuos sentidos por parte das entidades políticas levaram a que a afirmação do turismo nacional chegasse mais tardiamente.

Vítor Maximiano Ribeiro, escritor e jornalista, na sua intervenção no I Congresso Nacional de 1910, utiliza o termo “*tourismo*” que entrará definitivamente em uso na língua portuguesa, a partir do IV Congresso Internacional de Turismo que teve lugar em Lisboa no ano de 1911. (Beato, 2008, p. 43)

Apenas em 1911, no IV Congresso Internacional de Turismo realizado em Lisboa, é criada a primeira organização oficial do turismo em Portugal, a *Repartição do Turismo*. Até aqui o turismo em Portugal era praticamente nulo, onde os turistas estrangeiros optavam mais pelas regiões da Madeira e Lisboa enquanto que os portugueses procuravam as estâncias termais situadas no norte e centro do país.

No pós-Guerra, com falta de infraestruturas e produção de bens, Portugal ainda era pouco eficiente no turismo em relação à Europa. Mas com as dificuldades financeiras, Portugal via no turismo uma fonte de rendimento e propaganda do regime, procurando através de ações

governativas, soluções para o seu desenvolvimento. Rapidamente, o fluxo de visitantes e dormidas<sup>6</sup> aumentara sobretudo na região de Lisboa, Porto e Aveiro.

Em 1954, foi aprovada a Lei nº2073 que possibilitava, as entidades hoteleiras, um fácil acesso a créditos e isenções fiscais de modo a contribuir para o seu desenvolvimento.

Com as novas regras e leis, o turismo continuava a aumentar progressivamente, batendo recordes nacionais de estrangeiros que visitavam o país. A maioria vinha do Reino Unido e os Estados Unidos, Espanha e França. Os destinos de eleição eram as regiões do litoral por possuírem praias e sol. Isto provocava uma perda elevada de turistas no interior do país.

Até 1977, as unidades hoteleiras registaram aumentos sucessivos, ainda que devido à Revolução Portuguesa tenham sofrido uma estagnação. Porém, em 1979, o número de turistas atingia um novo valor histórico. Nos anos que se sucederam, Portugal apresentou um grande crescimento turístico.

Em consequência deste crescimento, o turismo português vivia em êxtase, que, contudo, seria irreal e desmesurado e que levou a uma ideia de lucro fácil. Como resultado, o turismo português começou a apresentar sinais de risco, como: o excesso de oferta, a carência das infra-estruturas, a construção descontrolada sem qualquer tipo de preocupação com o circundante, levando à destruição e descaracterização de recursos naturais e a excessiva dependência de um baixo número de mercados emissores. (Cardoso, 2015)

A diversificação foi o principal desafio imposto ao turismo português, procurando novas atrações, novos mercados e novas ideias. É então que surge, em 1980, o Plano Nacional do Turismo (PNT) com o intuito de perceber as diferenças e carência existentes entre as várias regiões do país, além de adotar uma política de preservação e valorização do património cultural e natural.

Com a chegada do século XX, a dormida de turistas caiu fortemente, em contrapartida, as dormidas praticadas pelos portugueses aumentou de forma repentina, o que amenizou os possíveis prejuízos.

---

<sup>6</sup> Entende-se por dormidas o número de noites efetuadas por um indivíduo num determinado alojamento, por um período de 24 horas.

### 9.3.2 O Turismo em Peniche

A economia de Peniche provém do mar e da terra, com as atividades piscatórias e agrícolas a imperar. Rodeado de mar, Peniche encontra-se indubitavelmente ligado ao turismo. Considerado “Capital da Onda”, Peniche é sobretudo um destino de turismo desportivo, centrando-se na prática do surf, e nos últimos anos, tem vindo a receber um dos mais importantes campeonatos de surf do mundo. O clima ameno é propício a banhos e à prática de desportos náuticos nas extensas praias, sobretudo nos meses de Verão onde a afluência de turistas é maior.

Além disto, Peniche detém um vasto património histórico, cultural, natural e religioso, apresentando uma diversidade de recursos turísticos, onde estão presentes a gastronomia e o artesanato.

Dada a proximidade do mar, Peniche desde sempre se dedicou à pesca, pelo que a sua gastronomia é focada nos pratos de marisco e peixe. Quanto ao artesanato, a renda de bilros é uma arte bem presente na cidade, onde o Museu da Renda de Bilros juntamente com uma escola, não só dá a conhecer toda a sua história como a oportunidade de puder aprender a arte da tecelagem.

Quanto ao alojamento, Peniche apresenta um número considerável de estabelecimentos hoteleiros, *guest houses*, pensões e residenciais.

O turismo em Peniche sempre foi dominado pela prática de surf e, nos dias de hoje, ainda é bem expressivo. Contudo, nos últimos anos, os turistas têm demonstrado um interesse acrescido por recursos diversos, como a cultura, a natureza ou o património.

A cultura, a história e a diferenciação da cidade proporciona uma forte atração para o visitante/turista. Por estas razões, a Fortaleza de Peniche assume-se como um elemento fundamental na dinamização e valorização da cidade, sendo a intervenção não só a preservação do edificado como a possibilidade dos turistas puderem usufruir daquele espaço repleto de memória e história.



Figura 3- Fortaleza ao anoitecer, Peniche.

Fonte: João Rosado -

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204018339938923&set=a.2430161573529.84631.1836303293&type=3&theater> [Acedido a 10 de março de 2018]

*“Semeada à beira mar,  
Nasceu discreta e singela  
Sob o olhar de uma gaivota  
Que pairava sobre ela.”  
(Cândido, 2006)*

# Capítulo 3

## 10 A Defesa Portuguesa

As fortificações militares evoluíram ao longo do tempo na forma e tipologia, adequando-se ao crescente aperfeiçoamento das armas. Sob a direção dos engenheiros militares, foram-se espalhando pelo litoral e/ou margem dos rios, apresentando-se como marcos do território. Num contexto mais amplo, desempenharam um importante papel estruturante como símbolos políticos do domínio do território e importantes como elementos na “estruturação da paisagem rural portuguesa”. (Lopes, 2012, p. 12)

Os sistemas fortificados eram implantados nos principais aglomerados populacionais, em pontos estratégicos e elevados do território nacional, de forma a defender a área de possíveis ataques. Ao longo de toda a costa litoral portuguesa, as fortificações foram sendo modificadas ao longo dos séculos na sequência do progressivo aperfeiçoamento das técnicas de armamento e artilharia.

Com o fim das guerras, as fortificações, tornaram-se obsoletas, caindo em desuso. Verdadeiros símbolos de poder e imponência, perderam o seu valor estratégico e, desse modo, sua permanente degradação tornou-se evidente. Tais estruturas militares - fortes, fortins e fortalezas abaluartadas - espalhadas por todo o território português, testemunham o património histórico cultural edificado de elevada importância ao longo dos tempos. Contudo, nos dias de hoje, várias são as fortificações que apresentam o aspeto de abandono, algumas em ruínas ou apenas com as fundações e outras já desaparecidas por completo. Algumas das várias intervenções realizadas não dignificam a história do edifício ao eliminar a sua identidade e integridade no meio envolvente.

O enquadramento e evolução histórica de Peniche torna-se assim fundamental na compreensão da implantação da Fortaleza de São Francisco.

# 11 A região de Peniche

## 11.1 Enquadramento no Território

Dada a extensa linha litoral, Portugal deteve de um notável conjunto de estruturas defensivas com o objetivo de proteger as populações e as áreas de interesse estratégico.

A costa portuguesa sempre foi alvo de alterações do nível do mar, acabando por delinear um limite muito rico e diversificado formado por zonas escarpadas, penínsulas, dunas, baías e lagoas. (Túlio, 2015, p. 17)

Peniche nasceu de uma península que não ocupava, no continente, mais que uma área de setenta e quatro quilómetros quadrados, onde só um quinto dessa área corresponde “à antiga ilha e aos terrenos de aluvião relativos ao istmo que haveria ligá-la ao continente”. (Calado, 1984, p. 15)

Ora, Peniche compreendido (figura 4), a norte e a leste pelo concelho de Óbidos, a sul pelo concelho da Lourinhã e a poente pelo Oceano Atlântico, sobressai por possuir uma área de pequenas dimensões e com poucos recursos económicos, o que não impediu de ali se edificarem inúmeras e grandes fortificações importantes na época medieval. Tais estruturas defensivas ergueram-se não só na península, mas também na periferia, acompanhando sempre o limite do mar, nomeadamente na Atouguia da Baleia (leste), na ilha da Berlenga (oeste), no Baleal (norte) e na Consolação (sul).

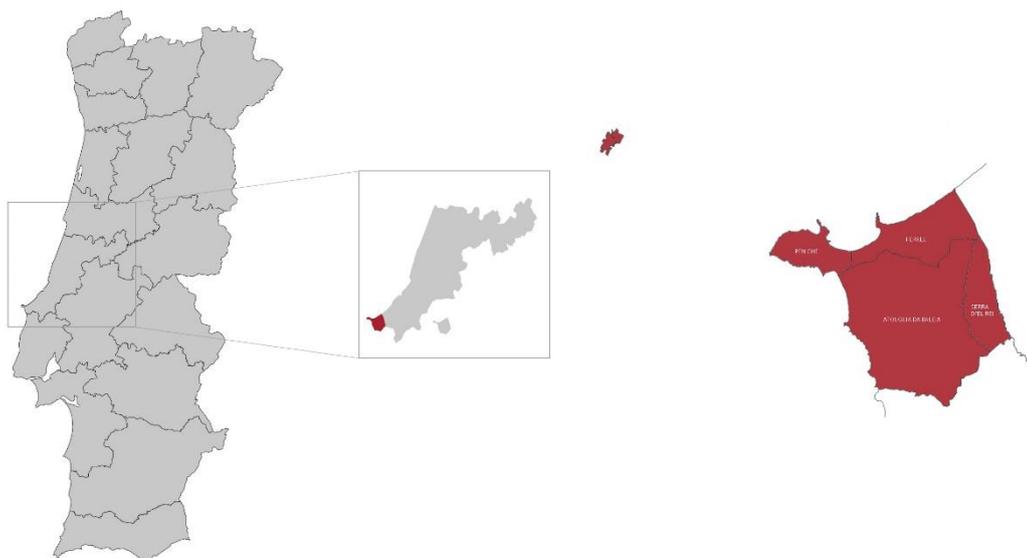


Figura 4 - Localização geográfica de Peniche.

Fonte: Esquema da autora.

Apesar da magnífica e imponente paisagem militar, de aspeto maciço e perene, que a península de Peniche usufruía, muitas dessas estruturas já desapareceram ou encontram-se ao abandono, em estados de preservação muitas vezes deploráveis.

Pela adaptação das estruturas para novos usos ao longo dos tempos, é possível estudá-las e compreender toda a sua história.

Com o sistema defensivo consolidado na península de Peniche, novas estruturas foram surgindo ao longo de toda a costa litoral oeste, iniciando-se, a norte, com a construção do Forte de São Martinho Porto e o Forte de São Miguel de Pederneira na Nazaré, e de seguida, a sul, com a construção do Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, do Forte de Nossa Senhora da Graça de Penafirme, do Forte de Santa Susana e o Forte de São Pedro de Mil Regos (Calado, 2000, pp. 16-17), o que proporcionou o aumento da paisagem militar do litoral, tendo como principio a praça-forte de Peniche.

## 11.2 Uma Península de História

*“E, ao longe, Peniche, qual mão espalmada de gigante estendendo pelo mar o dedo altivo do Cabo Carvoeiro, rodeada das suas praias maravilhosas, cingida entre enormes rochedos e soberbas muralhas, ciosa da sua beleza, do seu passado e do seu valor, de casario branco e donairoso a espalhar-se, atrevido, de costa a costa...”* (Calado, 1984, p. 19)

Peniche, há cerca de duzentos mil anos atrás, havia sido constituído apenas por um pequeno ilhéu<sup>7</sup> “espreitando, a medo, à superfície do mar, cujo nível se encontrava cerca de trinta metros do actual”. (Calado, 1984, p. 46) Após sucessivas subidas e descidas do mar, deu-se a consolidação daquela que viria a ser ilha rochosa<sup>8</sup> de Peniche até ao século XIV.

Todavia, em meados do século XII, a existência de povos na ilha de Peniche era ainda desconhecida, como refere Osberno<sup>9</sup>, na crónica em que descreve a conquista de Lisboa, que “Abunda esta ilha em veados e sobretudo em coelhos...” (Herculano, 1860, p. 395)

Ora, aquando da conquista de Lisboa, o rei D. Afonso Henriques, em 1158, concedeu a D. Guilherme de Corni (de Cornes, Descornes, de Licorni, ou de La Corni) como prémio pelos bons serviços prestados, a vila de Atouguia, que viria a desenvolver-se devido a excelentes condições quer pelo posicionamento no litoral, podendo tirar benefícios marítimos, quer pelos terrenos férteis e abundantes. Com isto, “a foz de Atouguia” (Herculano, 1860, p. 82), possibilitara o desenvolvimento do comércio de importação e exportação de mercadorias (coiros, sebos, cera, azeites...) e tornara-se o principal porto de pesca da região.

D. Dinis, em prol da defesa do reino que tendia a aumentar, mandara contruir o Castelo de Atouguia junto ao rio de S. Domingos<sup>10</sup>. Este sofreu algumas alterações de forma a melhorar o sistema defensivo que se encontrava em constante evolução. Mas, nos dias de hoje, existem apenas vestígios das ruínas.

Nesta época, devido à escassez de meios de comunicação, eram os rios, o mar e os portos marítimos fundamentais no transporte de pessoas e mercadorias desde o litoral até ao interior do continente. A vila de Atouguia da Baleia continuaria a ser o porto de pesca mais importante do país, com a atividade piscatória a imperar, sobretudo a pesca da baleia que era uma “fonte de riqueza, tão ou mais rendosa nessa época, do que o cultivo do solo”. (Pico, 1963, p. 548)

---

<sup>7</sup> Ilhéu é uma pequena ilha ou apenas um rochedo no mar, também designado por ilhota ou farelhão.

<sup>8</sup> Com cerca de 150 milhões de anos de existência, a ilha de Peniche, é “constituída essencialmente por calcários compactos, margas e grés calcários”.

<sup>9</sup> Guerreiro historiador associado à conquista de Lisboa aos Mouros por D. Afonso Henriques.

<sup>10</sup> Também designado por rio de Atouguia, rio Real ou rio da Lagoa.

Além disso, contavam com a abundante exploração agrícola e ainda a criação de gados e pastagens que possibilitavam o rápido crescimento e desenvolvimento da povoação.

No ano de 1147, Peniche (figuras 5 e 6) apresentava ainda a configuração de ilha “distante do continente cerca de oitocentos passos” (Herculano, 1860, p. 395). Mas o Concelho fora sofrendo, lentamente, uma transformação geográfica devido ao “vomitar das areias arrastadas pelas correntes e pelos ventos” que mais tarde provocaria o “surgimento e crescimento progressivo do cordão dunário” que ligaria a ilha de Peniche definitivamente ao continente. (Calado, 1984, p. 93)

Como forma de abrigo e subsistência de quem por ali passava “... é de presumir que a fundação de Peniche remonte às origens do povoamento...” (Almeida, 1948)

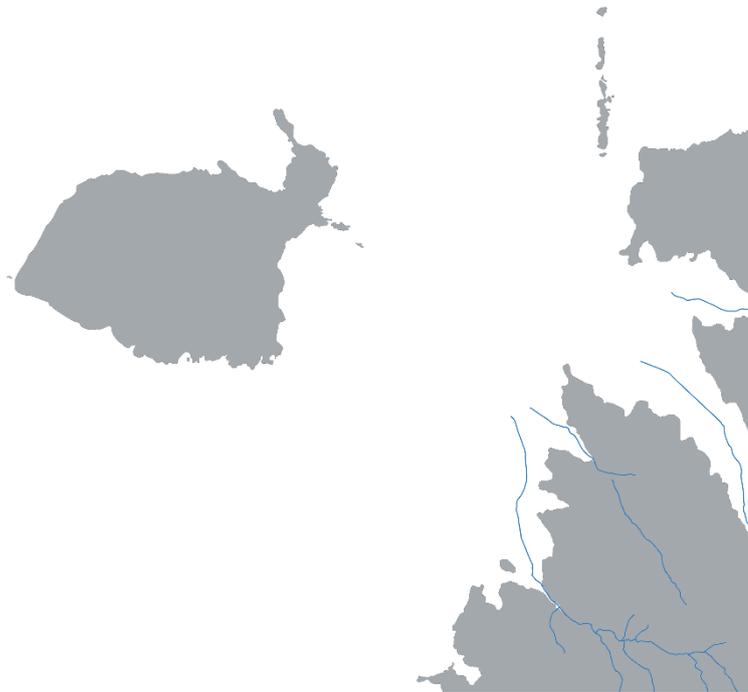


Figura 5- Recorte do litoral no século XII.

Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado *Da Ilha de Peniche*. Peniche, 1994, p.29

É sabido que, desde os tempos da pré-história e dada a favorável situação geográfica com grande fertilidade dos terrenos e dos mares, vários povos habitaram a ilha - onde se terão fixado ou apenas deixado vestígios da sua passagem - entre eles “os Fenícios, os Gregos, os Celtas, os Iberos, os Cartagineses e os Romanos“ (Calado, 2000, p. 17) contudo, ao longo dos tempos, apenas se comprovou a presença dos Romanos por diversos vestígios que deixaram tais como âncoras, ânforas, fornos, moedas, entre outros... Mais tarde, em meados do século V, terão passado também pela ilha os Suevos e os Visigodos e, mais tarde ainda, no século VIII, os Muçulmanos que permaneceram durante vários anos dando como influência os nomes das terras vizinhas (tal como Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota...) o que vem comprovar a existência de povos na região<sup>11</sup> ainda antes do surgimento da Nacionalidade no litoral da Estremadura.

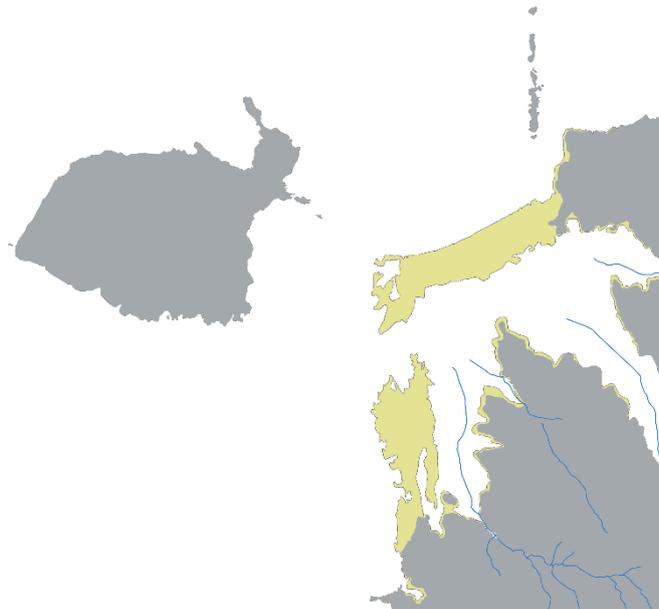


Figura 6 - Recorte do litoral no século XIII.

Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado *Da Ilha de Peniche*. Peniche, 1994, p.67.

No século XIV, com o progressivo assoreamento do rio de São Domingos, obstruindo a foz de Atouguia, o rei D. João I e, posteriormente, o seu filho D. Duarte, vêm-se obrigados a alargar o estuário para que as embarcações pudessem continuar a ir àquele que seria o porto mais importante do centro do país. Todavia, a natureza era mais forte e prosseguia, impavidamente, não dando oportunidade ao porto da vila de Atouguia. Com tal transformação, o rio viu-se obrigado a alterar o seu percurso, procurando seguir um novo escoamento de água rumo a Sudoeste e com a constante obstrução provocadas pelas areias contínuas culminaram no desaparecimento do porto de Atouguia e, conseqüentemente, o Castelo de Atouguia perdera, progressivamente, a sua importância e função militar que detinha no litoral.

Vivendo principalmente da atividade piscatória, grande parte dos habitantes de Atouguia tiveram de encontrar outro lugar que lhes permitisse dar continuidade à atividade piscatória,

---

<sup>11</sup> Entende-se por região a zona correspondente à zona atual do concelho de Peniche.

provocando assim um decréscimo populacional. Contudo, os que permaneceram, não mais praticaram pesca, dedicando-se sobretudo à agricultura que continuara abundante na região.

O êxodo aumentava a olhos vistos e, para travar tal acontecimento, o rei D. Manuel viu-se na necessidade de conceder à povoação várias regalias tais como o direito de cortar lenha e ter carniçaria<sup>12</sup> e carniceiro<sup>13</sup> em Peniche.

No final do século XV, com o progressivo assoreamento, a ilha de Peniche é “unida ao continente por um istmo de areia baixo e estreito” (Calado, 1984, p. 44) permitindo que a população se fixasse naquela nova terra (figura 7).

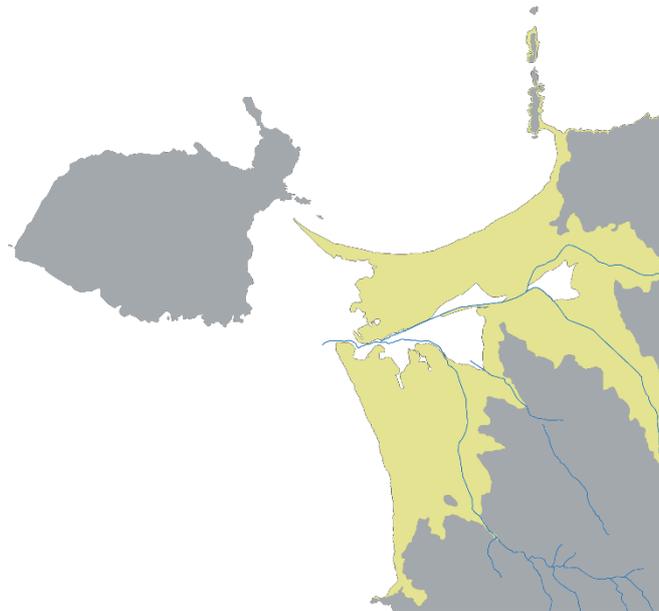


Figura 7 - Recorte do litoral no século XV.

Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado *Da Ilha de Peniche*. Peniche, 1994, p.70.

*“Pela sua excepcional posição e pela extensão do seu vale submarino - fertilíssimo em plâncton e nécton -, que lhes proporcionou, desde o primeiro povoamento, uma riqueza ictiológica suficiente para suprir às necessidades das suas gentes, até perto do final do século XV foi a pesca a actividade quase exclusiva dos habitantes de Peniche.”* (Calado, 1984, p. 99)

Com o feito dos descobrimentos, Peniche e a sua população, ficaram com “um novo afluxo de pessoas que vinham trabalhar na construção de navios de alto bordo” com os quais iriam tentar obter uma maior fortuna navegando pelo mar até aos portos do Oriente e América. (Audigane, 2011, p. 5)

<sup>12</sup> Carniçaria (s.f): Carnificina; Açougue; Ato de preparar carne para a venda in *Dicionário de Língua Portuguesa online*, 2012.

<sup>13</sup> Carniceiro (s.m): Açougueiro; Cortador; Magarefe; Negociante de carnes frescas in *Dicionário de Língua Portuguesa online*, 2012.

Os primeiros locais a serem habitados pela população, que não parava de aumentar, foram Peniche de Cima<sup>14</sup> (a norte) e posteriormente a Ribeira<sup>15</sup> (a sul) provocado pela ligação que seguia o sentido norte-sul.

Consciente do aumento significativo da população dado o acelerado crescimento demográfico e económico e a posição geoestratégica que Peniche detinha, o rei D. Manuel viu-se na necessidade de sugerir a construção de “um castelo ou um baluarte” como modo de defesa contra “os que aproavam à terra, dizimavam a agricultura, furtavam embarcações, saqueavam os haveres dos pobres habitantes indefesos...” (Calado, 1984, p. 107) Tal interesse foi exibido numa carta em 15 de julho de 1544, dirigida por D. Afonso de Ataíde, senhor de Atouguia, ao rei D. João III onde denota que a construção de um sistema defensivo era imprescindível para Peniche e descreve o melhor lugar para a construção de uma Fortaleza. A sua vontade não foi realizada, porém a análise da mesma torna-se interessante e pertinente.

Na carta de D. Afonso de Ataíde, poder-se-á ler:

*“Senhor:*

*Até gora não respondi a Vossa Alteza ao que me mandou por sua carta sobre o castello e baluarte que quer fazer na Ribeira d’Atouguia<sup>16</sup>, porque quis saber o como se faria melhor, e com menos custo, e domde se podia ajudar a fazer e manter como me Vossa Alteza escrepveo, que queria que se fizesse e mantivesse.*

*(...) diziam que lhes parecia mui necessário fazer-se huma fortaleza pera recolhimento de molheres, e mininos, e velhos, e suas fazemdas, e eles quando comprise, e pera os navegantes estrangeiros que se ahi acolhem muitos, asim do Reyno como de fora do Reyno. Diserão mais pello dito juramento, todos cimquo, que o melhor lugar pera se fazer a fortaleza he no ilheo das Cabanas, porque está sobre a boca do rio e em lugar mui convenientemente pera defemder, porque não entrem nenhuns navios, nem batés demtro, nem posão os navios chegar ao pouso dos acedares, domde podem esbombardear ho lugar, porque os meterá o castello no fumdo, e asim defemderá muita parte da praya que vai comtra Nossa Senhora da Consolação (...) avia hi necessidade muita de se fazer huma torre com seu baluarte no alto da Vella, pera tirar ao pouso das náos(...) he necessario hua parede grossa com hua porta, e diamte della hum baluarte, pera não poderem ali desembarcar gente nenhuma.*

*(...) e também despemdem em cousas necessárias ao Concelho, como he a na parede ensosa e ha muyta necesidade fazer de pedra e cal, o que não querem fazer, avendo disso muyta necesidade.”* (Calado, 2000, pp. 53-54)

---

<sup>14</sup> Também chamado de Peniche-o-Velho ou Peniche de Riba.

<sup>15</sup> Também chamado de Peniche-o-Novo ou Peniche de Baixo.

<sup>16</sup> Expressão registada em múltiplos documentos que, na época (como Ribeira de Peniche) se usava também para identificar Peniche, mais propriamente *Peniche de Baixo*, cujo povoado se desenvolveu ao sul, nas imediações da antiga Ribeira.

Com isto, foram referenciados três sistemas de defesa de extrema importância que permitiriam a defesa contra os inimigos vindos de nascente. Assim, primeiramente a construção de uma Fortaleza no ilhéu das Cabanas, por este se localizar na “boca do rio”<sup>17</sup> impedindo a entrada de navios e batéis. De seguida, reconhecia-se a necessidade de erguer uma Torre baluarte no Alto da Vela que impediriam qualquer desembarque de inimigos. Como defesa dos ataques pelas praias, houve a necessidade de construir um Baluarte no Porto de Areia pela sua disposição de fácil acessibilidade pelo mar. Nesta mesma carta, D. Afonso de Ataíde, enaltecia também o interesse em corrigir o traçado no limite do mar, ou rio, que albergava não só as embarcações locais, como também todas as que chegavam dos principais portos do país. Nessa mesma carta de D. Afonso de Ataíde, de 1544, é também demonstrado o interesse em construir uma fortaleza na ilha da Berlenga, como nos refere Mariano Calado, “... se se ali (Peniche) fizerem fortes, e na Berlemga, se hahi não houver força que lhe possa resistir (ao inimigo) ...” (Carteiro, 2017)

D. João III mostrara-se interessado, contudo só treze anos depois, no ano de 1557, é que o rei ordenara erguer o sistema que iria defender Peniche a cargo de D. Luís de Ataíde, terceiro Conde de Atouguia, mandando construir primeiramente o Redondo<sup>18</sup> (a Torre tão desejada por D. Afonso de Ataíde). Tal construção só foi concluída no ano seguinte, em 1558, no reinado de D. Sebastião como se pode observar num escudo raso e coroado, escrito em latim em cima do portão de entrada da torre do baluarte do Redondo:

IMPERATE SERENISSIMO REGE  
IOANE III EREXIT HOC P PVGNA  
CLVM D LVDOVICVS DA TAIDE  
INCEPTUM FVIT AÑO 1557  
ET FINITV AÑO 1558 REGNÃ  
TE INVICTISSIMO REGE LVSI  
TANORVM SEBASTIANO PRIMO

E cuja tradução é a seguinte:

“ESTA FORTALEZA FOI ERGUIDA POR D. LUÍS DE ATAÍDE POR ORDEM DO SERENÍSSIMO REI D. JOÃO III. FOI COMEÇADA NO ANO DE 1557 E CONCLUÍDA NO ANO DE 1558 NO REINADO DO INVENCÍVEL REI DOS PORTUGUESES SEBASTIÃO PRIMEIRO.” (Calado, 1984, p. 113)

Posteriormente deu-se a construção das muralhas, composta por linhas retas e simétricas, no limite do mar pelo lado nordeste e noroeste. Todavia, D. Luís de Ataíde foi nomeado para vice-

---

<sup>17</sup> Boca do Rio ou Ponta Investida: extremo da restinga rochosa que, prolongando-se para norte, começava mesmo defronte do ilhéu das Cabanas.

<sup>18</sup> Atualmente o edifício é conhecido por Torre do Redondo ou o Segredo.

rei da Índia, pelo que as construções ficaram atrasadas e o sistema defensivo era ainda bastante reduzido.

Em 1567, com as obras realizadas, tinham condições de receber a guarnição e material necessário. Desta forma, a primeira guarnição foi constituída por “um capitão, um contestável, doze artilheiros, seis bombardeiros e a presença de um escrivão e o apoio de quarenta e três berços de artilharia e armas e munições julgadas suficiente (alabardas<sup>19</sup>, chumbo, pólvora, lanças...)”. (Calado, 2000, p. 78) Apesar das obras estarem concluídas, estas ficaram imperfeitas e com poucas capacidades de defesa do porto piscatório situado na linha sul de Peniche. Os ataques, no alto mar, eram constantes, principalmente aos pescadores e o desembarque de soldados nas praias próximas de pontos fortificados como Óbidos, Leiria, Santarém... Para além disso, Peniche era um ponto estratégico na proteção de Lisboa e, face às exigências de D. Filipe II, fora mandado um engenheiro militar, Leonardo Turriano, para que este fosse verificar a defesa e o local onde a povoação viviam, a fim de poder alterar e melhorar o sistema defensivo. Todavia, foi apenas no reinado de D. João IV, sob o comando de D. Jerónimo de Ataíde, que foi traçada pelo engenheiro francês Nicolau de Langres, uma planta das fortificações (figura 8) em que se denota a construção de uma frente, ou contraescarpa, que possibilitaria isolar “toda a península de Peniche, servindo de fosso o rio, ou braço de mar”. (Calado, 1984, p. 118)

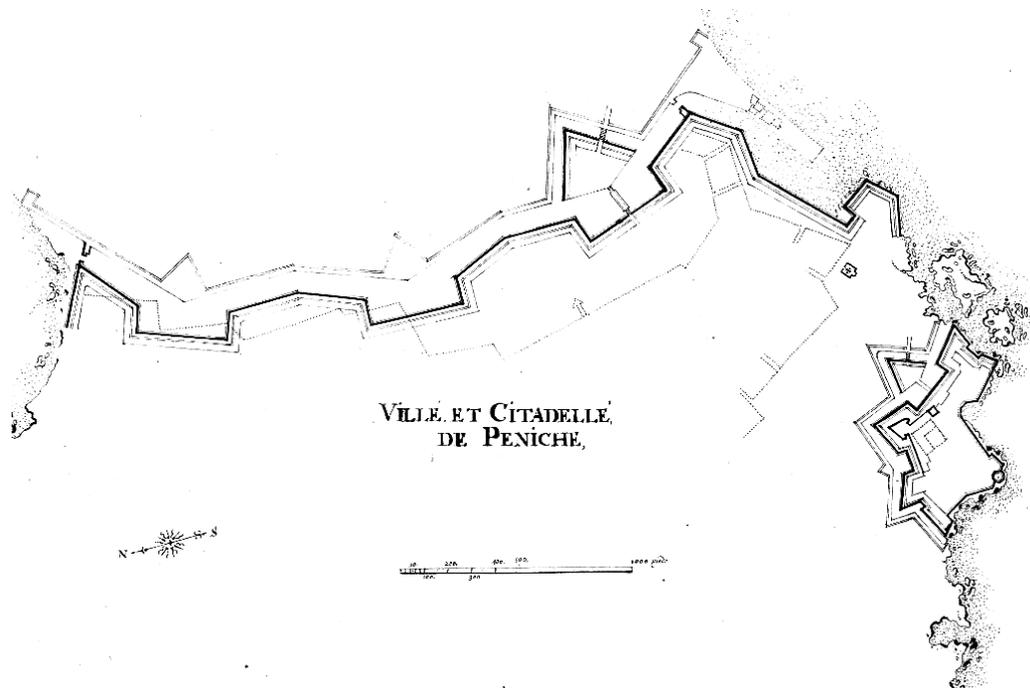


Figura 8 - Muralha de Peniche, projeto de Nicolau de Langres, 1650.

Fonte: <http://purl.pt/15387>. [Acedido a 21 de março de 2018]

<sup>19</sup> Alabarda é uma antiga arma composta de uma haste longa, terminada em ferro largo e pontiagudo e atravessada por outro ferro em forma de meia-lua. Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa online*, 2018

*“Faço o dito lugar de Peniche Vila, sem alteração dos direitos que eu tenho, nem dos que o Conde tinha - e hei por bem que daqui em diante para sempre o seja, e se chame Vila de Peniche...”* (Calado, 1984, p. 129)

O constante crescimento demográfico que se fazia sentir levou a que D. João Gonçalves de Ataíde, conde de Atouguia, elevasse, em 1609, Peniche a vila e sede de concelho. Dado o seu elevado crescimento, havia a necessidade de continuar a construir estruturas defensivas ao longo de toda a costa da península de Peniche para poder proteger a população e os bens que detinham. Apenas durante o período da Restauração, entre 1640 e 1668, surgiram as novas construções defensivas desde as primeiras construções que haviam sido realizadas há algum tempo atrás. Existindo apenas o Fortim do Redondo com a torre sineira, as canhoieiras na parte voltada ao mar e as duas muralhas adjacentes construídas para o lado Nordeste e Noroeste, foram retomadas as construções defensivas da vila de Peniche.

Como refere Ana Túlio, construíram também a Fortaleza de São Francisco, o Forte das Cabanas e Forte de Nossa Senhora de Consolação (a sul), o Forte de Nossa Senhora da Vitória e Forte de São João Batista na ilha da Berlenga (a oeste), o Forte de Nossa Senhora da Luz (a norte) e a cortina de muralhas (a este), que mostravam dimensões e fisionomias diferentes, intimamente ligadas com a paisagem envolvente. (Túlio, 2015, p. 40)

Deu-se assim, a construção de um grande sistema fortificado da vila de Peniche constituído pela muralha abaluartada, pela Fortaleza, Fortes, Fortins e Baterias que iriam defender toda a costa litoral e a população dos constantes ataques. Tal sistema defensivo deu a Peniche, em 1642, grande reconhecimento como sendo a “principal chave do Reino pela parte do mar”. (Calado, 1984, p. 145)

No ano de 1645, ficam concluídas as obras da cidadela<sup>20</sup> de Peniche. A construção do Forte de São João Batista na ilha da Berlenga (a oeste) deu-se aquando a ordem de D. João IV que mandara um engenheiro para a ilha a fim de desenhar “a planta da fortificação que ali houver de fazer e da artilharia que se lhe deve pôr e que procurará seja ao menor custo”. (Calado, 1984, p. 120)

No final do século XVII, a configuração do recorte litoral havia mudado sobretudo a consolidação da ligação da ilha do Baleal ao continente, em que a passagem só era possível nas marés vazias por um estreito de praia. Ainda no século XVIII, a ligação de Peniche ao continente era ocultada pelo mar, devido às marés altas.

---

<sup>20</sup> Cidadela é uma fortaleza ou fortificação construída num local estratégico de modo a proteger e defender a cidade.

Durante a Restauração, Peniche vivera tempos duros e incertos com constantes invasões por parte dos ingleses e castelhanos que insistiam em conquistar o litoral pelo mar.

A população vivera em pobreza dado que o assoreamento do portinho do meio<sup>21</sup> (chamado na altura de braço de mar, ou rio) era constante e impossibilitava a passagem dos barcos que desembarcavam com peixe sendo necessário haver uma contraescarpa para evitar a invasão das areias que insistiam em obstruir o rio.

No dia 1 de novembro de 1755, Portugal sofreu um grande terramoto destruindo grande parte da orla costeira à qual a vila de Peniche não passou imune. O mar cresceu com grande violência e, segundo descreve a Ana Túlio “na área norte, foi derrubada a cortina que ligava a Meio Baluarte de Gamboa ao Forte de Nossa Senhora da Luz, atualmente conhecida por cortina do Quebrado, ao mesmo tempo que, na área sul, foi destruída parte da cortina do Morraçal de baixo, do Forte das Cabanas, de algumas habitações erguidas na periferia e da maior parte dos barcos”. (Túlio, 2015, p. 44)

Nos inícios do século XIX, a praça de Peniche continuara a ser considerada uma das mais importantes do país embora com alguns danos devido ao terramoto, continuara a exhibir imponentes abaluartados muito bem delineados e sólidos que protegiam toda a vila e principalmente protegiam Lisboa dos ataques pelo mar ao “constrangendo o inimigo a fazer o seu desembarque em hum lugar mais distante desta capital, e destituído das vantagens que ali se encontrão.” (Calado, 2000, p. 191)

*“... a sombra de Napoleão começava a distender-se pela Europa. A envergadura gigantesca e tremenda das águias imperiais alargava-se, numa ameaça constante.”*  
(Calado, 1984, p. 169)

Em 1801, França obrigava Espanha a declarar guerra a Portugal, dando posteriormente a conquista de Olivença, da qual Portugal apenas havia conseguido travar esta guerra pelo tratado de Badajoz. Em 1807, a praça de Peniche fora ocupada pelas tropas francesas sob o comando do general Jean Junot<sup>22</sup> causando inúmeros estragos. Aqui permaneceram cerca de um ano e sentindo-se ameaçados pelas invasões que surgiam, Junot mandara reparar os danos na praça de Peniche, construir um fortim no alto da ilha do Baleal e uma bateria no carreiro do Cabo Carvoeiro. Mas, segundo relatos de Bartolomeu Artur<sup>23</sup>, os tempos de glória das tropas napoleónicas estavam a chegar ao fim a olhos vistos, aquando da revolta da população que

---

<sup>21</sup> Portinho do Meio é o porto localizado ao lado da avenida mar. Por estar numa área mais protegida, não só servia de fosso militar como também de porto de abrigo. Ao lado da Fortaleza surgiu um segundo porto conhecido por Revez, no lugar onde atualmente é feito o embarque para a ilha da Berlenga.

<sup>22</sup> Jean Andoche Junot, duque de Abrantes, foi um militar francês e coronel general que liderou a invasão francesa em Portugal.

<sup>23</sup> Bartolomeu Sesinando Ribeiro Artur, mais conhecido por Ribeiro Artur, foi um intelectual, escritor e um importante militar do Exército Português, onde mais tarde atingiu o posto de tenente-coronel da Infantaria.

“desesperados pela involuntária e humilhante dependência, fartos de tolerar a prepotência dos franceses, saturadíssimos do trabalho de aquartelamento das tropas, (...) grande número de penichenses, em meados do ano, começou a evadir-se para a Berlenga, já nessa altura ocupada pelos ingleses”. (Calado, 1984, p. 173)

Com a ajuda dos ingleses, a praça de Peniche fora finalmente tirada às tropas francesas. Após esta grande vitória, Peniche, enfrentaria uma nova etapa de reconstrução.

Seguiram-se tempos de reparação da praça de guerra, ainda que lentos e demorosos, entre naufrágios, miséria e pobreza que se fazia sentir, mas livre de guerras. O tenente-coronel Brandão mandou construir o Portinho da Areia de Peniche de Cima e aumentou o Forte das Cabanas. A estrutura militar foi progredindo e consolidando de modo a aumentar a segurança da população e bens (figura 9).

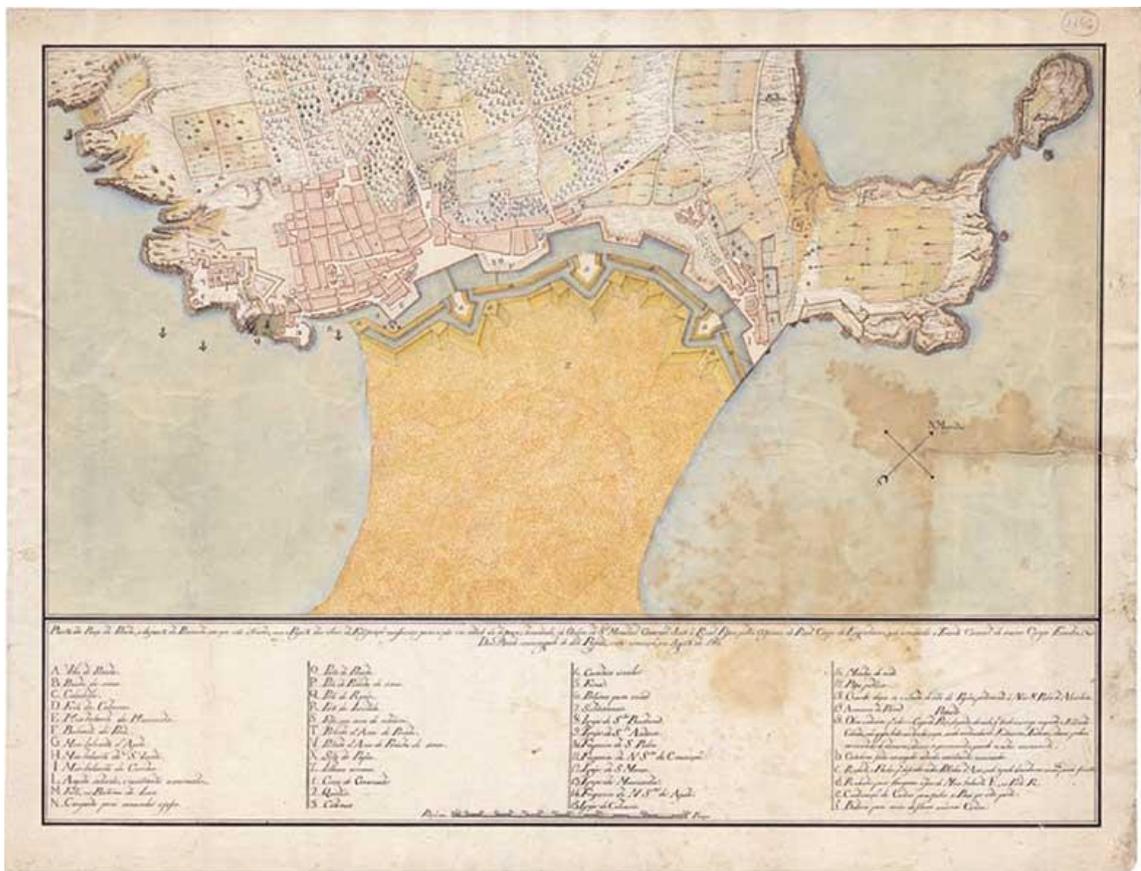


Figura 9 - Planta de praça de Peniche e de parte da Península. Projeto das obras de fortificação necessárias à defesa da região.

Fonte: <https://www.igeoe.pt/index.php?id=72>. [Acedido a 25 de março de 2018]

Em 1837, dá-se uma forte explosão num paiol<sup>24</sup> da Fortaleza de São Francisco (figura 10), situado numa arrecadação o que, de seguida, provocou um incêndio que acabou por destruir o palacete do Governador<sup>25</sup> e alguns equipamentos e armamento localizados perto do local. Deste desastre resultaram vários feridos entre eles, o próprio Governador, um soldado de destacamento da artilharia e ainda o almoxarife<sup>26</sup>, José Rufino Pacheco Veras, que acabou por falecer face aos ferimentos graves.



Figura 10 - Aspeto da Fortaleza, sobressaindo a Capela, à esquerda, e a Casa do Governador, à direita, 1920.

Fonte: *Peniche: 100 anos através da fotografia*. Rio Maior, 1993, p. 59.

Durante o século XIX, como refere Ana Túlio, “a linha defensiva de Peniche ficou concluída e consolidada após a construção do entrincheiramento de São Miguel (ou Linha dos Moinhos), Forte de Nossa Senhora da Vitória no Cabo Carvoeiro, bateria no carreiro do cabo, bateria em ambos os portos de areia (norte e sul), Forte de Nossa Senhora da Luz e do Fortim do Baleal. (Túlio, 2015, p. 48)

No final do século XIX, foram retiradas peças de artilharia e a última guarnição da Fortaleza que não eram necessárias na proteção, tornando-as obsoletas uma vez que a tecnologia militar avançara progressivamente com o uso de novas espingardas, canhões estriados e novos meios de transporte.

---

<sup>24</sup> Paiol é uma construção de carácter militar onde se guardam explosivos e munições.

<sup>25</sup> Residência oficial do General de Brigada. O edifício apresentava uma fachada de estilo clássico erudito com dupla *loggia*, sendo constituído por dois pisos com pórticos no interior, hoje já desaparecido devido à explosão.

<sup>26</sup> Almoxarife era o tesoureiro da casa do Governador.

Desde o início do assoreamento (figura 11), no século XX “Peniche tornou-se finalmente numa península, bem consolidada e marcada pelo braço de mar, que resistiu ao passar do tempo, exercendo a função de fosso militar e de porto de abrigo”. (Túlio, 2015, p. 52)

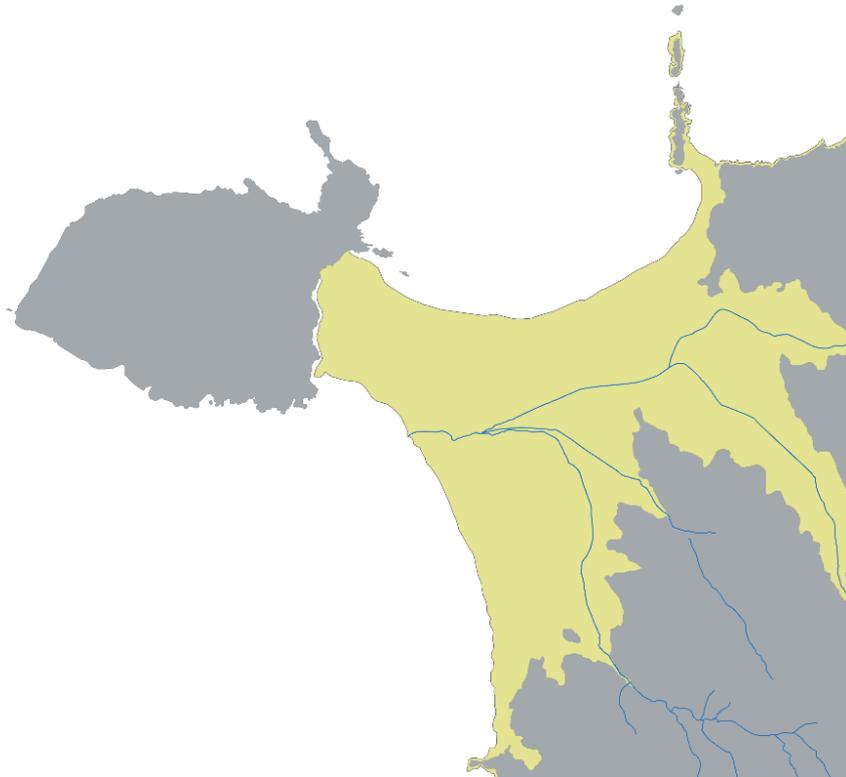


Figura 11 - Recorte do litoral no século XX.

Fonte: Desenho da autora baseado no estudo de Mariano Calado *Da Ilha de Peniche*. Peniche, 1994, p.105.

“Peniche... é o tipo da pesca industrializada, o barracão, a fábrica de peixe...” (Calado, 1984, p. 201)

A vila de Peniche começou, no século XX, a progredir com a construção de escolas e jardim de infância, postos de abastecimento de água, um bairro residencial para os pescadores (atualmente conhecido como Bairro dos Pescadores), aberturas de novas estradas e o surgimento de inúmeras indústrias dedicadas principalmente à pesca e à renda de bilros<sup>27</sup>.

Toda a importação e exportação da região era feita apenas pelo mar, mas com o aumento significativo das mesmas, houve a necessidade de construir uma estação de caminho de ferro (figura 12) a fim de facilitar o escoamento, chegando esta a ser aprovada e projetada, mas nunca chegou a ser concretizada. Apesar da imensa produtividade da região que permitia importar para todo o país e também para o estrangeiro, a inexistência de vias térreas e o

---

<sup>27</sup> Também conhecida pela renda de Peniche. Esta arte data de meados do século XVII iniciada por artesãos da região que foram aperfeiçoando-as e no século XIX conhece o seu apogeu artístico e técnico atingindo um grande grau de perfeição, exibindo-se a nível nacional. Diz-se que “onde há redes há rendas”.

limitado transporte marítimo tornavam todo o procedimento mais moroso. Os mares transbordavam de pescado (figura 13) e a não concretização do projeto impediu a ida dos pescadores para o mar, por falta de escoamento dos seus produtos.

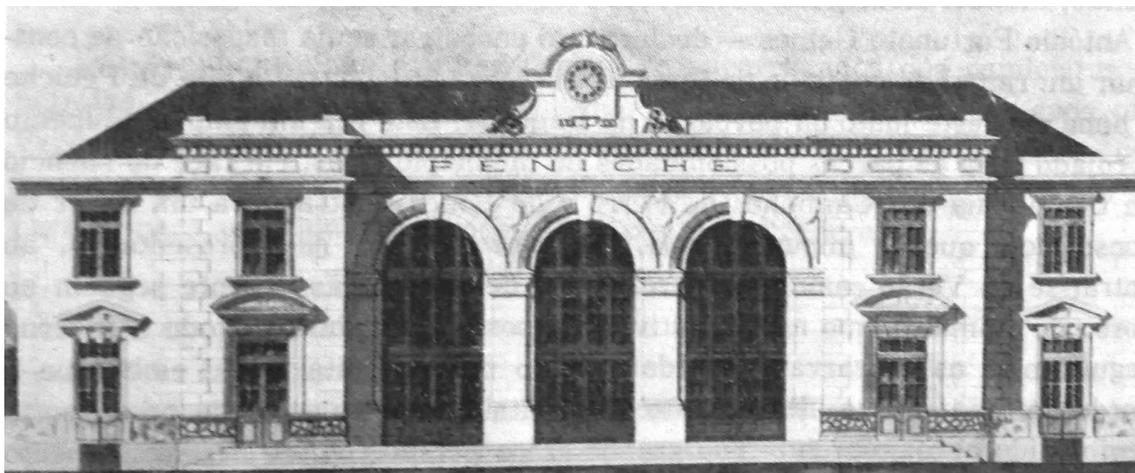


Figura 12 - Projeto do edifício da Estação de caminho de ferro de Peniche.

Fonte: <http://caldeiradapenicheira.blogspot.pt/2013/02/>. [Acedido a 22 de março de 2018]

No decorrer desta época, a apropriação da Fortaleza como prisão política do Estado Novo, foi considerado “uma barreira ao desenvolvimento de Peniche” (Calado, 1984, p. 232), dado que o monumento repleto de história ficara ensombrado com esta nova função impossibilitando a visita das pessoas ao edifício que por ali passavam, na ânsia de conhecer aquele tão belo monumento!



Figura 13 - Início da construção do Molhe Oeste ao fundo, 1936/1937; Vendo-se a "Doca", o "Portinho do Meio" e a "Ribeira".

Fonte: *Peniche: 100 anos através da fotografia*. Rio Maior, 1993, p. 140.

### 11.3 Sistema defensivo da Península de Peniche

*“...em hum dia com vento de sobre terra ou norte brando, se nom tiver defensão, podem desembarcar cem mil combatentes em terra, e podem-se fazer fortes naquela Ilha...”* (Calado, 1984, p. 105)

O Homem desde sempre sentiu a necessidade de se defender dos possíveis ataques quer provenientes da Natureza quer do próprio ser humano. Para tal, criou vários sistemas defensivos, adaptando-os e aperfeiçoando-os conforme os acontecimentos que iam surgindo.

Muralhas, fortalezas, fortes, fortins tornaram-se num imponente sistema de defesa dos núcleos urbanos e da extensa faixa litoral portuguesa. Tais estruturas erguidas até então exibem verdadeiros símbolos de domínio e poder que se destacam na paisagem e definem o traçado das cidades ou vilas sob a sua influência.

A região de Peniche teve um sistema defensivo que resultou da necessidade de proteção, uma vez que este era apenas uma pequena vila detentora de uma privilegiada posição geográfica. Situado no centro do país e próximo dos principais aglomerados urbanos, Peniche, não sendo fortificada, apresentava um grave perigo pois ficava suscetível a desembarques não desejados. Para tal, tornou-se imprescindível cercar toda a ilha com uma estrutura amuralhada.

Com a construção das primeiras estruturas defensivas da Fortaleza e com o facto de a ilha apresentar escarpas elevadas e rochosas de difícil acesso, a proteção da população e bens estava assegurada. Mas o problema não estava completamente resolvido, já que no alçado a este da península de Peniche, após o assoreamento do istmo, em marés vazias facilitava o acesso com um terreno plano. Com a construção de um fosso militar, aproveitando o braço de mar ou rio permanente na paisagem, foi possível resolver o sistema defensivo enfraquecido e que ligando à linha de muralhas e baluartes permitiu uma forte barreira separando Peniche do continente e impedindo a entrada por parte de terra.

A arquitetura militar evoluiu substancialmente entre os séculos XVI e XVIII com a introdução de novas artilharias, mais pesadas e avançadas, na praça de guerra.

A conclusão da Fortaleza e o surgimento das novas fortificações secundárias que se sucederam vieram reforçar e consolidar toda a estrutura amuralhada tornando-a num lugar inacessível e protegido. Com a ajuda do Forte da ilha da Berlenga, situado no horizonte de Peniche, as entradas de embarcações eram controladas e vigiadas.

Tendo um grande valor histórico, arquitetónico e cultural, pela função que desempenharam no passado, estas fortificações de Peniche (figura 14) têm vindo a sofrer uma progressiva

degradação, muitas vezes conduzindo ao seu total desaparecimento. Isto porque caíram em desuso devido ao facto de se tornar ultrapassado e esquecido pela população local.

Algumas estruturas defensivas construídas entre os séculos XVI e XIX, ainda perduram na paisagem de Peniche por se erguerem no limite do mar, longe do centro da vila, evitando a destruição e degradação ao serem utilizados para novas funções.

Os vários estudos de carácter histórico e arqueológico sobre a região de Peniche não assumem preocupações quanto à preservação destes edifícios com tanto valor e simbolismo, pelo que se torna necessário fazer um estudo do património arquitetónico existente contribuindo para a sua recuperação.



Figura 14 - Fortificações da Região de Peniche.

Fonte: Esquema da autora.





Figura 15 - Fortaleza vista do mar.

Fonte: João Rosado -

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10209360364286193&set=a.2430161573529.84631.1836303293&type=3&theater>. [Acedido a 22 de março de 2018]

# Capítulo 4

## 12 A Fortaleza de São Francisco, Peniche

*“Tanto - mas tanto! - que é possível fazer para não deixar morrer, corroído por um abandono criminoso, o antigo e soberbo monumento militar que é a Fortaleza de Peniche, dando vida ao que, tendo sido a principal chave do Reino pela parte do mar, poderia ser, de futuro, frente ao mar, um extraordinário polo de desenvolvimento de ações culturais no centro do País.”* (Calado, 1982, p. 14)

### 12.1 A Origem

Surgida da necessidade de defender a povoação contra os ataques inimigos, A Fortaleza de São Francisco foi iniciada, em 1557, com as primeiras construções fortificadas conhecidas como a Torre do Redondo e algumas baterias adjacentes. Erigida no ponto mais alto da vila e no limite da terra, a mando de D. Afonso de Ataíde, a cidadela de Peniche iria sofrer novas intervenções, quer de novos edifícios como de restauro e melhoramento. O seu conjunto foi edificado gradualmente, de acordo com as necessidades que iam surgindo naquela época. Os tempos de construção e ampliação da Fortaleza foram demorados e lentos, ora com avanços ora com recuos. Apenas no tempo da Restauração, em 1645, sob o reinado de D. João IV, é que as obras se deram finalmente por concluídas com a construção dos restantes edifícios segundo a inscrição, em latim, que consta sobre o Portão de Armas da Fortaleza e cuja tradução é a seguinte:

“ESTA FORTALEZA FOI COMEÇADA PELO INVENCÍVEL CONDE LUÍS, DUAS VEZES VICE-REI DA ÍNDIA, POR ORDEM DO SERENÍSSIMO REI D. JOÃO III E, INTERROMPIDA DURANTE XII LUSTROS PELA TIRANIA DE CASTELA, FOI CONCLUÍDA, IMPONENTE E TEMÍVEL, PELO CONDE JERÓNIMO, SEU DESCENDENTE, SOB O AUGUSTÍSSIMO D. JOÃO IV, LIBERTADOR DO REINO. CONFIA-O ESTA LÁPIDE À POSTERIDADE. ANO DO SENHOR DE 1645” (Calado, 1984, pp. 114-115)

Tal conjunto fortificado manteve a sua estrutura e função militar inicial até ao início do século XX.

## 12.2 Função e evolução do sistema construtivo da Fortaleza

### 12.2.1 De Cidadela a Presídio

De tão grande importância durante as Invasões Francesas e as Guerras Liberais, desde o fim da função militar que a Fortaleza de São Francisco (figura 16) passou a ser utilizada para diversos fins tendo os edifícios iniciais sido quase totalmente destruídos, adaptando-se às circunstâncias que iam surgindo ao longo dos séculos.



Figura 16 - Aspeto geral da fachada principal da Fortaleza no tempo da defesa militar.

Fonte: <http://conquistasdarevolucao.blogspot.com/2016/10/forte-de-peniche-defesa-da-memoria.html>. [Acedido a 3 de abril de 2018]

De planta estrelada irregular, a Fortaleza de Peniche encontra-se delimitada por uma cortina de muralhas composta por baluartes de forma poligonal apresentando uma segunda linha defensiva. É composta a Sul, por um meio baluarte voltado ao mar e, a Norte, três meios baluartes e um baluarte voltados a terra. A única porta de acesso à Fortaleza é protegida pelo revelim, de forma triangular. A Fortaleza é cercada no limite do mar por escarpas rochosas e no limite da terra, por um fosso aquático (figura 17).

Com a guerra que se travava na África do Sul, em 1900, saindo vencedores os Ingleses, viram-se os “bóeres”<sup>28</sup> obrigados a procurar abrigo. Aos poucos, refugiados e emigrados foram acolhidos pelos portugueses, sendo Peniche um dos locais prontos a albergar centenas de pessoas, entre as quais crianças e oficiais.

---

<sup>28</sup> Do holandês “boers” - camponês; que ou quem pertence a ou é descendente dos primeiros colonizadores holandeses da África do Sul.

No seguimento da entrada de Portugal na primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, a Fortaleza de Peniche serviu de residência permanente de prisioneiros alemães e austríacos que eram apresados pelas autoridades portuguesas no porto de Lisboa e noutros portos coloniais. Estes prisioneiros só foram libertados em 1919, aquando da assinatura do Tratado de Versailles.

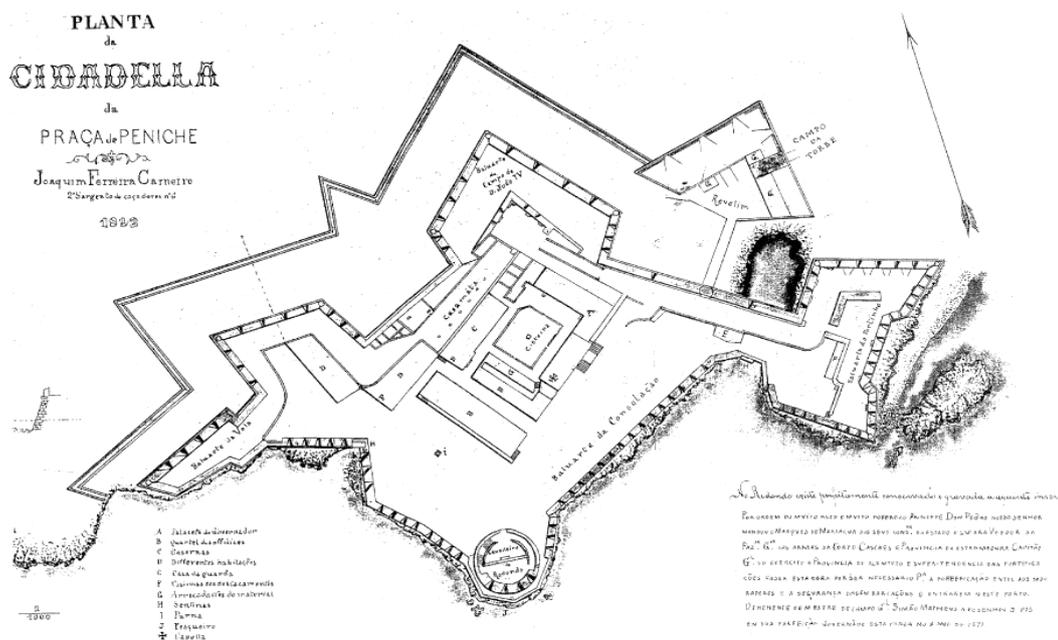


Figura 17 - Planta da cidadela de Peniche, projeto de Joaquim Carneiro, 1822.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062). [Acedido a 4 de abril de 2018]

Só mais tarde é que a Fortaleza de São Francisco viria a ser ocupada e adaptada durante um longo período de tempo. Dias cinzentos marcavam Portugal aquando do aparecimento do regime do Estado Novo e com a falta de estabelecimentos prisionais de alta segurança, houve a necessidade ocupar vários edifícios sem uso espalhados por todo o país. Em 1934, a cidadela de Peniche foi um dos locais escolhidos, dada a sua localização estratégica, situada em cima das arribas rochosas envolta pelo mar, não permitindo a fuga dos prisioneiros. O depósito de presos de Peniche, assim denominado, albergou vários opositores ao regime do Estado Novo, nomeadamente comunistas, republicanos e outros extremistas. Em 1953 a cidadela de Peniche sofreu um plano de requalificação realizado pelo arquiteto Raul Rodrigues Lima. Com isto, vários edifícios que a compunham foram demolidos, nomeadamente, o Palacete do Governador, o quartel dos oficiais e algumas casernas que lá existiam de modo a adquirir estruturas mais eficientes a nível de segurança criando novos blocos (A, B e C) e outros de apoio ao funcionamento (D, E e F) “baseados no modelo americano das prisões de alta segurança”. (Pereira, 2016, p. 101)

Quanto aos novos espaços (figura 18), Raul Rodrigues Lima seguiu as linhas dos edifícios originais, “mantendo o pátio central, a capela e a organização dos volumes, redistribuindo o espaço para as novas funções do edifício”. No entanto, como afirma Susana Pereira, o Parlatório é instalado num edifício autónomo associado à casa do guarda perto da entrada da Fortaleza. (Pereira, 2016, p. 101) O único contacto entre os prisioneiros e os visitantes era feito no parlatório sob uma forte vigilância por parte dos guardas que permaneciam sempre ao lado dos prisioneiros.

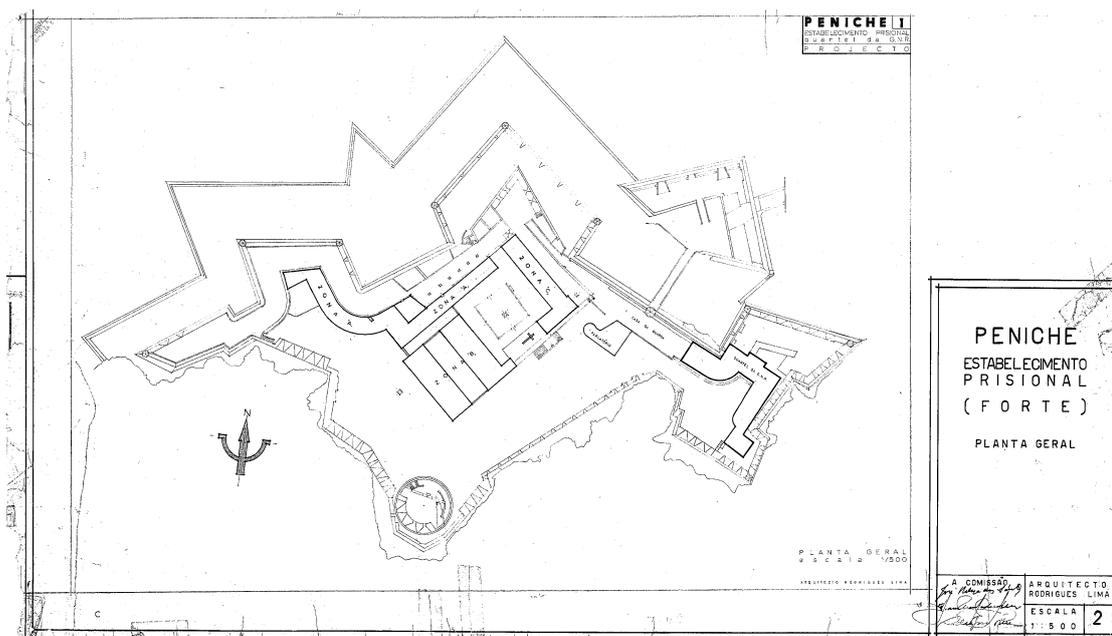


Figura 18 - Planta da cidadela de Peniche, projeto de Raul Rodrigues Lima, Peniche.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062). [Acedido a 4 de abril de 2018]

O Baluarte Redondo, por se encontrar mais afastado e isolado, foi o local de aplicação de castigos severos e de isolamento total dos prisioneiros, ficando conhecido por “O Segredo”, já que é composto por apenas três espaços muito pequenos, trancado com uma grossa porta de madeira envolta em perfis de ferro de pequena dimensão, o chão em cimento, sem luz permanente e sem qualquer tipo de instalação sanitária ou mobiliário. Os prisioneiros apenas dispunham de um balde para as necessidades e cobertores, que eram entregues à noite e retirados de manhã.

A cadeia do Forte de Peniche, assim conhecida, durou cerca de quarenta anos tendo-se iniciado em 1934 e terminado 1974, aquando da Revolução do 25 de Abril. Por lá, passaram cerca de 2500 presos políticos com penas longas e severas.

### 12.2.2 Os Tempos Conturbados

Entre 1977 e 1982, durante o processo de descolonização, a fortaleza funcionou como Centro de Acolhimento de Refugiados de Peniche, sob a direção da Cruz Vermelha, onde albergou nos edifícios prisionais uma centena de famílias retornadas/refugiadas vindas de África.

A intenção de adaptar a Fortaleza a hotel, já havia sido demonstrada em 1977 por parte da ENATUR. Só no início do século XXI, que o Presidente do Conselho de Administração das Pousadas de Portugal juntamente com o arquiteto Álvaro Siza Vieira visitam as instalações da Fortaleza com o objetivo de elaborar o projeto da pousada. Assinado o protocolo de acordo entre a Direção Geral do Turismo, CMP e a ENTUR, previu-se que a obra estivesse terminada em 2005. No decorrer do projeto, o problema gerado em torno da quantidade de quartos e o possível surgimento de novos pisos, suscitou discordância entre o arquiteto Siza Vieira e a Empresa ENATUR. Tais fragilidades levaram ao afastamento do arquiteto que não concordava com o aumento de dois pisos, uma vez que este tiraria a identidade do local.

O projeto de instalar a pousada na Fortaleza ia gerando alguma indignação principalmente por parte dos políticos do Partido Comunista Português (PCP) que consideravam “inaceitável” a concessão a privados por parte do Governo, desprezando “a luta antifascista em Portugal” e desrespeitando “a memória coletiva de um povo”. (PCP, 2016)

Classificado como Monumento Nacional desde 1938, a Fortaleza de Peniche é hoje um espaço de fruição e dinamização cultural onde se encontra o Museu Municipal de Peniche. Contudo, nem todos os espaços estão disponíveis para visita, encontrando-se em mau estado de conservação sem tirar proveito das suas potencialidades.

Recentemente, a Fortaleza passou para a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), que lançou um concurso público com o intuito de erguer um Museu Nacional da Resistência e da Liberdade na Fortaleza de Peniche.

## 12.3 As Muralhas da Fortaleza

Os elementos militares apresentam uma construção tradicional. O conjunto amuralhado da fortaleza de Peniche é semelhante aos elementos das fortificações espalhadas de norte a sul do país, onde diferem apenas os materiais e as técnicas construtivas presentes em cada região. No Oeste, a construção em calcário é predominante.

As muralhas (figura 19) que circundam toda a fortaleza foram construídas com pedras calcárias da região. Os baluartes, meios baluartes, cortinas voltados ao mar são guarnecidos por parapeito com merlões e canhoeriras construídas com alvenaria de argamassa e areia. Nos baluartes e meios baluartes, os ângulos flanqueados são compostos por guaritas de seção pentagonal com cúpulas encimadas por pináculos e pequenas aberturas retangulares em todas as paredes. Os baluartes e as guaritas foram construídos com alvenaria hidráulica. Um cordão em pedra envolto na construção abaluartada faz a separação do parapeito com o jorramento<sup>29</sup> da escarpa da muralha.

Dado o local de implantação da fortaleza encontrar-se numa escarpa rochosa limitada pelo mar, fez com que o sistema de fundações fosse realizado numa zona firme do solo.



Figura 19 - Parte da muralha da Fortaleza, circundada pela Prainha de São Pedro.

Fonte: João Rosado - <https://cdn.olhares.pt/client/files/foto/big/826/8264267.jpg>. [Acedido a 25 de Agosto de 2018]

---

<sup>29</sup> De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, jorramento corresponde à saliência inclinada de uma parede ou muralha, formando uma escarpa.

## 12.4 Os Edifícios da Fortaleza

A Fortaleza de São Francisco é composta por vários edifícios, construídos ao longo dos tempos, tendo sido destruídos e construídos novos blocos, de acordo com as necessidades da época.

Para tal, a seguir serão enumerados e descritos todos os constituintes da fortaleza (figura 20), incluindo os espaços exteriores, como o pátio da cisterna e o respiradouro da furna, de modo a compreender melhor o seu uso e funcionalidade desde o passado até à atualidade.

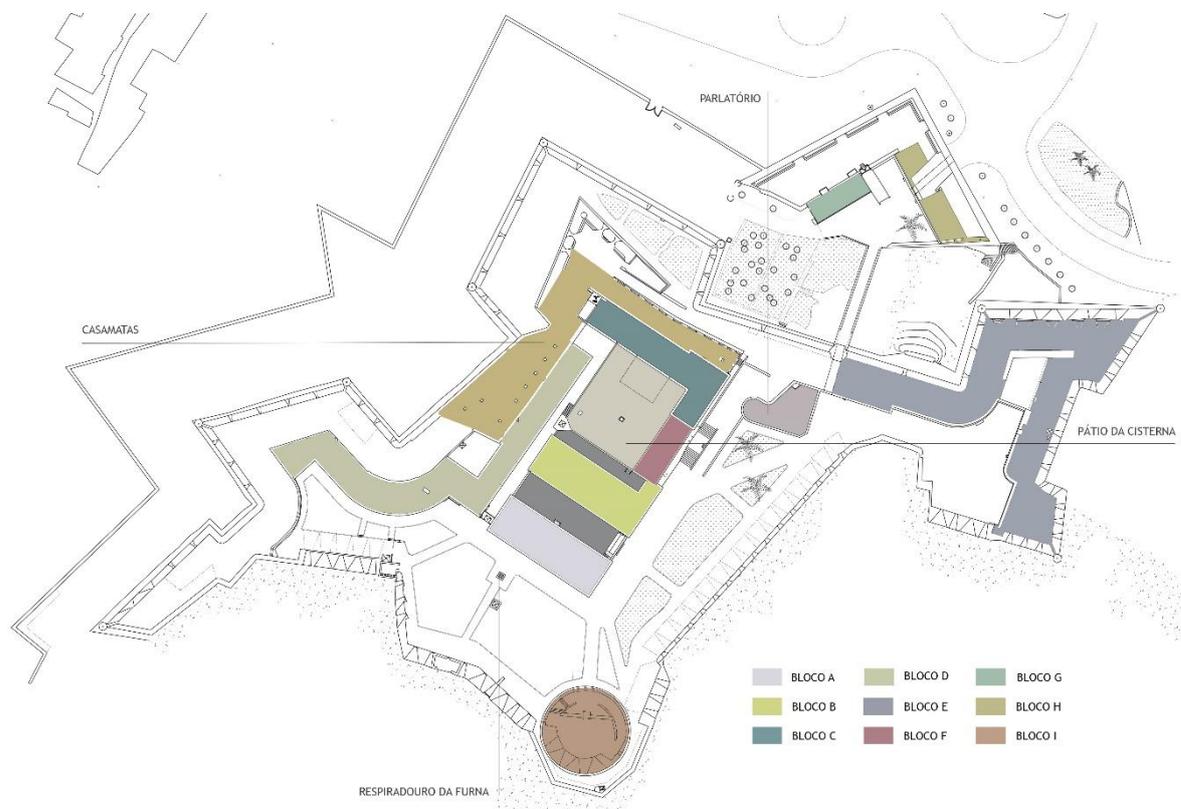


Figura 20 - Identificação dos edifícios e espaços exteriores existentes da fortaleza (sem escala).  
Fonte: Esquema da autora.

## O Parlatório

Construído em 1967, era o espaço onde tinham lugar as visitas dos familiares aos presos (figura 21), as quais decorriam segundo normas marcadas pelo repressivo regime prisional. As visitas decorriam no completo isolamento físico entre presos e famílias, incluindo crianças, sob apertada vigilância dos carcereiros<sup>30</sup>, praticamente “colocados” às costas dos presos.

As condições auditivas do parlatório eram más, mas as conversas no decurso das visitas deviam ser, segundo as normas regulamentares, audíveis e compreensíveis na linguagem dos guardas prisionais, que quase sempre, se encontravam a poucos centímetros do preso. Tais visitas podiam ser interrompidas a qualquer momento por decisão discricionária dos carcereiros, seguindo-se o respetivo castigo que, pelo menos, se traduziria na privação de visitas por tempo indeterminado.

A entrada dos presos e das visitas eram independentes. Os presos e as visitas ficavam separados por um balcão em pedra com cerca de dois metros de largura, separado ao meio por um vidro e uma rede metálica.

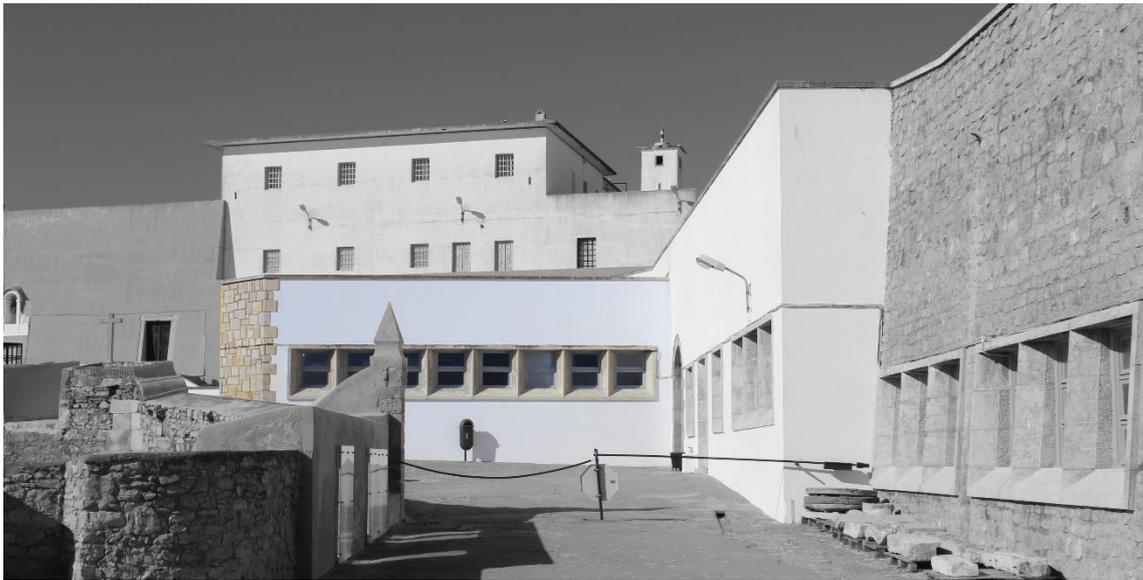


Figura 21 - O parlatório, vista do exterior.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

---

<sup>30</sup> Carcereiros era o nome dado aos guardas prisionais.

## O Pátio da Cisterna

Magnífico exemplar da arquitetura do século XVII, com surpreendentes características acústicas, esta cisterna era destinada ao armazenamento e fornecimento de água da guarnição militar localizada na Fortaleza de Peniche.

O pátio que servira de local de recreio aos prisioneiros, é sustido pela cisterna, de planta quadrangular, composta por abóbadas suportadas por pilares de secção quadrangular (figura 22). Maior de todas as cinquenta cisternas civis existentes (com uma capacidade média de 4000 pipas), tem uma capacidade de 7680 pipas. Ainda há cerca de 70 anos atrás, devido ao problema da península em relação à água doce, os presos faziam a recolha das águas através de baldes puxados por cordas. Todos moradores da antiga vila de Peniche (hoje cidade) queixavam-se da água canalizada que saía em tons de terra. A captação das águas pluviais era feita através de vários algerozes de pedra situados no topo das paredes.



Figura 22 - Aspeto do Interior da cisterna do século XVII.

Fonte: <http://cabo-carvoeiro.blogspot.com/2012/06/cisterna-do-seculo-xvii.html> [Acedido a 15 de julho de 2018]

## Respiradouro da Furna

A oeste do baluarte Redondo, o Respiradouro da Furna, de abertura no topo de uma extensa abóbada até ao solo, apresenta-se como uma gruta de quinze metros de altura do nível do mar (figura 23). Em dias de forte agitação marítima, o mar provoca fortes correntes de vento, o que fazem o som propagar-se até ao exterior do respiradouro, como que de um assobio se tratasse. Em 1934, fugiram do respiradouro da praça de armas da Fortaleza, dois militares.

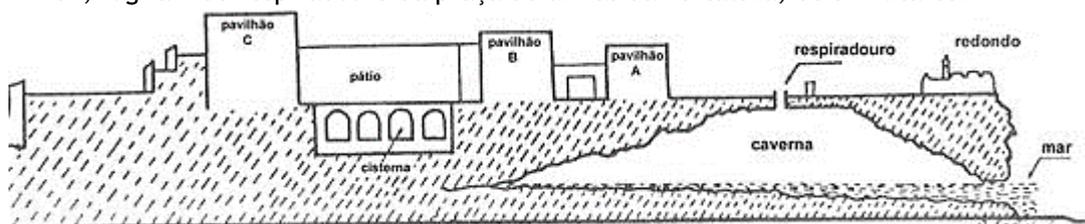


Figura 23 - Corte Longitudinal feito pela furna, sem escala.

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/556476097683130460/?lp=true> [Acedido a 15 de julho de 2018]

## Bloco A

O bloco (figura 24) faz parte do conjunto prisional que engloba mais dois edifícios, o bloco B e C. Aqui permaneceram os presos durante o regime Salazarista. Este edifício é constituído por dois pisos com uma estrutura de paredes portantes de tijolo com as lajes e as vigas em betão armado. Cada piso é organizado em celas comuns, orientadas a sul, com uma instalação sanitária coletiva, uma cozinha e um pequeno refeitório. A entrada para o edifício é feita através do pátio existente entre o bloco A e B. Contudo, antes deste edifício ser erguido, já lá havia um quartel dos militares na altura em que a fortaleza funcionava como sistema defensivo.



Figura 24- Estado atual do bloco A.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco B

O edifício (figura 25) é composto por três pisos, com uma estrutura de paredes portantes de tijolo onde as lajes e vigas são de betão armado. Ao contrário do bloco B, este possui um corredor ao centro fazendo a distribuição das celas individuais de ambos os lados. O edifício também é constituído por cozinha, refeitório e uma instalação sanitária comum. No lado nascente do edifício localiza-se uma caixa de escadas, que dá acesso ao pátio entre o bloco A e B, e a outro pátio, adjacente ao bloco B.



Figura 25 - Estado atual do bloco B.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco C

Com três pisos, o edifício (figura 26) possui o mesmo tipo de estrutura dos blocos A e B. Constituída por celas individuais, com uma pequena cozinha e refeitório, apresenta-se como sendo a ala de alta segurança, por onde passaram os opositores ao regime, entre eles, Álvaro Cunhal. O acesso a um dos conjuntos das casamatas, é feito pelo piso térreo deste edifício. Possui ainda a torre de vigia, com uma altura de 13 metros que, outrora, permitiu a vigilância de toda a costa de modo a prevenir possíveis ataques por mar. Anterior a esta construção, havia sido, o palácio do Governador. Atualmente funciona como Museu Municipal de Peniche.



Figura 26 - Fachada virada para o pátio da cisterna, encimada pela torre de vigia (à esquerda).

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco D

De apenas um piso, este edifício (figura 27) foi construído na década de 50 do século XX. Funcionou como bloco de serviços composto pela cozinha e lavandarias de forma a dar apoio à prisão. De longa fachada apresenta uma estrutura de paredes portantes de tijolo com lajes e vigas em betão. Devido à grande exposição às intempéries marítimas, encontra-se em mau estado de conservação, sendo atingido com regularidade pelo mar.



Figura 27 - Fachada do bloco D mais exposta às intempéries.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco E

Construído no mesmo tempo do bloco D, o edifício (figura 28) funcionou como instalações da Guarda Nacional Republicana (GNR). Com a mesma estrutura de paredes, lajes e vigas dos blocos prisionais (A, B e C), encontra-se em bom estado de conservação. O salão nobre da Fortaleza situado perto do parlatório possui uma sala com uma abóbada de aresta, decorada com mísulas laterais de pedra e guarnecida por uma lareira setecentista. Atualmente, este serve de sala de exposição temporária do Museu Municipal de Peniche. Toda a fachada é revestida com pedra calcária, típica do local. O restante edifício serviu de estúdio de dança e de apoio aos serviços técnicos e administrativos do museu, mas atualmente encontra-se sem qualquer uso.



Figura 28 - Parte da fachada do edifício.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco F

A capela da Santa Bárbara, padroeira dos Artilheiros, remonta os inícios da construção da Fortaleza de Peniche, século XVII. Adossada ao bloco C, o acesso ao interior da capela é feito pela fachada principal, a leste, a partir de dois lanços de escadas laterais, encimado com uma cruz em pedra (figura 29).

De planta e elementos decorativos simples, este espaço dessacralizado, possui uma única nave, com um pequeno altar-mor revestido a talha dourada, um coro e púlpito alto, setecentista,

apresentando um bom estado de conservação. O coro alto da capela era acessível pelo palácio do governador, podendo este assistir à missa em privado.



Figura 29 - Fachada principal da Capela de Santa Bárbara.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco G

Edifício isolado, de pequenas dimensões, apresenta apenas o piso térreo. Datado dos anos 60 do século XX, serviu de dispensa e mercearia para as famílias dos guardas prisionais. De estrutura em paredes portantes de tijolo, apresenta uma cobertura de uma água. A entrada principal é feita pelo lado do revelim, sendo que a fachada oposta é ocultada pela muralha que circunda a fortaleza (figura 30).



Figura 30 - Fachada virada para o revelim.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Bloco H

O bloco H (figura 31), constituído por dois volumes fica situado na entrada da Forteza, o Revelim. Este volume apresenta duas salas que se encontram num estado de conservação razoável. Uma delas foi ocupada por uma loja de artesanato local.



Figura 31 - Bloco H visto da ponte do Revelim.

Fonte: Fotografia e edição da autora.

## Casamatas

As casamatas são constituídas por vários espaços na qual todos comunicam entre si (figura 32), com abóbadas adossadas ao longo dos blocos C e D, alguns deles com lanternins<sup>31</sup>. Tal conjunto faz parte da estrutura original da fortaleza aquando da sua construção. Ao longo das várias épocas, serviram para armazenar as armas, munições e peças de artilharia e, posteriormente, foram utilizados como camaratas e prisão. Nos dias de hoje encontra-se sem qualquer uso.



Figura 32 - Interior das casamatas.

Fonte: Ordem dos Arquitetos.

---

<sup>31</sup> Lanternins são pequenas aberturas na cobertura que proporciona ventilação e iluminação natural aos espaços.

## Bloco I

Como primeira fortificação a ser erguida na península de Peniche, implantada num rochedo no lado sudeste de Peniche, o Baluarte Redondo (figura 33) apresenta uma planta circular, circundado por bateria de reforço. Na frente virada ao mar é guarnecido por canhoeriras, acessíveis por dois lanços de escadas de ambos os lados e, ao centro, apresenta uma torre sineira setecentista com uma forma contracurvada, decorada com volutas. A porta de entrada, encimada por um frontão triangular, é acedida pelo lado da praça de armas da fortaleza. O interior é constituído por três pequenas salas. Tal arquitetura apresenta influências dos fortes henriquinos do Sul de Inglaterra, com princípios renascentistas.

O *Segredo*, assim conhecido pelos ex-presos políticos durante o regime do Estado Novo, foi um local de tortura, onde eram aplicados castigos severos, chegando a durar várias semanas.

Neste local sucederam-se duas fugas, a primeira ocorrida em 1938 com a evasão de Augusto da Costa Valdez, Artílio Baptista e Veríssimo de Carvalho, seguida da fuga António Dias Lourenço<sup>32</sup>, em 1954.



Figura 33- Baluarte Redondo "Segredo".

Fonte: Fotografia e edição da autora.

---

<sup>32</sup> António Dias Lourenço, resistente antifascista, escritor, operário, jornalista, foi um dos importantes dirigentes do Partido Comunista Português.



Figura 34 - Pousada Santa Maria do Bouro, Braga.

Fonte: Fernando Guerra - <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-uma-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>. [Acedido a 30 de março de 2018]

# Capítulo 5

## 13 As Pousadas

### 13.1 Contextualização histórica e a sua origem

O turismo<sup>33</sup> teve a sua origem no século XVI, na sequência de viagens realizadas pelos estudantes aristocratas, no final do curso, com o objetivo de obter novas experiências de modo a enriquecer as suas formações.

Com o aparecimento da Revolução Industrial nos inícios do século XIX, o “sentido de viagem como processo de conhecimento altera-se, dando lugar a deslocações caracterizadas pelo prazer, não só de descanso, como também de descoberta e de aventura, estimuladas pela consolidação de uma burguesia portadora dos recursos económicos necessários”. (Figueiredo, 2013)

### 13.2 Pousadas em Portugal

*“O século XIX introduz, na esfera da vida privada, um novo conceito: a vilegiatura<sup>34</sup>. O prazer da viagem, privilégio de uma minoria abastada, generaliza-se ao longo do século XIX, ainda que associado a um sentido religioso, a uma insaciável procura de conhecimento ou a uma crescente atenção ao corpo. (...) é um fenómeno individual e urbano.”* (Lobo, 2006, p. 10)

Em Portugal, no final do século XIX e início do século XX, a indústria do turismo era pouco explorada, com poucas ofertas, onde apenas imperavam as estâncias termais designadas por hotéis “Palace”, somente acessível a uma pequena parte da população, a alta sociedade portuguesa, que, além de usufruir dos benefícios das águas termais, procurava momentos de descanso. Símbolos de uma boa qualidade de vida, estes edifícios hoteleiros, concentravam-se nos principais centros turísticos.

---

<sup>33</sup> De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, entende-se que o turismo é o gosto pelas viagens; tudo o que se relaciona com os serviços organizados de viagens de estrangeiros num país; viagens de instrução e recreio; excursionismo.

<sup>34</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, vilegiatura é uma temporada que se passa fora de casa, em passeio, principalmente na estação quente; tempo de descanso na praia, no campo ou estância balnear.

A partir dos anos 30, com o aumento progressivo da cultura do turismo, agora mais orientado para a prática de desporto ao ar livre, como ida à praia, marca o surgimento de um novo conceito de hotel que provoca um declínio nas estâncias termais e nos hotéis “Palace”.

Influenciada por esta nova mentalidade na sociedade, a revista “Notícias Ilustrado” lança, em julho de 1933, o concurso “Hotel Modelo” a fim de criar um novo conceito de hotel, que promovesse o turismo em Portugal. Apesar da grande divulgação por todo o país, esta iniciativa acabou por não ter o impacto desejado, uma vez que o programa do concurso elaborado pelo arquiteto Raul Lino (1879-1974) continha várias regras, como a presença dos valores tradicionais de cada região portuguesa, que condicionavam as várias propostas apresentadas.

Ainda nesse ano, e na sequência do concurso do “Hotel Modelo”, Sanches de Castro elabora um artigo acerca do *Parador*<sup>35</sup> de Enrique II de Ciudad Rodrigo. Como refere Andreia Enes, esse artigo “fazia referência à intervenção urbana realizada em toda a cidade enaltecendo o seu sentido de oportunidade e o seu valor estético na valorização do património artístico e cultural como atracção turística...” (Enes, 2013) O *Parador* da cidade, situado na fortaleza espanhola, apresenta-se como uma pequena pousada, de requisitos modernos das estruturas hoteleiras e uma privilegiada localização com um carácter histórico e monumental. Esta inovadora estratégia de turismo foi executada pelo PNT do país espanhol em 1928 com o intuito de obter uma maior visibilidade dos centros históricos e culturais, que não eram vistos como locais apelativos por parte do turismo privado. Ao desempenharem um papel importante na reabilitação do património, estas estruturas não só possibilitaram a salvaguarda e conservação dos edifícios históricos a intervir, como também o crescimento económico das várias cidades ao rentabilizar ao máximo os recursos de valor patrimonial.

Além dos *Paradores*, o PNT amplia o seu plano ao criar uma rede de *Albergues de Carretera*<sup>36</sup>. Ao contrário da ideia do *Parador*, esta rede permitia uma maior rentabilização de custos ao elaborar um único modelo de hotel distribuído estrategicamente pelo território e dirigido a um público específico. Com o progresso e desenvolvimento da época provocado pelo aparecimento do veículo automóvel, surge uma rede de estradas, o *Circuito Nacional de Firms Especiales* (CNFE), que iria facilitar as deslocações entre as principais cidades e os circuitos de grande valor histórico e artístico e, desse modo, facultar uma maior mobilidade no território.

Porém, com início da guerra civil de Espanha, em 1936, todos estes planos do PNT foram suspensos. Nesse mesmo ano, em Portugal, realizava-se o I Congresso Nacional do Turismo que viria mudar toda a componente turística portuguesa. Neste congresso, foram debatidas novas propostas, das quais se destaca a tese apresentada por Francisco de Lima intitulada

---

<sup>35</sup> Parador é uma empresa de pousadas de alta qualidade situada em Espanha. Por norma, estas unidades hoteleiras estão situadas nos edifícios históricos das cidades.

<sup>36</sup> Os Albergues de Carretera são pequenos hotéis, por exemplo pensões ou motéis, situados ao longo de toda a rede rodoviária de Espanha.

“Pouzadas”, em que apresenta um novo tipo de estrutura turística, de modo a ser acessível a toda a população interessada em conhecer o seu país. A sua proposta tem como finalidade alcançar todas as classes sociais, “desde o viajante mais modesto até a um industrial ou estudante”. Os seus argumentos aproximam-se do conceito de Sanches de Castro presente na proposta do *Parador* e dos Albergues de Espanha, ao propor um modelo tipo, e distanciam-se do conceito de *Palace Hotel*.

Tal como o jornalista Sanches de Castro, também Francisco de Lima demonstra o interesse em adaptar os edifícios antigos às Pouzadas, desde que “oferecessem as condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes tirar o seu cunho ou as deformar”. (Lobo, 2006, p. 26)

Francisco de Lima defende que as pousadas deveriam ser um exemplo de “conforto sóbrio e económico, traduzido num ambiente simples, de contornos vincadamente regionais e, por isso, de cunho nacional”. (Lobo, 2006, p. 26)

Com as comemorações do Duplo Centenário<sup>37</sup>, o Estado Novo implementa uma nova política direccionada para a recuperação do património arquitectónico do país. Em 1940, dá-se início a vários trabalhos, criando os principais serviços de apoio à vida pública: “a Justiça (tribunais e cadeias); o Ensino (escolas primárias, liceus e edifícios universitários); a Saúde e a Assistência (hospitais); (...) a Religião (igrejas), o Desporto (estádios) e o Turismo e a Cultura (pousadas e monumentos)”. (Lobo, 2006, p. 35) Todas estas intervenções marcaram o estilo nacional, refletido também nas pousadas de Portugal.

Em 1939, é anunciada a construção das primeiras pousadas: a pousada de Santa Luzia em Elvas, a pousada de S. Gonçalo no Marão, a pousada de Santo António no Serém e, mais tarde, a pousada de S. Martinho em Alfeizerão e a pousada de S. Brás de Alportel. Outras foram surgindo através da reconversão como é o caso da antiga pensão de Óbidos. Todas estas pousadas foram implantadas nas regiões Norte, Centro e Sul com o intuito de abranger todo o território nacional.

As pousadas foram apontadas como um “projeto de turismo inovador”, dotadas de uma “estratégia de intervenção à escala do território nacional, elegendo e promovendo diferentes pontos de interesse turístico” (Lobo, 2006, p. 44) onde algumas foram implantadas em pontos de ligação com Espanha, outras perto da capital portuguesa, sem nunca esquecer o estilo rural e o ambiente calmo, enaltecendo as qualidades de cada local onde são construídas.

---

<sup>37</sup> Celebração do VIII Centenário do Nascimento de Portugal (1143) e do II Centenário da Restauração da Independência Portuguesa (1640).

Apesar de existir sempre um modelo, com semelhança na casa portuguesa de Raul Lino, as pousadas foram adaptando-se aos novos locais e à forma da implantação, quer fosse um edifício feito de raiz ou adaptado.

Nos anos cinquenta, os monumentos históricos do Ministério das Obras Públicas, são adaptados a pousadas sob o comando da DGEMN, com o “objetivo de assegurar a manutenção e dar utilidade aos inúmeros edifícios antigos restaurados, ao mesmo tempo que se pretendia evocar o monumento como emblema da Nação”. (Figueiredo, 2013, p. 47)

Estes monumentos restaurados e adaptados<sup>38</sup> a pousadas pela DGEMN - conventos, castelos ou fortalezas - dotavam de uma atitude conservadora, sem nunca alterar a sua forma, intervindo apenas na reorganização interior, face ao novo programa.

Atualmente, existem dois tipos de pousadas, “as regionais, com traços modernos e novos que seguem as normas arquitetónicas e decorativas da sua região e as chamadas pousadas históricas, alojadas em edifícios de grande valor patrimonial. As regionais são mais numerosas, são mais simples, localizadas em zonas históricas, em imediações de espaços protegidos ou em pequenas localidades. As históricas, estão normalmente localizadas em monumentos nacionais, tais como conventos, mosteiros, castelos ou fortalezas. Este tipo de pousadas, são uma mais-valia na medida em que permitem a recuperação de um património arquitetónico degradado ou abandonado”. (Enes, 2013, p. 49)

Atualmente, um dos principais problemas das pousadas instaladas em edifícios de valor histórico é o incumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos para a instalação de unidades hoteleiras deste tipo. Estes requisitos abrangem todo o tipo de estabelecimentos hoteleiros, sejam eles hotéis, *hostels*, pensões ou pousadas.

---

<sup>38</sup> Como primeiras adaptações destacam-se as pousadas do Castelo em Óbidos (1950), de São João Batista na Berlenga (1953), de Lóios em Évora (1965).

# 14 Estudos de Caso

## 14.1 Forte de São João Batista, Berlenga

“... ao longe, emergindo das águas como dorso de gigantesco cetáceo, a ilha avermelhada, a Berlenga misteriosa, ... de púrpura forte, quase incandescente sob as carícias do sol...” (Calado, 1984, p. 29)

A cerca de sete milhas a oeste do Cabo Carvoeiro, ergue-se sob o oceano a ilha das Berlengas. Esta, juntamente com as ilhas Estelas e os Farilhões, formam um arquipélago. A ilha ocupa setenta e nove hectares de área e eleva-se do nível do mar a oitenta e cinco metros.

Os primeiros vestígios da presença de povos na ilha da Berlenga data de tempos remotos. A permanência na ilha foi-se alterando ao longo dos tempos. Inicialmente fora usada para refúgio e abrigo daqueles que navegavam por mar e como escudo defensor da costa portuguesa que sofria de constantes ataques. Mais tarde, passou a ser utilizada como apoio à circulação marítima e à prática de pesca.

A sua topografia irregular, que deu origem a grutas e passagens, é consequência da erosão provocada pelo permanente embate das ondas e movimento de placas terrestres. Na sua composição existe rocha granítica com um tom avermelhado. (Zagallo, 2014, p. 56)

O interesse em construir um edifício de carácter defensivo na ilha já havia sido apresentado por D. Filipe III em 1625. Contudo, só a 15 de maio de 1651, D. João IV, ordenara João Rodrigues de Sá a “levantar a planta da fortificação que ali se houvesse de fazer”. (Calado, 1982, p. 5) Sobre um pequeno ilhéu, ligado à ilha da Berlenga apenas por uma estreita ponte pedonal, ergueu-se o Forte de São João Batista (figura 35).

De planta octogonal irregular, o Forte apresenta um traçado simples, orientado a noroeste-sudeste, com nove canhoiras dispostas para o lado sul. Dada a privilegiada posição no território, possibilitava o cruzamento de fogo com as estruturas defensivas erguidas na península, sobretudo com a Fortaleza de Peniche, antecipando as invasões dos inimigos naquela área devido ao facto da ilha ser como uma espécie de “sentinela avançada”. (Calado, 1982, p. 5)

No centro do Forte e adossados a dois dos alçados, foram construídos pequenos edifícios de planta retangular em que as coberturas formavam terraços, acessíveis, à exceção do edifício central que dispunha de um telhado de duas águas. Como refere a DGPC, o portal, de moldura

rusticada, possui lápide no tímpano com inscrição, sendo encimado por frontão de aletas interrompido por um escudo coroadado. As fachadas principal e lateral são rasgadas por dois registos de janela de moldura redonda. Adossadas às muralhas exteriores foram edificados as antigas casamatas e o paiol. (Oliveira, 2016)



Figura 35- Forte de São João Batista, Berlenga.

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/584905070326073518/>. [Acedido a 4 de abril de 2018]

O Forte de São João Batista foi palco de vários ataques e assaltos, provocando vários danos em toda a estrutura. Ainda inacabada, sofreu a primeira tentativa de invasão, quando em 1655, “três navios turcos, armados de 36 peças de artilharia” (Calado, 1982, p. 6) invadiram-na, tentando derrubá-la, mas sem sucesso.

Em 1666 os castelhanos, sob o comando de Diogo Ibarra, cercaram e bombardearam o pequeno Forte causando a destruição de grande parte das muralhas. Viria a ser reconstruída anos mais tarde.

Retirada toda a artilharia de caráter militar, o Forte deixava de exercer a função de defesa, caindo em abandono, esquecimento e, consumido pela agitação marítima e os fortes ventos constantes, acabava lentamente por desaparecer.

Mais tarde, no ano de 1938, o Forte de São João Batista é classificado como Monumento Nacional.

Com um elevado estado de degradação, em 1953, o edificado sofreu uma intervenção de salvaguarda por parte da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A edificação iria ser adaptada a Pousada e, com isso, havia alguns aspetos a ponderar na altura da intervenção:

*“De início logo um dever se impunha: o de evitar qualquer descaracterização histórica ou arquitetónica em toda a edificação herdada. Congraçar ou harmonizar o passado com o presente, sem jamais os confundir...”* (DGEMN, 1953, p. 13)

A pousada de São João Batista foi uma das primeiras estruturas inseridas em monumentos históricos. O interior dos espaços que compõem o Forte foi alterado de forma a responder às necessidades do novo uso. Constituída por dois pisos (figuras 36 e 37), nos tempos de defesa, o piso térreo encontrava-se dividido em doze espaços, que correspondiam às dependências de serviço nomeadamente, cozinha, casa do comando, quartéis das tropas, vários armazéns, entre outros. As muralhas albergavam mais oito pequenos espaços onde eram os quartéis dos artilheiros.

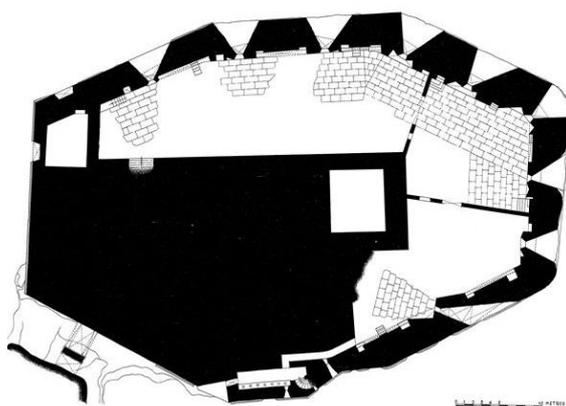


Figura 36 - Planta ao nível das canhoelras antes das obras.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062). [Acedido a 4 de abril de 2018]

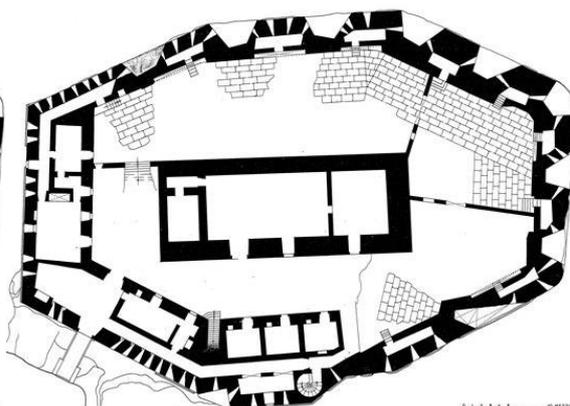


Figura 37 - Planta do piso térreo antes das obras.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062). [Acedido a 4 de abril de 2018]

“a introdução de numerosas paredes divisórias no amplo espaço interior do edifício transformou, como era inevitável, o seu aspecto; mas em verdade, não o descaracterizou. Nem depreciou, visto que nenhum pormenor relevante dava feição especial a esse recinto...” (Lobo, 2006, p. 112)

Posteriormente, a DGEMN procedera ao restauro do Forte (figuras 38 e 39), em que adaptariam o piso térreo com espaços para a cozinha, uma sala de jantar, uma sala de estar e alguns quartos. No piso superior haveria mais quartos com instalações sanitárias. No edifício central, o piso superior era composto por quatro quartos de casal com instalações sanitárias privadas.

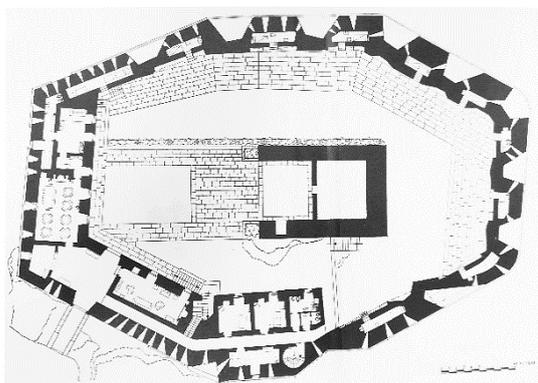


Figura 38 - Planta do piso térreo depois das obras, 1953.

Fonte: *Forte da Berlenga*. Porto, 1953.

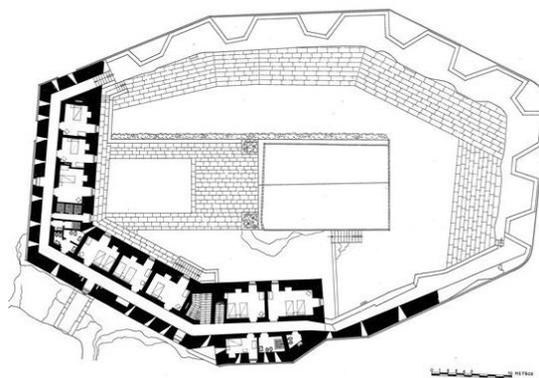


Figura 39 - Planta do piso 3 depois das obras, 1953.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_Pages/User/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_Pages/User/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062). [Acedido a 4 de abril de 2018].

Nesta época, frequentada apenas por elites de luxo ou como se dizia, por “fina flor” da sociedade, a pousada detinha ótimas comodidades. E assim permaneceu cuidada, até à morte do concessionário que obrigou a fechar as portas por falta de segurança, voltando a cair novamente no esquecimento. Após o 25 de Abril de 1974, a iniciativa de um grupo de penichenses em colaboração com a Direção Geral do Turismo (DGT) com o apoio da Câmara Municipal de Peniche (CMP), tentaram recuperar as estruturas de alojamento de modo a oferecer uma boa comodidade aos visitantes que ali pernoitavam, especialmente na época do Verão, onde ainda a afluência é significativa.

Atualmente, a Pousada é composta por espaços públicos como o bar com esplanada, espaço de refeições, sala de estar e todo o espaço exterior incluindo o terraço em que é possível observar a paisagem deslumbrante. Apenas os quartos, as instalações sanitárias e a cozinha são espaços privados de uso exclusivo dos hóspedes.

## 14.2 Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e Torre, Cascais

Para além da defesa terrestre de Lisboa, era necessário haver um sistema de proteção na barra do Tejo em toda a sua extensão pois muitos dos ataques eram feitos por mar. Iniciou-se assim, em 1642, a construção de uma linha fortificada de defesa de todo o rio Tejo. Esta, juntamente com a linha fortificada de Torres Vedras, iria defender e proteger a capital portuguesa.

Localizada mais a ocidente, o Forte de Nossa Senhora da Luz, em Cascais, foi a primeira praça de guerra a ser erguida, tendo um papel fundamental na defesa da capital portuguesa.

Mandada construir na segunda metade do século XVI, a fortificação de planta triangular surgiu do resultado de uma velha torre<sup>39</sup> abaluartada erguida em 1488 a mando de D. João II. Porém, a fraca defesa de Cascais, levou D. Filipe II a mandar construir uma nova fortificação. A elaboração das plantas ficou a cargo do Capitão Fratino, que desenhou uma fortaleza abaluartada com planta triangular, traço pouco usual na arquitetura militar portuguesa. As obras ter-se-iam concluído por volta de 1590.

Após a Restauração da Independência de Portugal, a fortaleza sofreu alterações por apresentar ainda falhas defensivas, tendo surgido vários engenheiros dispostos a elaborar um novo projeto, mas devido a vários desentendimentos, o francês Nicolau de Langres assumiu, em 1650, as obras de ampliação da Cidadela<sup>40</sup>. Com um projeto de larga escala para reforçar a fortaleza, apenas foram construídos as baterias e o revelim.

Dedicada à Nossa Senhora da Luz, a fortaleza apresenta um pátio interior que permite a comunicação entre os três baluartes e de onde partem as escadas de acesso tanto à torre joanina como à bateria alta, casernas e cisterna. (DGPC, 2007)

O acesso à fortaleza de Nossa Senhora da Luz (figura 40) faz-se “através de um portal, de grandes dimensões, a porta d’armas, que se abre a meio da cortina norte, em arco de volta perfeita debruado por silhares alternados, salientes e não salientes. A encimá-lo, um frontão triangular, que descarrega sobre duas meias colunas e duas meias pilastras, rematado pela coroa real, ladeada por duas esferas armilares”.

Para além dos edifícios referidos, também a casa do Governador e a capela de Nossa Senhora da Vitória fazem parte da cidadela. Tal igreja serviu de armazém depois da República tendo sido só em 1930, restaurada e recuperada. Com uma única nave, possui dois altares frontais e adjacente a ela, duas capelas.

---

<sup>39</sup> Conhecida como torre de Santo António e, edificada junto ao mar, manteve-se ativa até 1580 aquando da Invasão Espanhola.

<sup>40</sup> O conjunto da Cidadela é um sistema fortificado composto pela Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Santo António de Cascais.

Com o terramoto em 1755, Cascais não saiu imune, sobretudo a Cidadela onde apenas as muralhas e a cisterna resistiram a tão grande destruição. Os anos que se sucederam, foram de reconstrução.

Com a perda da importância militar na defesa da costa litoral de Lisboa, em 1870, a Cidadela recebeu uma nova funcionalidade, nomeadamente, a antiga casa do governador que serviu de residência de verão para o rei D. Luís e, mais tarde, para a Presidência da República. Permaneceu depois ao abandono durante cerca de 50 anos. Em 1977, a Cidadela de Cascais foi classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP).



Figura 40 - Vista aérea, Cidadela de Cascais, 1965.

Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062). [Acedido a 4 de abril de 2018].

A Cidadela, após a sua cedência à Câmara Municipal de Cascais (CMC), sofre um plano de reestruturação e reabilitação.

Lançado um concurso público pela CMC, de forma a dinamizar e reabilitar a Cidadela de Cascais (figura 41), o grupo Pestana saiu vencedor ao apresentar o projeto de reedificação com o fim de criar uma pousada e recuperar as estruturas restantes que compõem a Cidadela.

Além do palácio do Governador, a Cidadela de Cascais sofreu um plano de recuperação em que contemplou também a requalificação da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a construção de uma pousada.

A pousada resultou do projeto dos arquitetos Gonçalo Byrne e David Sinclair. Numa fase inicial, tiveram em conta as regras de preservação do património de modo a respeitar toda a história e memória do espaço “como é possível observar com o corredor de 100 metros onde acompanha a topografia do irregular do terreno, ou as abóbadas centenárias reabilitadas e integradas nos quartos”. (Catela, 2016)

“...transformar um conjunto construído com estas características que é feito para aguentar a artilharia, portanto é fechado para fora e, transformar isto (a cidadela) em hotelaria é, do ponto de vista do projeto, um desafio complexo tanto mais que é um edifício classificado e todas as intervenções tem de ser sensíveis, dialogadas.” (Byrne, 2012)

A pousada usufrui de 126 quartos com 8 tipos de tipologias distribuído por vários pisos situado no antigo quartel e uma grande área aberta ao público com um conjunto de lojas, restaurantes, bar, serviços, entre outros, que proporciona uma forte relação com a vila de Cascais. O espaço do antigo refeitório dá lugar a um novo edifício onde alberga a receção e uma zona de estar com acesso a vários pontos de lazer (figura 42). Para Gonçalo Byrne, “a opção pela materialidade única, de uma malha que se prevê de aço inoxidado, garante transparência, unidade e neutralidade formal” e “preservando-se não só a estrutura lógica da fortificação, mas também o seu carácter de rigor e austeridade”.



Figura 41 - Vista aérea de todo o elemento fortificado, Cascais.

Fonte:  
<https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais>. [Acedido a 6 de abril de 2018].



Figura 42 - Simbiose entre o velho e o novo, Cidadela de Cascais.

Fonte:  
<https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais>. [Acedido a 6 de abril de 2018].

Um dos grandes desafios desta reabilitação recaiu na adaptação de uma estrutura militar com mais de quatro séculos de existência, numa pousada hotel, que garantisse todas as condições de habitabilidade e conforto exigidas atualmente, nunca esquecendo a importância da valorização patrimonial do edifício. (Catela, 2016)

### 14.3 Forte de São Sebastião, Angra do Heroísmo

Edificado no topo de uma falésia e rodeado pelo imenso mar, o Forte de São Sebastião<sup>41</sup> fica localizado no porto de Pipas, na cidade de Angra do Heroísmo, pertencente à ilha Terceira da Região Autónoma dos Açores.

Dada a enorme necessidade de defesa da baía dos Açores contra os corsários ingleses e franceses que eram atraídos pelas inúmeras embarcações, carregadas de riquezas, vindas do África, Brasil e Índia, surge a construção de um forte a mando de D. Sebastião que reconhecia a importância estratégica que a ilha detinha. Tal acontecimento viria a proteger os estaleiros e ancoradouros guarnecidos pelas populações que ali habitavam.

No ano de 1543, Bartolomeu Ferraz demonstra interesse em defender todas as ilhas que compõem o Arquipélago dos Açores numa carta de recomendação que faz chegar a João II de Portugal, na qual afirma o seguinte:

*“E porque as ilhas Terceiras inportão muito assy polo que per ssy valem, como por serem o valhacouto e socorro mui principal das naaos da India e os franceses sserem tão dessarrazoados que justo rei injusto tomão tudo o que podem, principalmente aquilo com que lhes parece que emfraquecem seus imigos (...)”.* (Açores, 1981, pp. 365-366)

No ano de 1567 o engenheiro militar italiano, Tommaso Benedetto de Pesaro, sugere fortificar toda a península do Monte Brasil, na sequência da construção do Castelo dos Moinhos. Contudo, a escassez de meios financeiros para erguer as fortificações na ilha, levou à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) em 1561, propor ao cardeal D. Henrique a construção de duas fortificações, uma no porto de Pipas e outra no Monte Brasil, de modo a permitir um cruzamento de fogos. A proposta foi aprovada, porém, só em 1572, dá-se o início das obras com as plantas das fortificações da autoria, segundo Rui Carita, de Isidoro de Almeida e do Dr. Manuel Álvares, e segundo Francisco Drummond, de Tommaso Benedetto.

Sobranceiro à enseada, em 1576, o forte de S. Sebastião<sup>42</sup> já estaria pronto a ser utilizado. Desse modo, seria o único forte situado no litoral da ilha:

*“Não havia naquele tempo em toda a costa da ilha Terceira alguma fortaleza, exceto aquela de S. Sebastião, posto que em todas as cortinas do Sul se tivessem feito alguns*

---

<sup>41</sup> Também conhecido como “Forte de São Filipe”, “Castelo de São João Batista”, ou simplesmente “Castelinho”.

<sup>42</sup> Evoca-se o forte de S. Sebastião, em homenagem ao rei S. Sebastião.



planta retangular e ali era feita a desinfecção de tudo o que chegava pelo mar, desde as roupas até bagagens.

Em plena primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Forte volta a sofrer ampliações, com a instalação de baterias de artilharia, barracões e telheiros para abrigo do equipamento. Além disso, serviu de prisão para alemães suspeitos de apoiarem a Alemanha. Na segunda Guerra Mundial as edificações do forte foram ocupadas por várias entidades entre as quais, as tropas britânicas e, mais tarde, serviram de guarnição da Polícia Marítima.

Tal como a Fortaleza de Peniche, também o Forte de São Sebastião serviu de prisão dos presos políticos durante o Estado Novo, ainda que de forma leve e passageira.

Classificado como IIP pelo Decreto-Lei (D.L) n.º 47-508, de 24 de janeiro de 1967 e, em 1983, incluído como Património Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é estabelecido (2001), um acordo entre a Direção-Geral das Infraestruturas Militares, a Secretaria Regional de Economia, a CMAH e a Empresa Nacional de Turismo, S.A (Enatur) - Pousadas de Portugal para ceder o forte de São Sebastião à Enatur tendo como objetivo a instalação de uma pousada.

A nova pousada de Angra do Heroísmo (figura 44) resulta do projeto elaborado pela arquiteta Isabel Santos, a qual está classificada como pousada Histórica na rede Pousadas de Portugal.

A intervenção é iniciada no ano de 2002, com recuperação dos edifícios que compõem o interior do Forte e, no ano seguinte, pela última vez, ocorre o hastear da bandeira portuguesa no forte de São Sebastião, dando lugar à nova intervenção inaugurada no ano de 2006.



Figura 44 - Vista aérea da Pousada do Forte de Angra do Heroísmo, Açores.

Fonte: <https://www.booking.com/hotel/pt/pousada-de-angra-do-heroismo-sao-sebastiao.pt-pt.html>.  
[Acedido a 10 de abril de 2018].

Com uma arquitetura militar quinhentista, o forte exhibe uma estrutura abaluartada, adaptada ao declive do terreno implantado num local rochoso, do lado leste da baía da Angra, elevada do porto de Pipas.

Apresenta uma planta pentagonal irregular, constituída por um baluarte de forma poligonal irregular no lado noroeste, um meio baluarte no lado nordeste, de praça baixa e diferentes entre si, dois meios baluartes um a leste e o outro a oeste. A sul encontra-se uma bateria baixa poligonal, a conhecida “Bateria da Heroicidade”, construída mais tarde. As muralhas contínuas são encimadas por merlões e canhoeriras. A norte, a muralha é rasgada por um portal em arco de volta perfeita encimado por um brasão com as armas reais e uma lápide em latim, com o entablamento suportado por duas pilastras toscanas.

Este conjunto arquitetónico é formado por dois blocos, diferentes entre si, adossados à cortina do lado norte (figura 45). O bloco de dois pisos correspondia à antiga caserna e o bloco de apenas um piso à antiga casa da guarda. A nordeste encontra-se a antiga casa do governador, com planta retangular.



Figura 45 - Novo edifício, à esquerda e os edifícios existentes, à direita, Angra do Heroísmo.

Fonte: <http://www.tpf.pt>. [Acedido a 10 de abril de 2018].

O projeto contempla dois momentos distintos, o primeiro dedicado à recuperação do edificado histórico e o segundo à construção de um novo corpo a oeste. Numa fase inicial da intervenção, as instalações iam dispor de vinte quartos, um restaurante, um bar, sala de reuniões e outros espaços de lazer, mas aquando do início das obras, a requalificação da antiga casa do governador possibilitou a introdução de novos quartos.

O novo corpo de três pisos, onde se distribui grande parte dos quartos e áreas comuns, possui uma imagem sublime e clara, com os alçados a branco, rasgados por longos vãos. Para além disto, os espaços exteriores e a envolvente que circunda o forte sofrem uma nova requalificação.

Toda a intervenção resulta em perfeita sintonia, permanecendo sempre a memória e identidade do edifício histórico, em que a pequena praça volta a ter uma nova vida.





Figura 46 - Fortaleza vista da Marina de Peniche.

Fonte: Fotografia da autora.

# Capítulo 6

## 15 A Proposta

### 15.1 Memória Descritiva e Justificativa

A presente memória descritiva e justificativa diz respeito à proposta de reabilitação da Fortaleza de São Francisco, cuja implantação (todo o interior da fortificação) ocupa uma área de 20000 m<sup>2</sup> aproximadamente. A fortaleza situa-se na ponta sul da Península, no Campo da República, entre a Gruta da Furninha, a oeste, e o porto de pesca, a Este, pertencente ao concelho de Peniche, distrito de Leiria. Toda a fortaleza encontra-se integrada na zona histórica da cidade (figura 47).

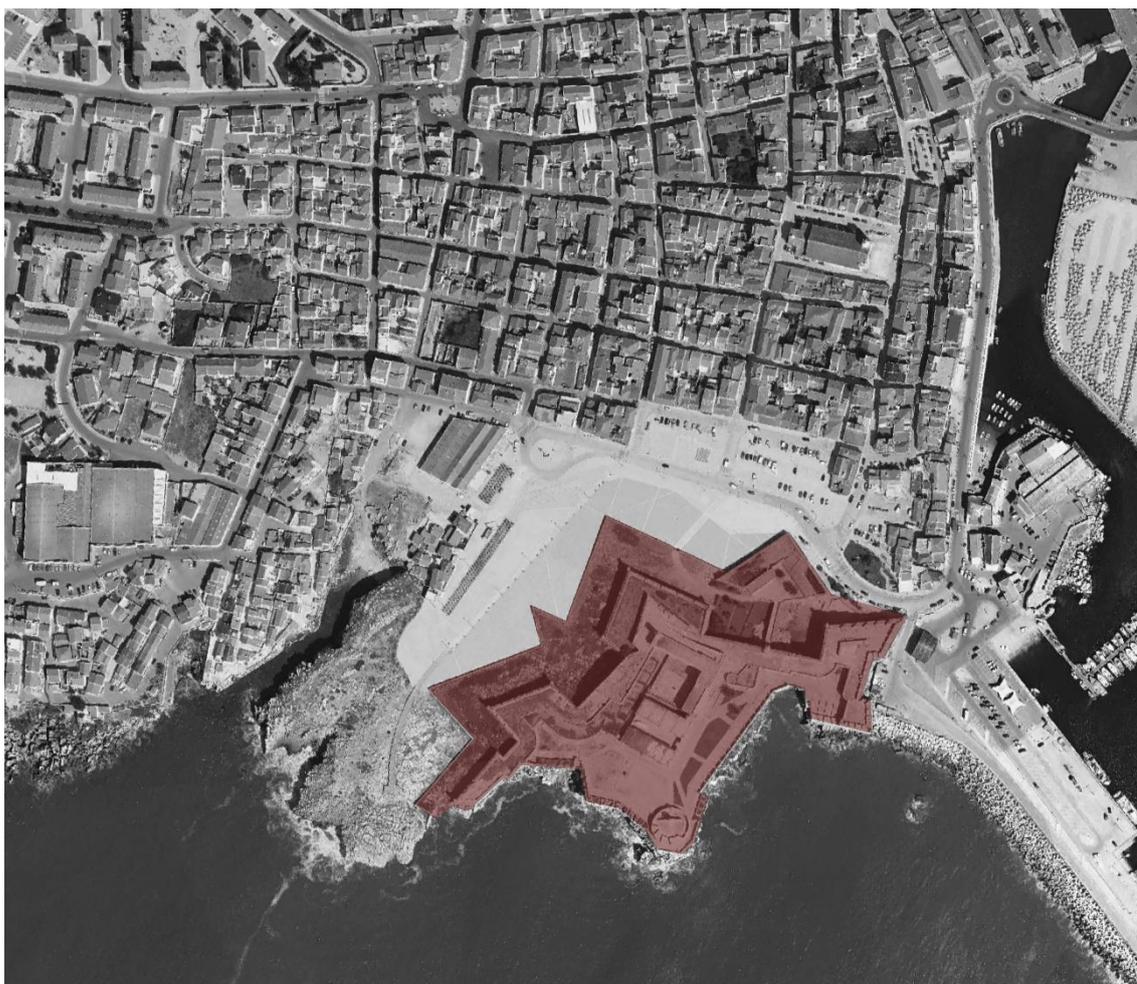


Figura 47 - Localização da Fortaleza de São Francisco, Peniche, 2018.

Fonte: Ortofotomapa cedido pela Direção Geral do Território (DGT).

A Fortaleza de Peniche, situada no limite do mar, desempenha um papel importante no desenvolvimento e valorização da região de Peniche. Assim como esta, existem inúmeras estruturas classificadas como património arquitetónico sem qualquer uso, o que provoca a sua degradação e posterior desaparecimento, presenciando-se uma perda crescente e gradual do nosso património. Neste sentido, a escolha deste conjunto arquitetónico recai sobre a elevada importância que deteve na defesa do nosso país e, mais tarde, na ditadura fascista do Estado Novo. Além disso, intervir neste património deverá estabelecer uma relação entre o sítio e o contexto, de forma a relacionar a intervenção com o local e a paisagem que o envolve.

O trazer de novo a vida ao local ajudará a valorizá-lo e a preservá-lo, sem nunca agredir a história e a memória que o compõe.

Ao reabilitar, pretende-se que a linguagem da proposta permita manter a identidade do local, reinterpretando e adaptando o seu interior às necessidades contemporâneas.

## O Existente

Os edifícios que compõem a fortaleza de Peniche apresentam diferentes níveis de degradação, pelo que se torna importante enumerar alguns aspetos de modo a identificar as patologias existentes.

Em termos estruturais, os blocos A, B, C e D (ver capítulo 4) possuem o mesmo sistema construtivo. Destes, o edifício D é o mais degradado por se encontrar mais exposto às intempéries (figura 48). Assim, as divisões interiores são em alvenaria, os pisos em cimento, as paredes estucadas a branco e rematadas com revestimento cerâmico branco onde se verifica o mau estado devido às infiltrações de água. As janelas e portas exteriores são em madeira. Todas as janelas possuem um gradeamento em ferro do lado exterior. Sem uso, este espaço foi “entulhado” com objetos diversos.



Figura 48 - Estado atual do interior do bloco D.

Fonte: Ordem dos Arquitetos.

Quanto aos edifícios prisionais (A e B), o estado atual de degradação é menor, ainda que alguns blocos apresentem alguma deterioração dos materiais. Os espaços de circulação e zonas húmidas são compostos por pavimento cerâmico e as celas por soalho de madeira. As paredes interiores de alvenaria são estucadas com acabamento a branco e os tetos de estuque seguros por vigas de madeira apoiadas nas paredes exteriores, estando afastados da cobertura para possibilitar a ventilação dos espaços (figura 49).

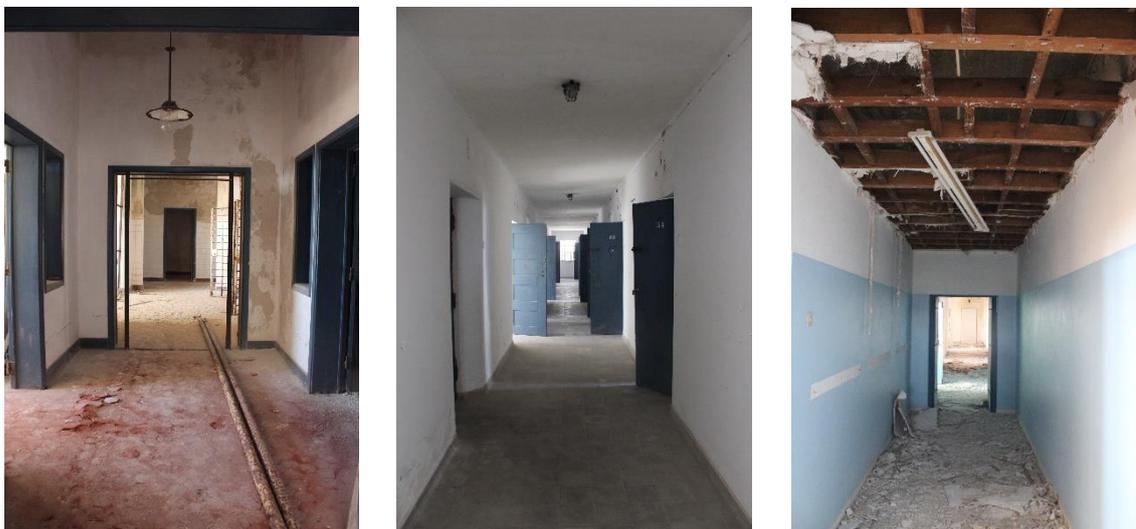


Figura 49 - Aspeto do interior dos blocos A e B, respetivamente.  
Fonte: Ordem dos Arquitetos.

Em contrapartida, o bloco E encontra-se em bom estado de conservação. As paredes interiores de alvenaria são estucadas com acabamento a branco e, nas zonas húmidas, possuem revestimento cerâmico de cor branco. Quanto aos pisos, as salas são em soalho de madeira e as zonas húmidas e de circulação são em pavimento cerâmico. Os tetos são rebocados com acabamento de cor branca, sendo que em alguns espaços possuem teto falso de gesso cartonado. As janelas e portas são de madeira com acabamento pintado a cor azul claro. Tal como o edifício D, os espaços encontram-se cheios de objetos diversos por este ter sido ocupado pelos serviços administrativos do Museu de Peniche (figura 50).

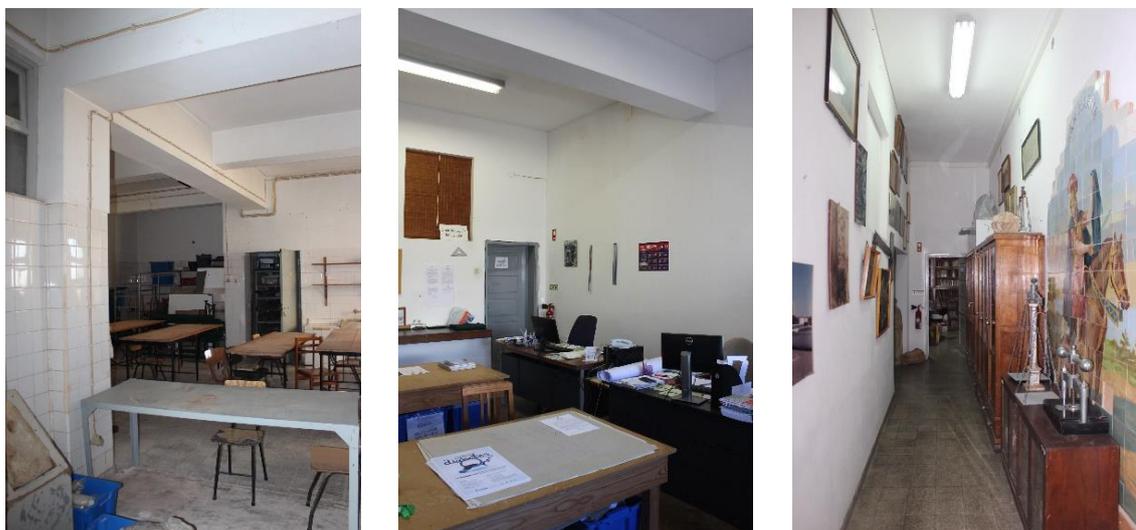


Figura 50 - Aspeto interior do bloco E.  
Fonte: Ordem dos Arquitetos.

Em relação às fachadas exteriores (figura 51), os edifícios (A, B, C e D) são revestidos a reboco pintado a branco. As janelas são compostas por caixilharia de madeira do tipo guilhotina e do lado interior são rematadas com um gradeamento em ferro, usado em todas as prisões como forma de segurança. As portas são em madeira de duas folhas.

No edifício E, o acabamento da fachada é em pedra, onde as janelas são basculantes constituídas por três folhas com caixilharia de madeira pintada em tons de azul claro. As portas são de duas folhas em madeira, com o mesmo acabamento das janelas.

Quanto ao edifício G, as paredes apresentam também um desgaste na pintura. As janelas e portas são do mesmo tipo do edifício E, à exceção das janelas que possuem portadas em madeira.

As coberturas dos edifícios a intervir são planas, à exceção do bloco G, constituído por uma água furtada e revestido a telha marselha.

Os restantes edifícios a intervir, encontram-se em bom estado de conservação, pelo que a intervenção será reduzida, adequando-os às novas funcionalidades.



Figura 51 - Aspeto atual das fachadas e coberturas de alguns edifícios.

Fonte: Fotografias da autora.

## Demolições e Reparações

A nova proposta prevê novas funções, diferentes das existentes, pelo que será necessário demolir alguns elementos que, deste ponto de vista, são inviáveis. Coberturas, revestimentos, paredes interiores, muros, portas, janelas e pavimentos, encontram-se em más condições, sendo demolidos, substituídos ou recuperados de alguma forma.

As coberturas dos blocos A e B e C serão substituídas por novas, de forma a aumentar a altura do murete e, assim, “esconder” todos os elementos que ficarão na cobertura. Já as paredes interiores serão demolidas para receber as novas funções e, assim, respeitar os requisitos para um bom funcionamento dos edifícios. Quanto às fachadas exteriores, serão mantidas, respeitando a identidade e memória do local. Alguns vãos serão abertos, outros fechados, em função das necessidades da proposta.

Ainda no bloco B, as escadas adjacentes à capela serão demolidas, pelo que possibilitará um acesso à zona de cargas e descargas, servindo tanto os blocos A e B, como a cisterna e casamatas.

O bloco E sofrerá também uma demolição de algumas paredes interiores, portas e janelas face à nova proposta.

Alguns dos muros e escadas existentes serão demolidos de forma a libertar os espaços fechados e obscuros, tornando a Fortaleza de Peniche mais recetiva e acolhedora.

No pátio da Cisterna, haverá uma demolição numa parte da laje para construir uma rampa de acesso à Cisterna, facilitando a entrada de pessoas com mobilidade reduzida.

## 15.2 Programa e Conceito

Identificamos as várias necessidades e problemas à qual a proposta deveria responder, sobretudo no que diz respeito à falta de intervenção num monumento de tão grande valor histórico que compromete a valorização e desenvolvimento da cidade de Peniche. Um dos principais problemas prende-se com a falta de preservação e manutenção de alguns espaços da fortaleza, o que dificulta a sua utilização de forma a servir toda a sociedade.

Como forma de tirar o maior proveito dos edifícios que compõe a Fortaleza de Peniche, é proposta uma reabilitação em quase todos os espaços, à exceção do bloco C (atual Museu de Peniche), da Igreja de Santa Bárbara e o Baluarte Redondo, que permanecerão intactos.

Com base em toda a investigação, deparamo-nos com a inexistência de espaços de apoio a investigações científicas relacionadas com a vida do mar e ambiente, assim como espaços que possam dar a conhecer a história da cidade e o que de melhor tem para oferecer. Neste sentido, é proposta a reabilitação e adaptação dos edifícios a equipamentos de cariz cultural, educativo e científico. É também proposta uma unidade hoteleira, acompanhada de um espaço de lazer, assim como de um restaurante (figura 52). Assim, a Fortaleza de Peniche, assume-se como um espaço multifuncional e pluridisciplinar.

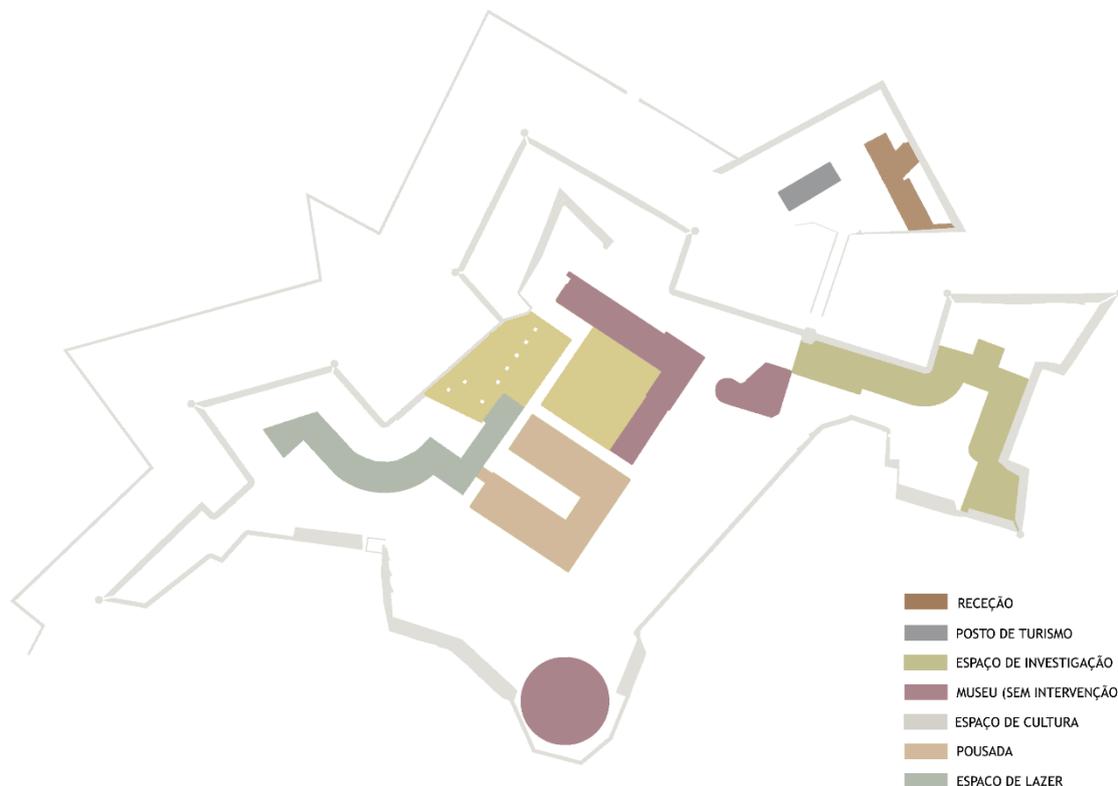


Figura 52 - Distribuição dos espaços a intervir (sem escala).

Como unidade hoteleira, a pousada será composta por 22 quartos, 9 quartos de casal, 12 quartos duplos e 1 adaptado a pessoas com mobilidade reduzida. Terá também zonas comuns de lazer

(sauna, massagens, hidromassagens, piscina, bar, cafeteria e sala de refeições) e zonas de serviço (lavandaria, administração e restaurante).

O revelim da Fortaleza contempla a entrada geral da Fortaleza. O pequeno edifício do revelim, será adaptado a um posto de turismo (figura 53), com o objetivo de dar a conhecer produtos típicos do local. O edifício, sem paredes interiores, assume-se como um espaço vazio ocupado por duas caixas de madeira iguais. O desprender das paredes, permite ao visitante deambular em volta das caixas, numa continuidade espacial, onde os cheios são entendidos como momentos de pausa, convidando o visitante a espreitar e, posteriormente, a entrar.

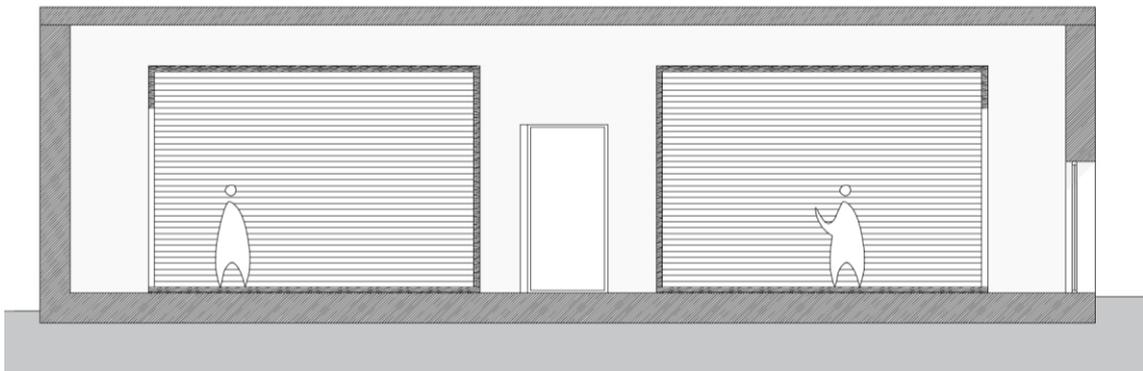


Figura 53 - Corte do interior do posto de turismo (sem escala).

Lugar único e mítico da Fortaleza, a cisterna é adaptada a um espaço de memória. Com acesso difícil, o pátio do governador é rasgado por uma rampa que conduz o visitante até ao interior da cisterna (figura 54). Ao entrar na cisterna, o visitante mergulha no passado, onde as memórias são exibidas. A partir do elemento da água, surge uma estrutura metálica, “suspensa”, apoiada em pequenos pilares assentes na laje da cisterna, que circunda toda a cisterna. Aqui, ganham vida, elementos expositivos que recordam o que o tempo, outrora, esmoreceu. Tendo como foco a prisão política do Estado Novo, são retratadas as vivências dos presos dentro da Fortaleza. Os sons do sino da capela, da água, dos choros e risos são evocados no interior da cisterna.

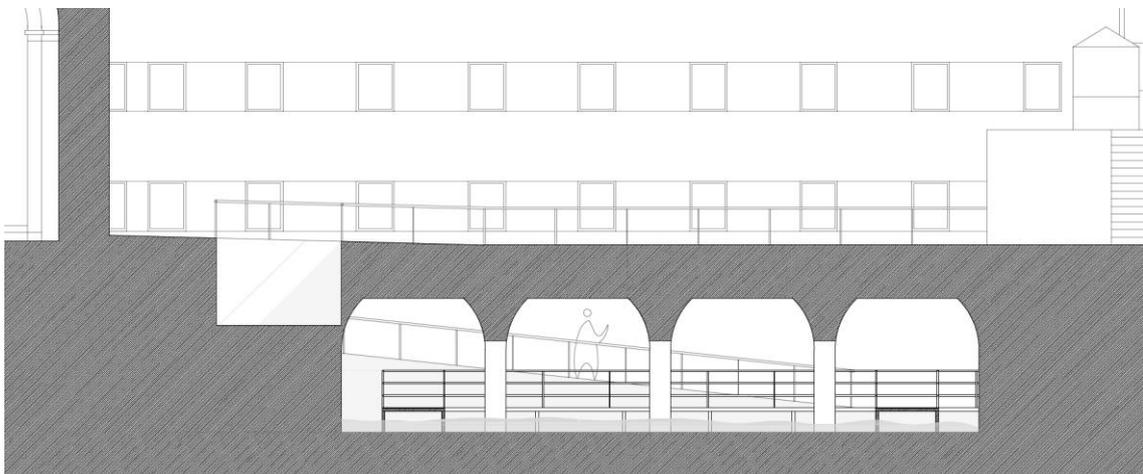


Figura 54 - Corte da rampa e interior da cisterna (sem escala).

O atual Museu de Peniche carece de informação, pelo que intervir e reabilitar as casamatas torna-se fundamental. Estas serão adaptadas a espaços de exposições temporárias e permanentes. As exposições permanentes retratarão acontecimentos do passado, tais como, o naufrágio do galeão San Pedro de Alcântara próximo do ilhéu da Papôa ou os importantíssimos fósseis existentes na costa de Peniche.

Com uma vista deslumbrante sobre o mar, a Pousada será instalada nos blocos A, B e D com o objetivo de tirar o maior proveito da paisagem e dar ao hóspede várias emoções e vivências, convidando-o a permanecer mais tempo na cidade de Peniche e, talvez, regressar. Uns quartos têm ligação direta com o mar, outros relacionam-se com o interior da Fortaleza. Os novos corpos surgem da necessidade de ligar todos os edifícios da pousada, de forma a contribuir para o bom funcionamento do espaço. Transparentes, estes novos volumes respeitam a identidade do local, estabelecendo o diálogo entre o novo e o velho. Visto do mar, é possível observar um jogo de vãos, composto por molduras em aço corten, que sobressaem dos alçados pintados a branco, numa antítese à prisão (figura 55).



Figura 55 - Alçado Nordeste (sem escala).

O novo corpo, que faz a ligação entre o bloco A e B, é composto, na fachada principal, por um painel. Todo em aço *corten*, este painel apresenta uma forma irregular e pontiaguda, baseada no elemento das asas, que representam a liberdade. É suportado no volume central da pousada através de uma estrutura em aço inox, que possibilita o afastamento e desprendimento da fachada (figura 56).

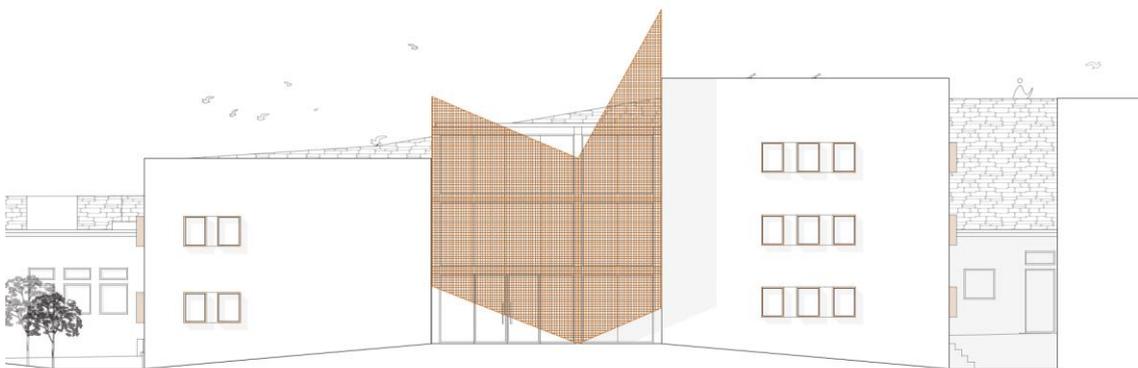


Figura 56 - Fachada principal da pousada.

Este elemento vertical, é perfurado com o nome dos últimos trinta e cinco presos políticos libertados no 25 de Abril. Algumas palavras como, resistência, liberdade e memória encontram-se também no painel (figura 57). A disposição dos nomes, é aleatória, apresentando-se, uns na horizontal e vertical, outros virados para cima e para baixo. Estas palavras, que perfuram o aço, não se encontram evidentes, sendo “ofuscadas” como meio de criticar a sociedade que insiste em esconder e esquecer momentos históricos tão marcantes como este.



Figura 57 - Evolução da proposta.

A identidade da Fortaleza será mantida através da intervenção adequada. Os edifícios existentes estabelecem uma relação com os novos corpos, preservando a identidade do local. Todo o conjunto deverá ser um marco na história da cidade e funcionar como um todo, capaz de conceder totalidade e integridade ao património construído.

A reabilitação da Fortaleza pretende transmitir a ideia morfológica de continuidade do lugar, concedendo ao projeto uma arquitetura contemporânea, que facilmente seja identificável na cidade. A materialidade, como é o caso do aço corten e vidro, dá ao local a ideia de transparência, unidade e neutralidade.

Reabilitar edifícios antigos e históricos, possibilita criar novas funções e técnicas que contribuem para a sua sustentabilidade e, assim, permitem a longevidade do conjunto.

## Acessos

Os acessos à Fortaleza são efetuados por duas entradas distintas: a principal, localizada a Nordeste, a partir da rua Campo da República, junto à Marina de Peniche e, a secundária, no extremo Norte, a partir da rua Campo da República, próximo do Alto da Vela. As duas entradas fundem-se na ponte de arcadas do revelim, onde o acesso ao interior da Fortaleza torna-se único. A entrada secundária é unicamente utilizada para passagem de veículos, quer sejam dos utentes da pousada ou do pessoal dos serviços, onde se prevê um estacionamento de vinte e dois lugares, dos quais um é adequado a pessoas com mobilidade reduzida.

Dentro da fortaleza, os acessos aos vários edifícios são independentes e funcionam de formas distintas, de acordo as zonas públicas, privadas e de serviços. Na figura 58, podem observar-se os acessos principais aos edifícios que compõe a Fortaleza.

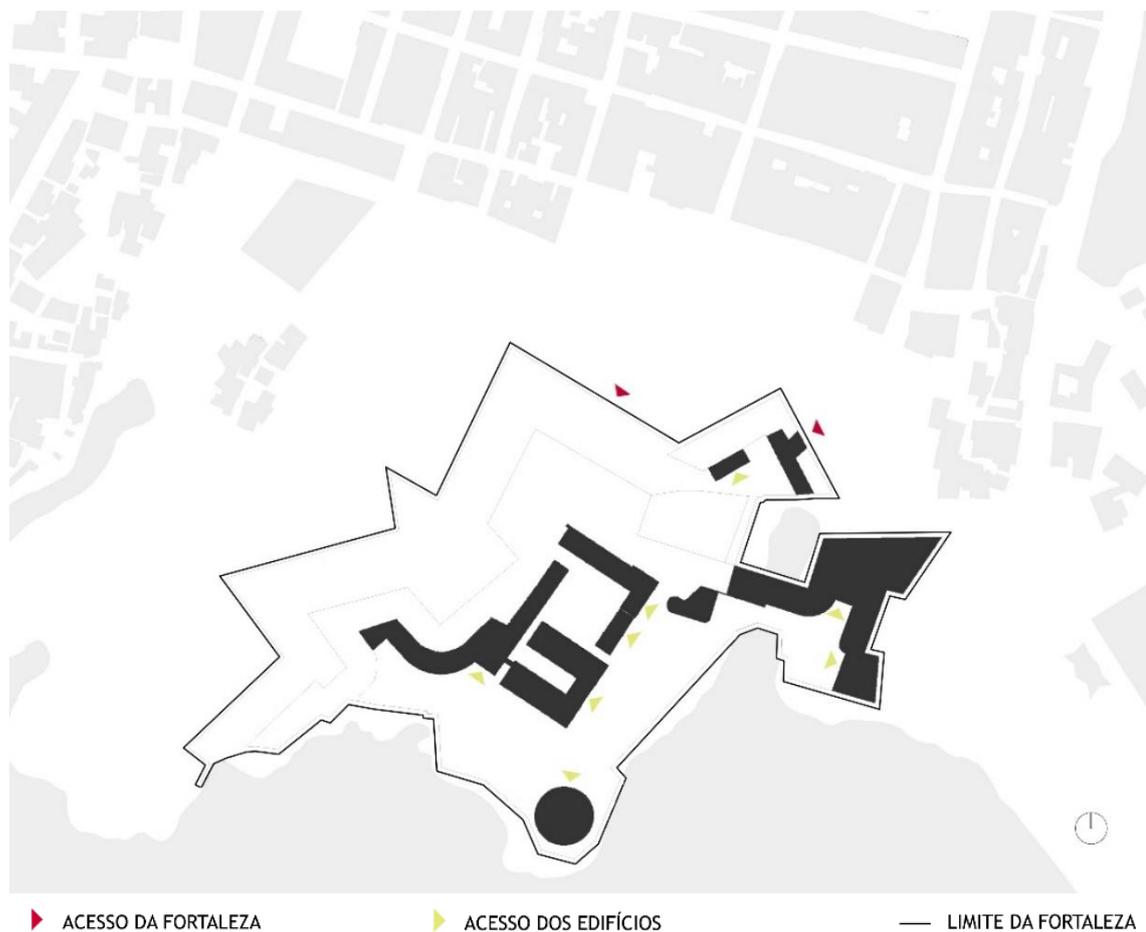


Figura 58 - Esquema de acessos da Fortaleza e dos edifícios (sem escala).

## Percursos da Liberdade

Tendo como foco os presos políticos da prisão de Peniche, durante o regime do Estado Novo, os percursos apresentados recriam as fugas que se sucederam na fortaleza (figura 59). O percurso 1 é feito a partir do acesso principal da fortaleza, até ao baluarte, local onde fugiu, em 1954, o preso político, António Dias Lourenço. O percurso 2, é feito a partir das celas de alta segurança do bloco C, recriando a fuga, em 1960, de vários presos políticos, entre eles Álvaro Cunhal, com a ajuda de um guarda prisional. Apesar de não ter havido outra fuga, o percurso 3, descreve um outro possível trajeto para escapar da prisão de Peniche.

Entre cantos e recantos, estes percursos possibilitam também descobrir as potencialidades de cada espaço da Fortaleza e usufruir da paisagem do mar e da terra.



Figura 59 - Esquema dos percursos da Fortaleza (sem escala).

## **Acessibilidade para todos**

Os acessos preexistentes que apresentem desníveis serão substituídos por rampas para que as pessoas com mobilidade condicionada possam aceder a todos os espaços da Fortaleza. Os edifícios com mais de um piso, serão dotados de caixa de escadas, acompanhada por um elevador. O estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida estará o mais próximo possível da entrada, assim como as instalações sanitárias dedicadas no interior dos edifícios. Todas as zonas comuns apresentam corredores com uma largura mínima livre de 1,20m, respeitando o decreto-lei 163/2006, do Regime de Acessibilidades, que permite ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

## **Sustentabilidade**

Nesta proposta importa adotar uma política sustentável para diminuir os impactos ambientais. São, assim, instalados painéis fotovoltaicos, na cobertura do edifício mais alto, o bloco B, para os ocultar da visão dos visitantes e utentes. Para um maior aproveitamento da energia solar, estes serão virados a sul.

## **Cargas e descargas**

O acesso à zona de cargas e descargas é realizado a partir da entrada automóvel, passando pela ponte de acesso ao interior da Fortaleza fundindo-se com o percurso pedonal, na impossibilidade de outro acesso. Através da demolição das escadas exteriores do bloco B, é possível fazer as cargas e descargas de vários edifícios, tais como a cisterna, as casamatas, o museu e a pousada.

## **Estacionamento**

O interior da Fortaleza terá vinte e dois lugares de estacionamento, um para pessoas com mobilidade reduzida, destinados aos utentes da pousada. No exterior, junto à muralha e entrada principal da Fortaleza, será instalado um parque de estacionamento para os funcionários e público em geral. O diminuto número de estacionamentos, no interior da Fortaleza, justifica-se pela intenção em respeitar a identidade do local.

## **Arranjos exteriores**

Os espaços que circundam a Fortaleza não estão devidamente aproveitados, pelo que se irá proceder à limpeza, plantação e substituição de alguns elementos. Serão também implantadas árvores, para proporcionar uma maior privacidade aos utentes da pousada e, ao mesmo tempo, criar sombras para momentos de pausa e descanso de quem visita a Fortaleza.

## 15.3 Funcionalidade e Distribuição

Os edifícios a intervir diferem de utilização e tipologia pelo que se torna fundamental falar de cada um particularmente, com o objetivo de perceber as funcionalidades e distribuições de cada espaço.

### Receção e Segurança

O acesso ao público faz-se pelo Revelim da Fortaleza, que dispõe de dois espaços distintos: uma receção, com arquivo, instalação sanitária e gabinete da administração; um espaço de segurança, com salas de apoio à vigilância de toda a Fortaleza (figura 60).

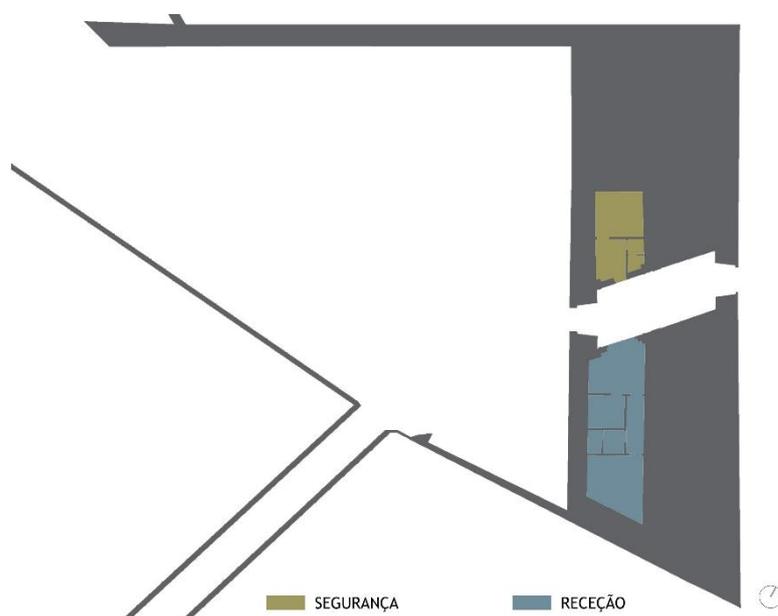


Figura 60 - Esquema de distribuição dos espaços do Revelim.

### Posto de Turismo

O edifício G, situado também no Revelim, apresenta apenas um piso com uma área de 84 m<sup>2</sup>. Devido à nova funcionalidade, as paredes interiores foram demolidas, tornando o edifício num único espaço, amplo, que recebe duas caixas retangulares em madeira, com 12 m<sup>2</sup> cada (figura 61). Dentro delas, funcionará a venda de objetos locais. A circulação rodeia as duas caixas retangulares.

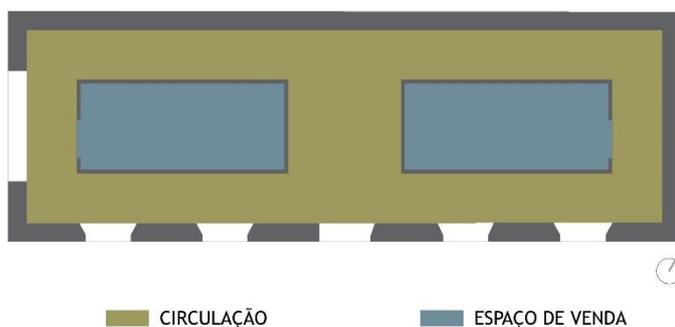


Figura 61 - Esquema de distribuição do Posto de Turismo.

## Centro de Estudos Marítimos

Virado para o mar, o edifício E, de apenas um piso, tem uma área total de 1185 m<sup>2</sup>. Neste edifício, muitas das paredes interiores foram mantidas. A entrada principal é feita na parte central do edifício onde se encontra a receção, estando em frente a sala de reuniões e sala do diretor. A partir dela, podemos aceder a todos os compartimentos do edifício. Do lado esquerdo, através de um corredor, acede-se às instalações sanitárias e a todas as salas de investigação onde poderão estudar aspetos da vida marítima, como a biologia e geologia. Na extremidade do piso, encontra-se uma sala audiovisual de apoio às investigações, aberta a todo o público. Do lado direito da receção, encontra-se a sala multiusos com capacidade de oitenta e oito lugares, equipada com uma antecâmara e pequenas instalações sanitárias de apoio. Para além destes espaços, o edifício é composto também por uma biblioteca, aberta ao público. A entrada é feita pelo lado direito do edifício, com uma pequena receção, fazendo a distribuição para as várias salas de leitura (figura 62).



Figura 62 - Esquema da distribuição dos espaços.

## Cisterna das Memórias

A cisterna, setecentista, com uma área de 198 m<sup>2</sup>, encontra-se a uma cota inferior de 4 metros. O acesso é feito pelo pátio do Governador através de uma rampa com uma largura de 3 metros. No interior da cisterna, eleva-se a 60 cm da laje de piso uma estrutura metálica, composta por guarda corpo em aço inox (figura 63).

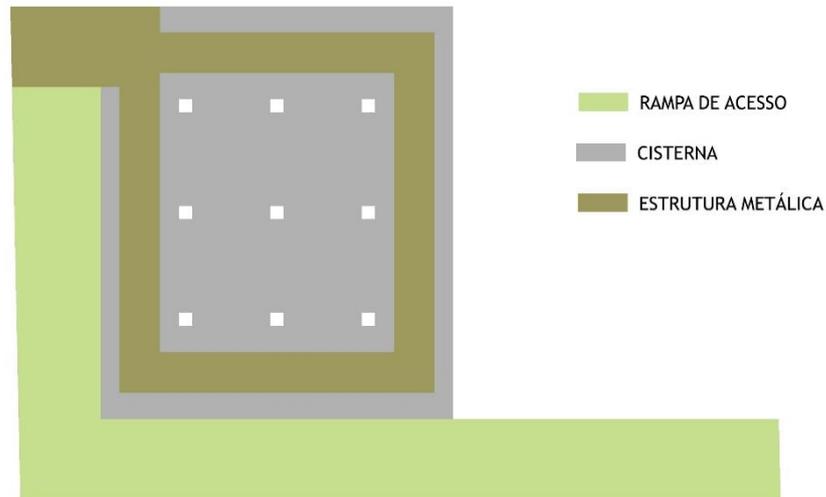


Figura 63 - Organização funcional da cisterna.

## Casamata da História

O edifício da Casamata é constituído por espaços distintos: a administração, independente, composta por uma pequena sala de reuniões, um gabinete administrativo e uma instalação sanitária de apoio. O espaço central do edifício é destinado a exposições permanentes, relacionadas com a História de Peniche. Soterradas, as pequenas galerias de exposições temporárias, interligadas entre si, são acedidas através de um hall de entrada. O conjunto das galerias possui uma área de 200 m<sup>2</sup>, aproximadamente e, um pé direito de 7,40 metros (figura 64).

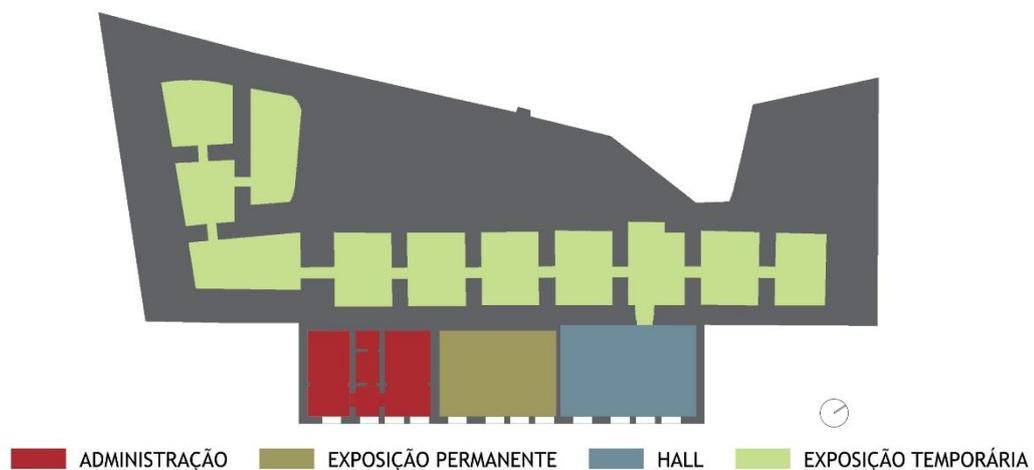


Figura 64 - Esquema de distribuição dos espaços da Casamata.

## Pousada do Mar

A pousada é constituída por dois corpos existentes, paralelos entre si, e por dois novos corpos. O novo volume, ao centro, faz a ligação e distribuição dos blocos A e B. Os três volumes formam entre si um vazio, que corresponde ao pátio da pousada. Volumetricamente, o edifício A é composto por dois pisos, o edifício B e o novo volume central, por três pisos. De apenas um piso, o segundo novo volume, de dimensões reduzidas, faz a ligação do edifício A ao D, o que permite, aos utentes da pousada, aceder diretamente aos espaços de lazer e restaurante. A dimensão e distribuição dos vãos é constante em todos os pisos, numa repetição lógica, de acordo com a orientação dos alçados. Todo este conjunto apresenta cobertura plana. Funcionalmente, o espaço é organizado através de uma hierarquia ascendente, fazendo-se do público para o privado.

### Piso Térreo

A entrada de acesso aos utentes faz-se no piso térreo, através do volume central, que funciona como espaço distribuidor, tanto horizontal como vertical, repetindo-se em todos os pisos. O desnível entre a cota do terreno e a cota dos edifícios é compensado por duas rampas. No piso térreo do bloco A, funciona a zona social (cafetaria e sala de estar) com instalações sanitárias adequadas a pessoas com mobilidade condicionada. Na extremidade do piso, encontra-se o novo volume que faz a ligação às zonas de lazer e restaurante. A piscina encontra-se no pátio exterior e o acesso é feito no volume central (receção). As zonas de serviços e administração funcionam no piso térreo do bloco B, sendo que: na extremidade, encontra-se a casa das máquinas, a lavandaria, a sala de engomar, um arrumo, a sala de convívio dos funcionários, os balneários/vestiários feminino e masculino e o acesso vertical de serviço; próximo da receção, a sala de reuniões, a sala do diretor, a sala da administração, arrumos e instalação sanitária de apoio. O acesso do pessoal de serviços é feito na extremidade oposta do corredor que liga os espaços de serviço e administração, sem que assim haja um cruzamento de circulações (figura 65).

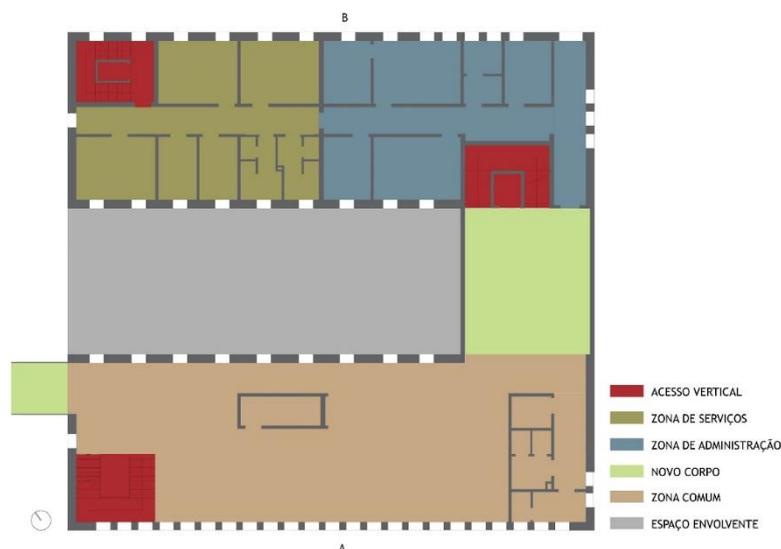


Figura 65 - Distribuição dos espaços do piso térreo da pousada.

## Piso 1

Em ambos os blocos A e B, os pisos superiores são destinados à zona privada, onde se situam os quartos da pousada. O corredor ao centro faz a distribuição dos quartos de ambos os lados, o que permite um maior aproveitamento dos espaços. Próximo do acesso vertical, encontra-se um quarto adaptado a pessoas com mobilidade reduzida. Os restantes quartos diferem, variando entre quarto de casal e quarto duplo, com instalações sanitárias privativas. O bloco B dispõe de oito quartos e o bloco A, de seis quartos. O volume central é composto por um espaço de estar. No início do corredor do bloco A, apresenta-se uma sala de convívio para os utentes (figura 66).

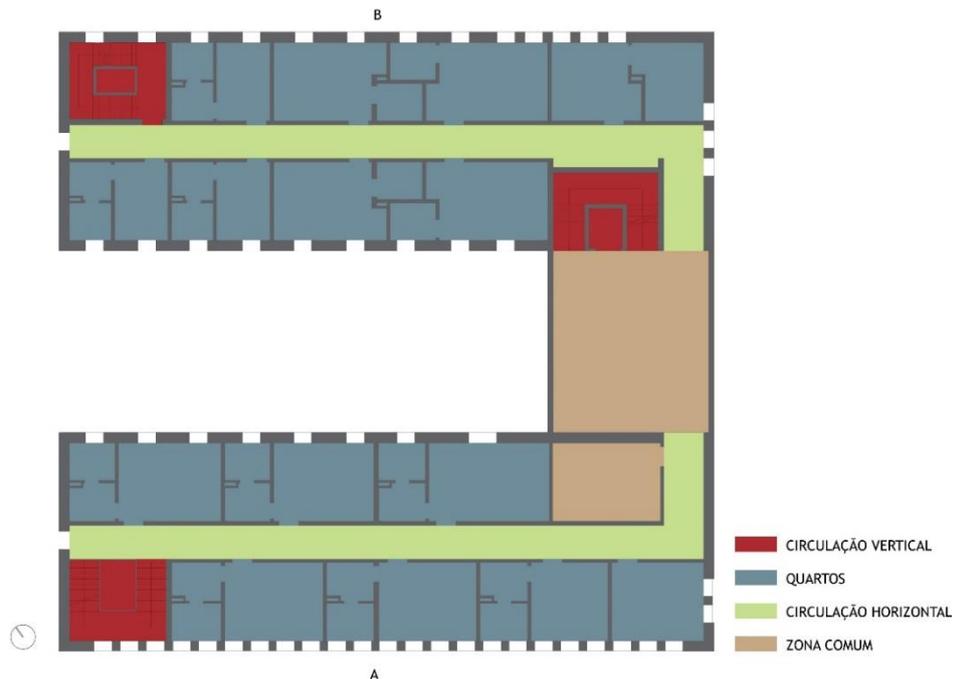


Figura 66 - Esquema da distribuição do piso 1 da pousada.

## Piso 2

No piso 2 do bloco B, situam-se os restantes quartos da pousada, na mesma lógica do piso inferior, com oito quartos. O volume central dispõe, como no piso inferior, de um espaço de estar (figura 67).

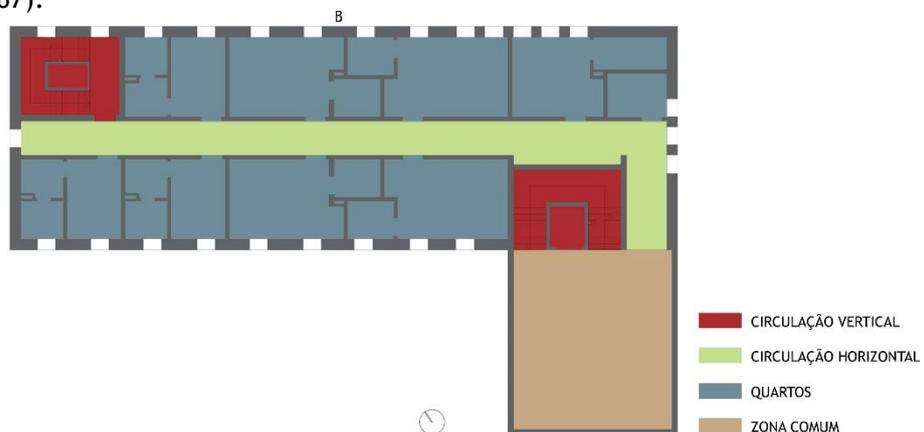


Figura 67 - Esquema de distribuição do piso 2 da pousada.

## Restaurante e Zona de Lazer

A zona de lazer e restaurante situam-se no bloco D da Fortaleza (figura 68). De apenas um piso, o longo corpo divide-se em duas zonas distintas: a zona de lazer, de apoio à pousada, composta por sauna húmida e seca, sala de hidromassagem, sala de massagem e balneários/vestiários feminino e masculino. O acesso é feito pelo piso térreo do bloco A pelo novo volume. Através do pequeno hall, os utentes da pousada, podem aceder às zonas de lazer e restaurante; a zona de restauração, aberta ao público, é acedida pela fachada principal através de um lobby. Em frente, encontram-se as instalações sanitárias destinadas ao público. Do lado oposto, a sala de refeições. Na extremidade do corpo, encontra-se a cozinha equipada com copa, zona de depósito de resíduos, zonas de preparação de carne, peixe e legumes, pequena dispensa, zona frigorífica, instalação sanitária de apoio, pequeno gabinete, assim como o armazém onde é possível fazer as cargas e descargas, sem haver um cruzamento direto entre os objetos limpos e sujos. Os acessos de serviço encontram-se numa extremidade do edifício e o acesso ao público, na extremidade oposta, evitando o cruzamento dos percursos.

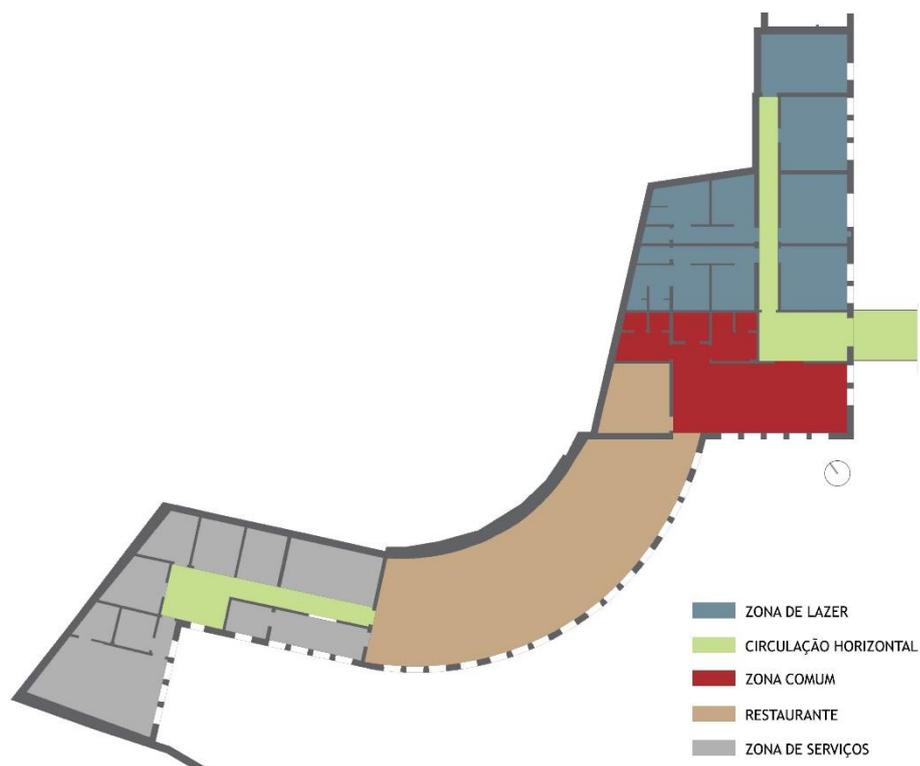


Figura 68 - Esquema de distribuição do edifício E da Fortaleza.

## 15.4 Materiais

### 15.4.1 Lajes e Estrutura

Em termos estruturais, não houve a necessidade de intervir significativamente, uma vez que, aparentemente, os componentes se encontram em bom estado. Às lajes são fixados os tetos falsos em todos os espaços dos edifícios. No novo volume central, as lajes e pilares serão em perfis de aço.

### 15.4.1 Coberturas

Nos edifícios A e B as coberturas serão substituídas, de modo a corresponder às novas funcionalidades. Desta forma, a cobertura será constituída por lajetas de betão pré-fabricado. A cobertura do volume central será em chapas de zinco e o centro de estudos será em gravilha.

### 15.4.2 Pavimentos

Os pavimentos para os edifícios foram pensados de acordo com as características dos materiais, tais como a durabilidade, a resistência ao desgaste e a fácil manutenção. Os pavimentos a usar variam em função dos diferentes espaços, nomeadamente, pavimento cerâmico para as zonas húmidas e pavimento em madeira, para as zonas mais privadas.

### 15.4.3 Paredes

As paredes exteriores não estão isoladas, pelo que o edifício apresenta um défice de conforto. Assim, será aplicado o sistema *capotto*, com isolamento térmico pelo exterior, seguido de reboco, pintado a branco, de forma a manter o aspeto atual das fachadas.

As paredes interiores serão constituídas por diferentes revestimentos e/ou acabamentos. Em relação à estrutura, estas serão em alvenaria de tijolo, revestidas, em ambas as faces, por estuque pintado de branco. Apenas nas zonas húmidas serão utilizados revestimentos cerâmicos.

### 15.4.4 Revestimentos

Os revestimentos serão em estuque pintado a branco, à exceção da sala de multiusos, equipada com painéis acústicos, e das zonas húmidas, em revestimento cerâmico.

### 15.4.5 Caixilharia

As caixilharias existentes serão todas substituídas pois apresentam um mau estado de conservação e não cumprem os requisitos de isolamento. As caixilharias para todos os edifícios serão em PVC, de vidro duplo com corte térmico.

## 15.5 Questões técnicas e construtivas

A cobertura dos blocos A e B da pousada têm um acabamento em lajetas de betão pré-fabricado seguras por um suporte de ajuste com cabeça redonda fixa. Do sentido descendente, a cobertura (figura 69) tem uma chapa galvanizada, uma membrana geotêxtil, isolamento de poliestireno extrudido, uma camada de betonilha de regularização, uma camada de forma em betão leve com inclinação superior a 2% e a laje de betão armado. No interior, o isolamento de lã de rocha mineral é fixado à laje, seguido do teto falso de gesso cartonado, tipo *Pladur*, fixo também à laje, por um tirante metálico. A platibanda é rematada por um rufo de zinco com inclinação de 1%. Junto à platibanda, a caleira de zinco, é circundada pela chapa galvanizada, pela membrana geotêxtil e pelo isolamento.

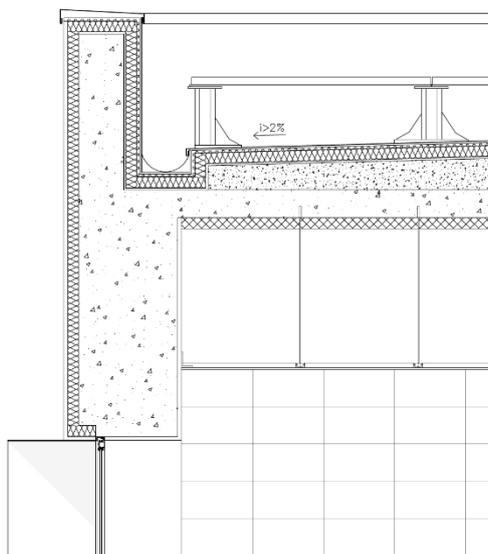


Figura 69 - Pormenor da laje de cobertura (sem escala).

A laje do piso intermédio é em betão armado (figura 70). No sentido ascendente da laje, é composta por um enchimento em betão leve, membrana drenante, isolamento de poliestireno extrudido, camada de regularização e um acabamento em pavimento cerâmico. No sentido descendente, o isolamento em lã de rocha mineral e teto falso em gesso cartonado, tipo *Pladur*, fixados à laje de piso. Do lado exterior da parede, a moldura, em aço corten, é fixada ao vão da janela.

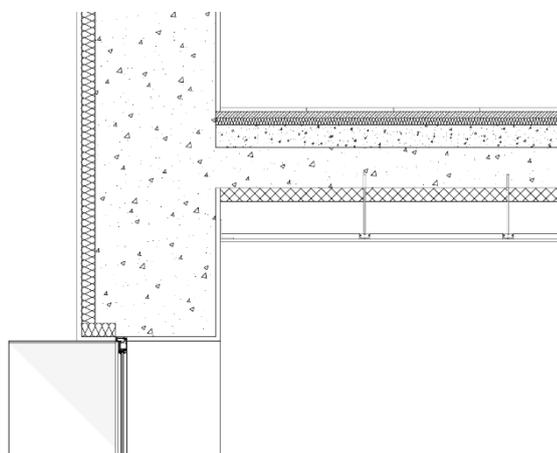


Figura 70 - Pormenor da laje de piso (sem escala).

A cobertura do volume central da pousada tem um acabamento em chapa de zinco de junta agrafada com inclinação de 2% (figura 71). Do sentido descendente, a cobertura, em zinco, é composta por uma tela impermeabilizante suportada por vigas madres de aço, em forma de U, sendo fixadas/aparafusadas por baixo das vigas principais apoiadas em pilares de aço, HEB 300. O isolamento em poliestireno extrudido é fixo às vigas. A caleira em chapa quinada é fixada num perfil de aço, em forma de U desigual, aparafusado ao pilar de aço. O teto falso de gesso cartonado com acabamento em vinil de carvalho é fixo às vigas de aço através de tirantes metálicos. As caixilharias, aparafusadas aos perfis de aço HEB 300, são em PVC com vidro duplo e corte térmico.

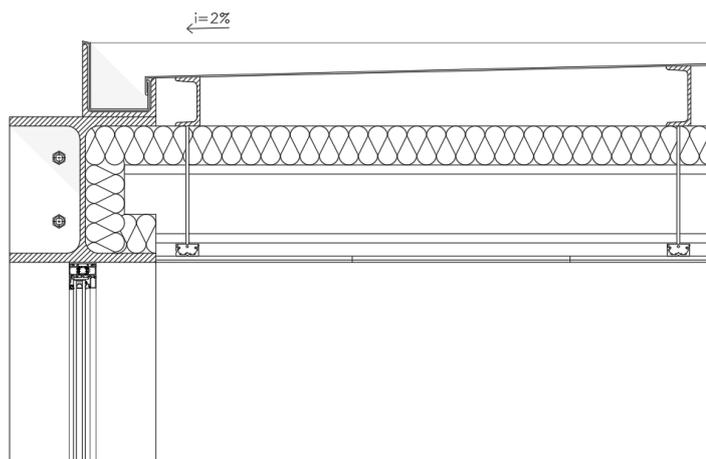


Figura 71 - Pormenor da laje de cobertura do novo volume (sem escala).

A laje de piso é suportada por vigas madres de aço em forma de L que, ligadas entre si, formam um T, sendo fixadas/aparafusadas por baixo das vigas principais apoiadas em pilares de aço, HEB 300. No sentido ascendente das cantoneiras em L, esta é constituída por isolamento poliestireno extrudido, por uma tela de polietileno e pavimento flutuante em madeira. No sentido descendente, o teto falso em gesso cartonado com acabamento em vinil de carvalho é fixo às vigas de cantoneiras em L (figura72).

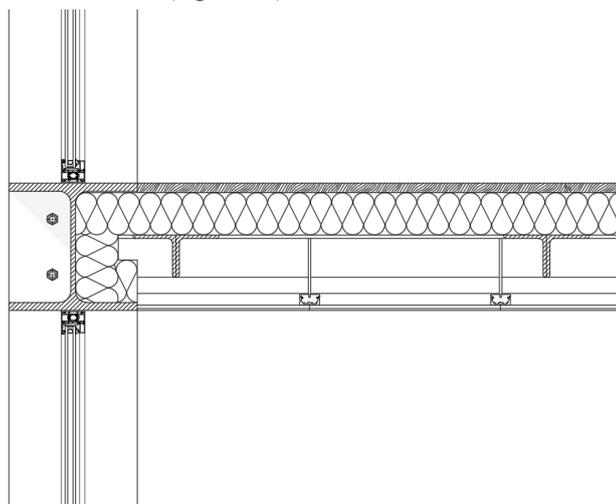


Figura 72 - Pormenor da laje de piso (sem escala).

Toda a estrutura em aço é aparafusada a um lintel de betão armado. A laje de betão armado com malhasol é composta, no sentido ascendente, por um enchimento de betão leve, isolamento, uma camada de regularização e um acabamento em pavimento flutuante.

## **15.6 Legislação aplicada**

Com base na elaboração do programa para uma unidade hoteleira, recorreu-se às normas legais e regulamentos aplicáveis, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM) de Peniche, o Plano de Pormenor (PP) de Peniche, o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU) do decreto-lei nº38 382/1951, o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) com o decreto-lei nº80/2017, o Regime de Acessibilidades pelo decreto-lei nº163/2006, assim como o decreto-lei nº39/2008 que visa a aprovação da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

## 16. Considerações Finais

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a assistir a um aumento progressivo do interesse na reabilitação de edifícios antigos. Neste sentido, é importante ter em conta os princípios de reabilitação, de modo a preservar toda a história e memória do edificado.

Perdurar no tempo a história, as memórias e o património de uma cidade, é uma tarefa difícil, mas não impossível. A cultura de uma cidade tem de ser preservada e mantida. Só assim, as memórias do passado não serão apagadas nem esquecidas. Intervir num monumento de valor histórico como a Fortaleza de Peniche, implica respeitar o existente, readaptando-o a novos usos e, assim, mantê-lo vivo no presente, honrando o passado e viabilizando o futuro.

Além disso, reabilitar edifícios existentes permite criar novos meios e técnicas não só para uma diminuição dos impactos ambientais, mas também para uma arquitetura mais sustentável.

Conceitos como identidade, integridade e longevidade estão bastante presentes na reabilitação deste grandioso monumento histórico, que é a Fortaleza de Peniche.

A Fortaleza de Peniche assume-se como um elemento de identidade e de memória coletiva da cidade. Além do papel fundamental que desempenha na valorização e desenvolvimento da comunidade local onde se insere, poderá ser, de futuro, entre o mar e a terra, não só, um forte elo da identidade de Peniche, como um polo de desenvolvimento cultural, económico, social e turístico.

Espera-se que esta investigação e posterior proposta sejam um contributo significativo com o fim de alertar a população e entidades de Peniche para a extrema necessidade em intervir, de forma controlada e concreta, na Fortaleza de Peniche, com o objetivo de tirar o maior proveito de todos os espaços que a compõem, em função do desenvolvimento local. Além disso, este espaço, de valor histórico e cultural, deixará de ser um conjunto de mera contemplação parado no tempo.



## 17. Referências bibliográficas

Açores, B. d. (1981). Relativos às Ilhas dos Açores - Carta de Bartholomeu Ferraz, aconselhando Elreisobre a necessidade urgente de se fortificarem e guarnecerem as ilhas dos Açores, por causa dos corsários francezes (1543). Em *Arquivo dos Açores* (E. d. Canto, Trad., Vol. V, p. 523). Ponta Delgada - Ilha de São Miguel: Universidade dos Açores. Obtido em 8 de Abril de 2018, de <http://biblioteca.uac.pt/pt-pt/recursos-arquivo-acoers>

Almeida, G. J. (1948). *Roteiro dos monumentos militares portugueses* (Vol. II). Lisboa: Edição do autor.

Audigane, A. E. (Outubro de 2011). *Uma Ilha na Península: O centro de Acolhimento para Refugiados de Peniche (1977-1982)*. Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Antropologia.

Azedo, E. D. (2013). *Centro de Informação Geoespacial do Exército*. Obtido em 25 de Março de 2018, de <https://www.igeoe.pt/index.php?id=72>

Barretto, V. S. (1995). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Papirus, Campinas.

Beato, C. S. (2008). *Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos*. Aveiro: Departamento de Engenharia e Gestão Industrial. Universidade de Aveiro.

Boas, C. M. (2013). *Arquitetura, Património e Turismo - o caso da Cidade Cabo Verde; concurso de ideias*. Covilhã: Faculdade de Engenharia, Universidade da Beira Interior.

Booking. (s.d.). *Alojamento - Pousada de Angra do Heroísmo, Castelo de S. Sebastião*. Obtido em 10 de Abril de 2018, de <https://www.booking.com/hotel/pt/pousada-de-angra-do-heroismo-sao-sebastiao.pt-pt.html>

Byrne, G. (30 de Abril de 2012). Cidadela de Cascais. (E. e. Casas, Entrevistador) doi:<https://www.youtube.com/watch?v=qZFDERCMOD8&t=1s>

Calado, M. (6-9 de Outubro de 1982). Sobre a Fortaleza de Peniche. *1º Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses realizado em Vila Viçosa* (pp. 5-15). Peniche: Pelouro Cultural - Câmara Municipal de Peniche.

Calado, M. (1982). Sobre a Fortaleza de S. João Baptista na Berlenga. *1º Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses realizado em Vila Viçosa* (p. 15). Peniche: Pelouro Cultural - Câmara Municipal de Peniche.

Calado, M. (1984). *Peniche na História e na Lenda* (3ª ed.). Peniche: Revista e Aumentada.

- Calado, M. (2000). *Fortificações da Região de Peniche*. Almeirim: Edição do Autor.
- Cândido, H. V. (2006). *Blogger*. Obtido em 10 de Março de 2018, de Poema II - "Peniche, Filha do Mar": <http://vicente-candido.blogspot.pt/2007/05/peniche-filha-do-mar.html>
- Cardoso, H. R. (2015). *Enoturismo como motor de valorização do património natural: Proposta para um equipamento hoteleiro na região do Douro*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Carrola, A. N. (2012). *Reabilitação e Conversão do Forte de São Luís de Almádena em Hotel de Charme*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Carteiro, R. D. (2017). *Forte de São João Baptista da Berlenga - Um Plano de Gestão Integrada*, 110. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Obtido em 20 de Março de 2018
- Catela, F. (2016). *Reabilitação e Alteração de uso do Palácio Montero, Cascais*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Departamento de Arquitetura.
- Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Coimbra: Edições 70, Arte e Comunicação.
- Cruz, C. L. (8 de Março de 2018). *Fortifications*. (Fortalezas.org, Ed.) Obtido em 10 de Abril de 2018, de Fort of São Sebastião de Angra do Heroísmo: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=632](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=632)
- Desconhecido, A. (1953). *Forte da Berlenga*. Porto: Oficinas Marques Abreu.
- DGEMN, D. G. (1953). Forte da Berlenga. *Boletim nº74 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*.
- DGPC, D. G. (2007). *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Cascais*. Obtido em 6 de Abril de 2018, de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74730/>
- DGT, D. G. (s.d.). *Cartografia e Geodesia*. Obtido em 5 de Maio de 2018, de DGT: <http://www.dgterritorio.pt/>
- Drummond, F. F. (1576). Jacome de Bruges, havendo obtido a capitania da Ilha Terceira a veio povoar. Em I. d. Governo, *Anais da Ilha Terceira; Cap. IV, Tomo I*. Angra do Heroísmo: Imprensa do Governo.
- Enes, A. F. (2013). *Intervenção na Zona Ribeirinha - Pousada de Barcelos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior; Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura.

Figueiredo, S. M. (2013). *Pousada de Santa Bárbara - Tradição e Modernidade*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Grimmer, A. E. (2017). *The Secretary of the Interior's Standards for the treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring and Reconstructing Historic Buildings*. Obtido de Nacional Park Service: <https://www.nps.gov/tps/standards/treatment-guidelines-2017.pdf>

Herculano, A. (1860). *Portugaliae Monumenta Histórica* (Vol. I). (R. Cavalheiro, & E. Dias, Trads.) Scriptorum.

Herculano, A. (s.d.). *Portugaliae Monumenta Histórica* (Vol. I). (Osberno, Trad.) Scriptorum.

Lobo, S. (2006). *Pousadas de Portugal - Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Lopes, L. (2012). *Reabilitação do Forte de S. Francisco*. Lovelhe, Vila Nova da Cerveira: Escola Superior Gallaecia.

Marinho, R. B. (2014). *Empreendimentos da construção e reabilitação - A evolução do setor em Portugal e a dinâmica empresarial no segmento da reabilitação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Morgado, J. (2012). *Pousada da Cidadela de Cascais*. Obtido em 6 de Abril de 2018, de João Morgado - Fotografia de Arquitectura: <https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/pousada-da-cidadela-de-cascais>

Nunes, A. L. (2006). *Dicionário de Arquitectura Militar*. Lisboa: Caleidoscópio.

Oliveira, C. (2016). *Património Cultural - DGPC*. Obtido em 4 de Abril de 2018, de Forte de São João Baptista e os arcos que o ligam à ilha da Berlenga: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70299>

PCP, P. C. (29 de Setembro de 2016). Sobre o Programa de concessão a privados de um conjunto de imóveis históricos que são património cultural. *Nota do Gabinete de Imprensa do PCP*. Obtido em 6 de Maio de 2018, de <http://www.pcp.pt/sobre-programa-de-concessao-privados-de-um-conjunto-de-imoveis-historicos-que-sao-patrimonio>

Peixoto, L. C. (1993). *Peniche: 100 anos através da fotografia*. Rio Maior: Grafiartes.

Penicheira, C. (28 de 02 de 2013). *Blog*. Obtido em 22 de Março de 2018, de Caminhos de ferro: <http://caldeiradapenicheira.blogspot.pt/2013/02/>

Penicheira, C. (2014). *Blogspot*. Obtido em 26 de Março de 2018, de <http://caldeiradapenicheira.blogspot.pt/2014/01/fortaleza-de-peniche-visita-guiada-ao.html>

Pereira, S. P. (2016). *Dispositivos Espaciais de Punição - As Cadeias do Estado Novo*. Coimbra: FCTUC - Faculdade Ciências Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Pico, M. A. (1963). *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.

Pinterest. (17 de Setembro de 2014). *10 Destinos de férias imperdíveis a menos de uma hora e meia de Lisboa*. Obtido em 4 de Abril de 2018, de Nômades Digitais: <https://www.pinterest.pt/pin/584905070326073518/>

Pinto, F. M. (2014). *Reabilitação das Caldas de Canaveses - Hotel e Termas*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Portugal, B. N. (2017). *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres...* (S. d. Biblioteca Nacional de Portugal, Editor) Obtido em 21 de Março de 2018, de BNP: [www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt)

Portugal, I. A. (2001). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (1º ed., Vol. V). Lisboa: Círculo de Leitores.

Portugal, P. d. (2012). *Pousada de Cascais - Cidadela Historic Hotel and Art District*. Obtido em 12 de Abril de 2018, de Para Promotiona - Luxury Hotels in Portugal & Spain: <https://www.pousadasofportugal.com/pousadas/cascais/>

Santos, J. M. (2017). *Património e Turismo - O Poder da Narrativa*. Lisboa: Edições Colibri.

Saramago, J. d. (2016). *Viagem a Portugal*. Porto: Porto Editora.

SIPA. (2001). *Arquivos e Coleções*. Obtido em 4 de Abril de 2018, de Sistema de informação para o Património Arquitetónico: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004062)

TPF. (s.d.). Obtido em 10 de Abril de 2018, de Pousada no Forte de S. Sebastião: <http://www.tpf.pt>

Túlio, A. (2015). *Sistema Defensivo de Peniche: O Forte de São João Batista na Ilha da Berlenga*, 286. Évora: Universidade de Évora - Escola de Artes; Departamento de Arquitetura.

Zagallo, M. (2014). *Natureza como Referência - Abrigo para pessoas e barcos, Berlengas*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.



# Anexos



## Anexo 2: Prisão do Estado Novo, Peniche





### Anexo 3: Vista aérea de Peniche e da Fortaleza



Vista aérea de Peniche. Fonte: Peniche Cultural



Vista aérea de da Fortaleza. Fonte: Terceira Dimensão

## Anexo 4: Ilha da Berlenga, Peniche

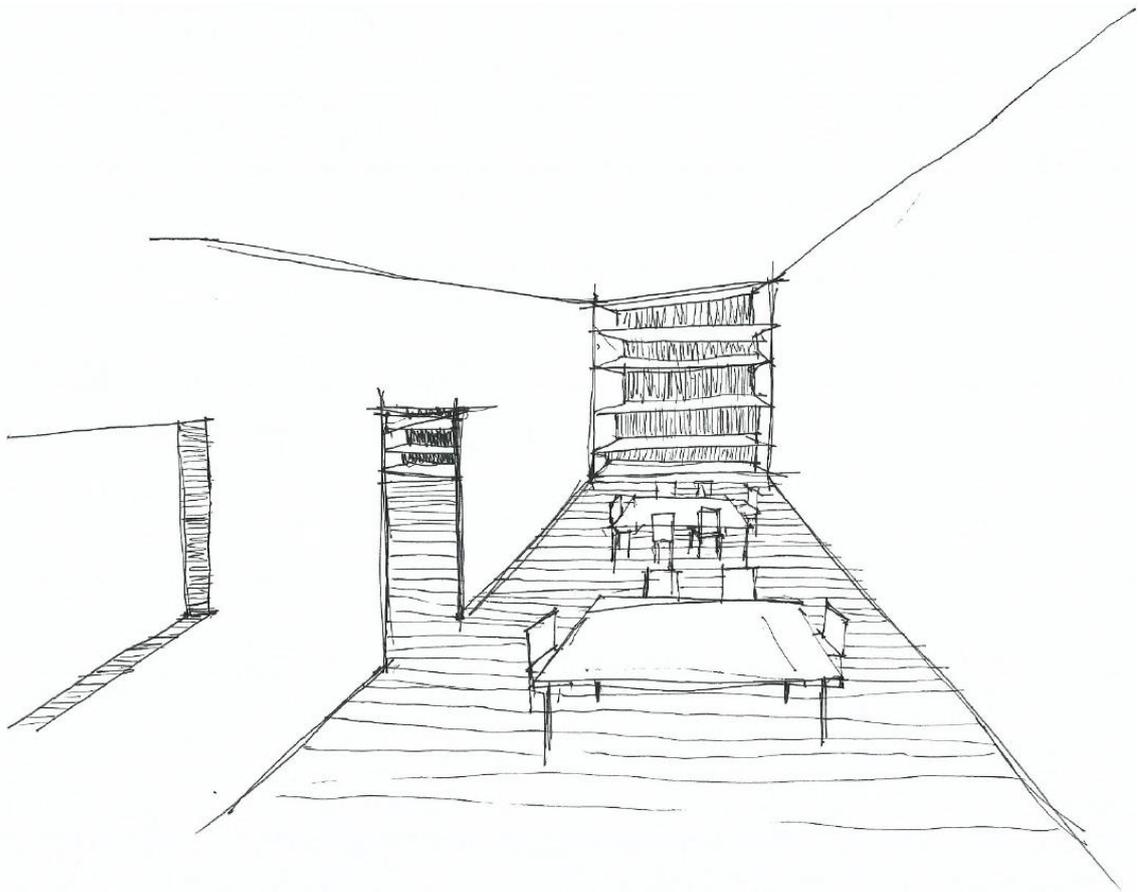


Vista aérea de Peniche. Fonte: Quinta do Molinu

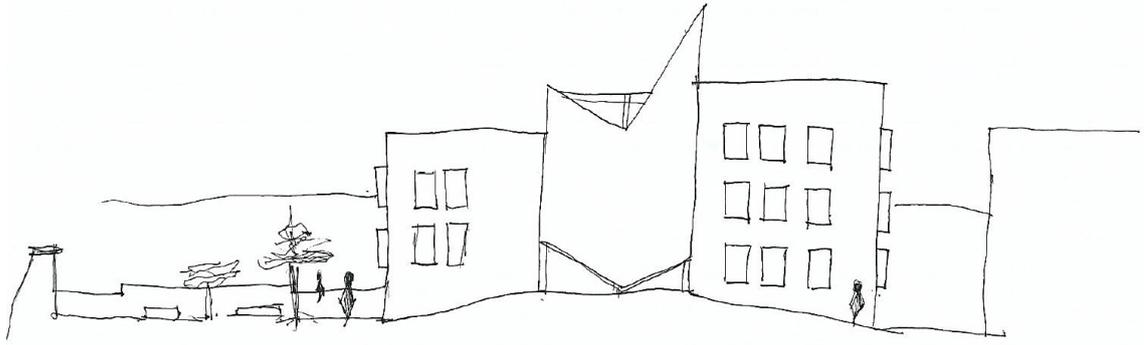


Ilha da Berlenga vista do Baleal. Fonte: João Rosado

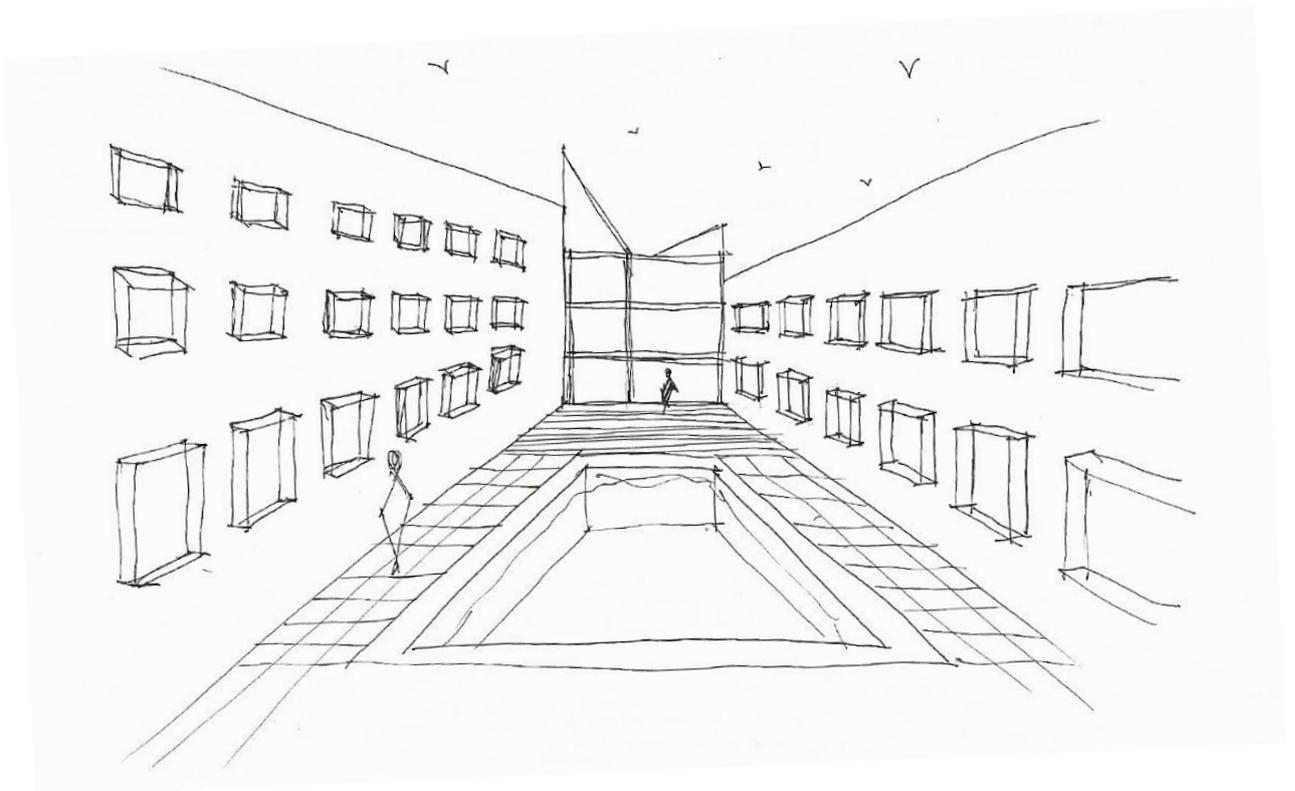
## Anexo 5: Esquissos da proposta



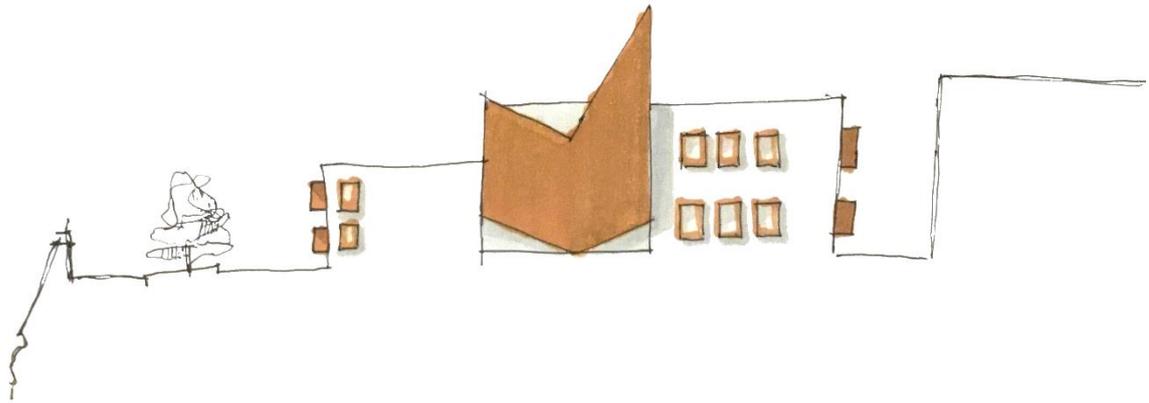
Interior da sala da biblioteca localizada no Centro de Estudos Marítimos



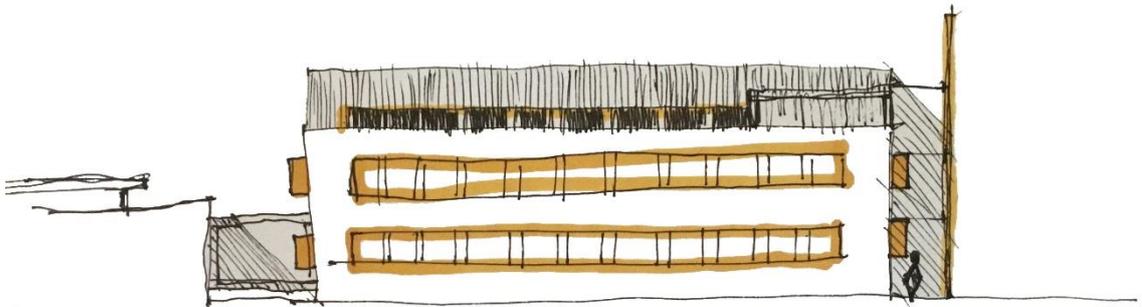
Fachada principal da pousada e envolvente



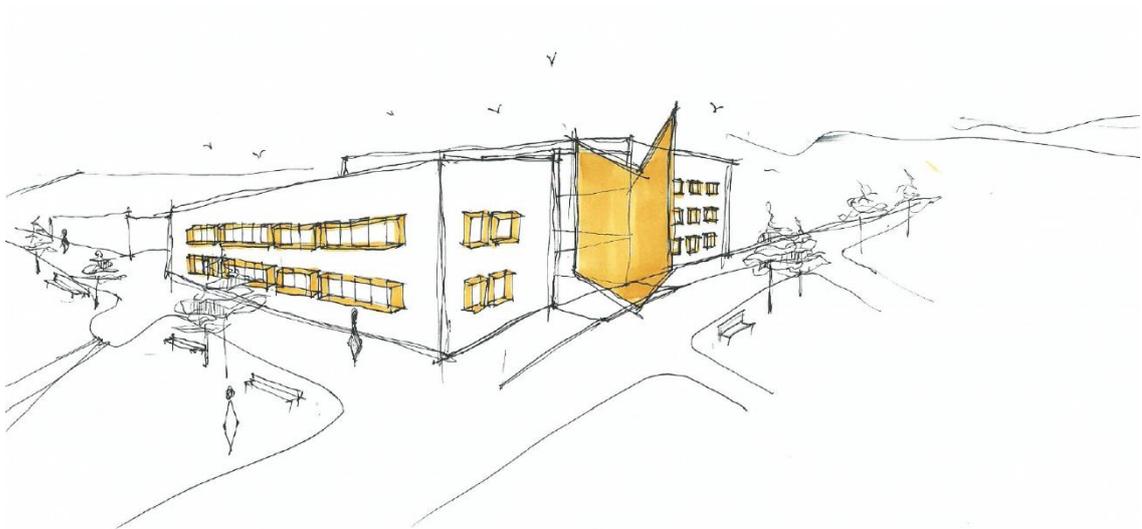
Pátio da pousada com piscina



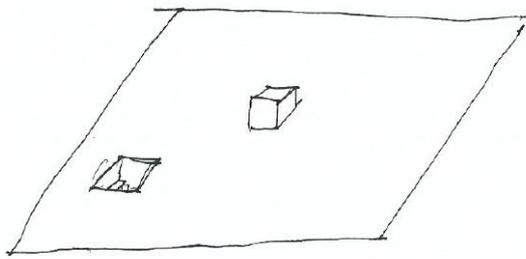
Relação dos materiais com a pousada



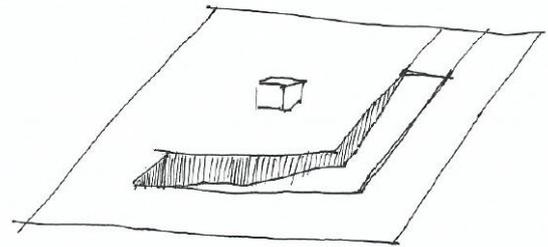
Fachada virada ao mar



Perspetiva da proposta para a pousada

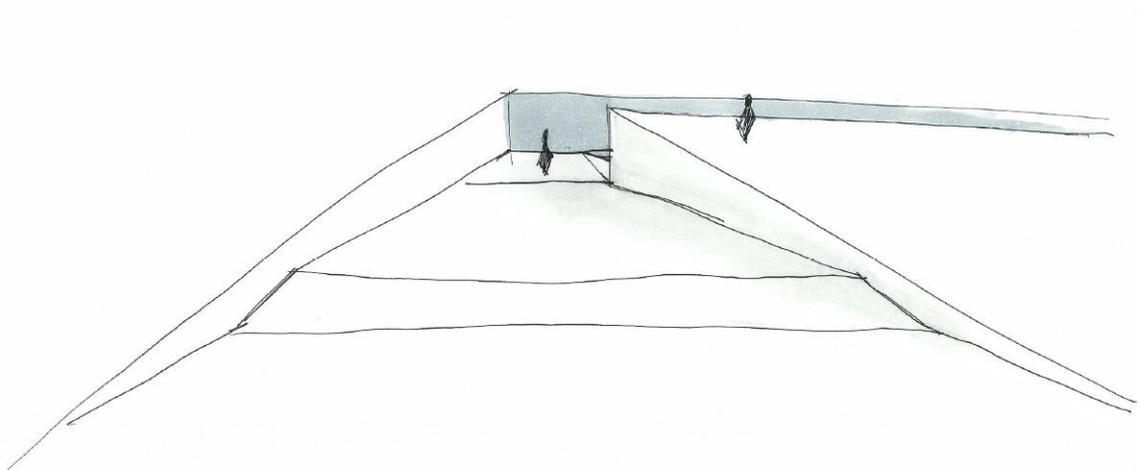


EXISTENTE

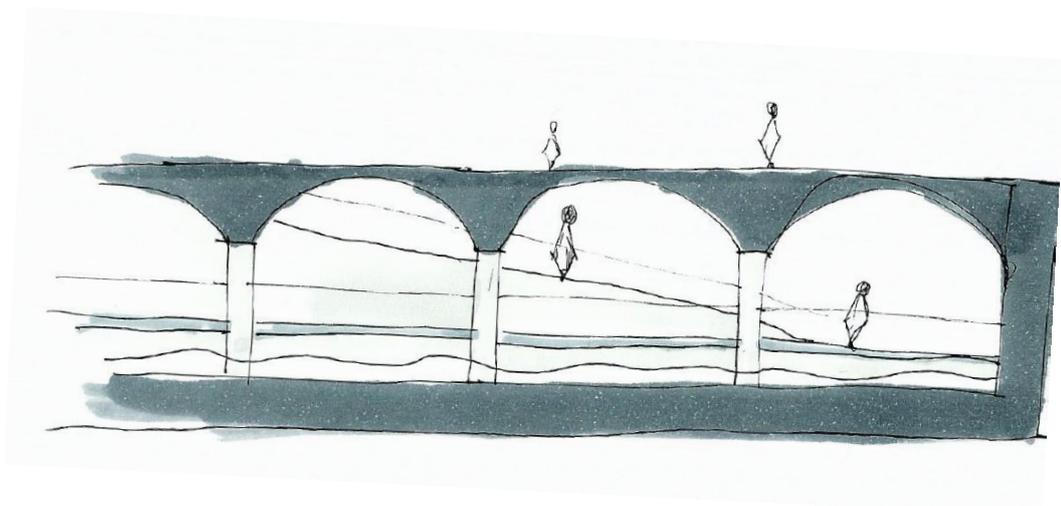


PROPOSTA

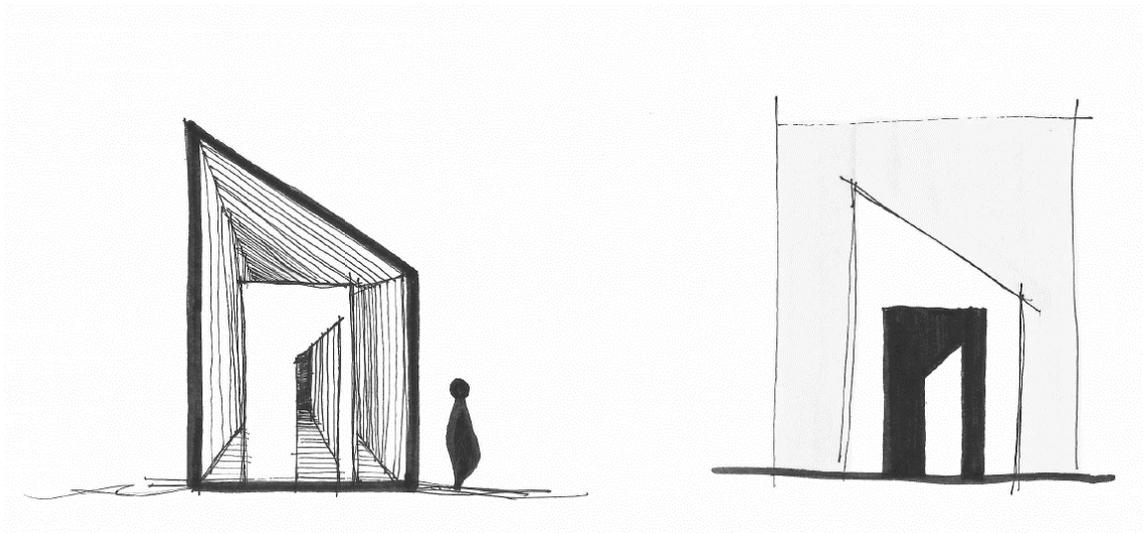
Evolução do conceito da cisterna



Perspetiva da rampa da cisterna



Corte esquemático do interior da cisterna



Abordagem concetual do posto de Turismo

## Anexo 6: Lista de Peças Desenhadas

Desenho nº 01	Planta de Localização
Desenho nº 02	Planta de Implantação
Desenho nº 03	Levantamento do existente - planta piso térreo
Desenho nº 04	Levantamento do existente - planta piso 1
Desenho nº 05	Levantamento do existente - planta piso 2
Desenho nº 06	Perfis longitudinais e transversais

### Receção e posto de turismo

Desenho nº 07	Planta de sobreposição
Desenho nº 08	Planta piso térreo
Desenho nº 09	Alçado Noroeste, Sudoeste, Corte A-A', Corte B-B'

### Centro de Estudos Marítimos

Desenho nº 10	Planta e alçados de sobreposição
Desenho nº 11	Planta de cotagem
Desenho nº 12	Planta piso térreo
Desenho nº 13	Planta piso térreo - secção 1/50
Desenho nº 14	Corte A-A', Corte B-B'
Desenho nº 15	Corte C-C'
Desenho nº 16	Alçado Nordeste
Desenho nº 17	Alçado Sudeste

### Pousada, Espaço de lazer e Restaurante

Desenho nº 18	Planta de sobreposição do piso térreo, alçados
Desenho nº 19	Planta de sobreposição do piso 1 e 2, alçados
Desenho nº 20	Planta de cotagem - setor da restauração
Desenho nº 21	Planta de cotagem do piso térreo - setor pousada
Desenho nº 22	Planta de cotagem do piso 1 - setor pousada
Desenho nº 23	Planta de cotagem do piso 2 - setor pousada
Desenho nº 24	Planta piso térreo - setor da restauração
Desenho nº 25	Planta de cobertura - setor pousada
Desenho nº 26 (A e B)	Planta de piso térreo - setor pousada
Desenho nº 27 (A e B)	Planta de piso 1 - setor pousada
Desenho nº 28 (A e B)	Planta de piso 2 - setor pousada
Desenho nº 29	Corte A-A'

Desenho nº 30	Corte B-B'
Desenho nº 31	Corte C-C'
Desenho nº 32	Alçado Sudoeste
Desenho nº 33	Alçado Sudeste
Desenho nº 34	Alçado Noroeste
Desenho nº 35	Alçado Nordeste

### **Cisterna**

Desenho nº 36	Planta piso -1
Desenho nº 37	Planta piso térreo
Desenho nº 38	Corte A-A'
Desenho nº 39	Corte B-B'

### **Pormenores**

Desenho nº 40	Planta piso térreo - secção P1
Desenho nº 41	Corte A-A'
Desenho nº 42	Corte B-B'
Desenho nº 43	Corte Construtivo - secção P2
Desenho nº 44	Pormenores construtivos - secções P3 e P4